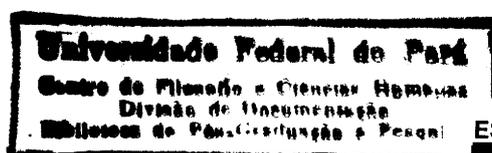


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

*Um Centro Comunitário entre o real e o ideal:
um espaço de educação política ?*

Telma Nazaré de Sousa Pereira

Belém, PA
Fev./2002



ESTE DOCUMENTO FOI OBTIDO ATRAVÉS DO
PROGRAMA
DE COMUTAÇÃO
BIBLIOGRÁFICA
CAPES/SESU/FINEP/IBICT

**Um Centro Comunitário entre o real e o ideal:
um espaço de educação política ?**

Telma Nazaré de Sousa Pereira

Dissertação apresentada ao Mestrado em Antropologia, Departamento de Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, sob a orientação do Profº Dr. Samuel Maria de Amorim e Sá.

Belém, PA
Fev./2002

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaboração: Biblioteca do CFCH da UFPA

NORMALIZAÇÃO:

Kátia LM.Martins

Documentarista/bibliotecária- CRB-2 849

REVISÃO EDITORIAL E TIPOGRÁFICA

Kátia L M Martins

Pereira, Telma Nazaré de Souza

Um Centro comunitário entre o real e o ideal/ Telma Nazaré de
Sousa Pereira; Orientado por Samuel Maria de Amorim Sá. Belém-
Pará, 2002

171 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, 2002.

1. Movimentos sociais – Belém (Pa) 2. Antropologia Política 3.
Organização Comunitária. Universidade Federal do Pará I Título.

CDD-3003 484098114

Um Centro Comunitário entre o real e o ideal: um espaço de educação política ?

Telma Nazaré de Sousa Pereira

Dissertação apresentada ao Mestrado em Antropologia, Departamento de Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, sob a orientação do Profº Dr. Samuel Maria de Amorim e Sá.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação aprovada pela Comissão Julgadora em.....de.....de.....

Banca:

Prof. Dr. Samuel Maria de Amorim e Sá (orientador) _____

Prof. Dra. Valéria Augusta Cerqueira Wegel (examinadora externa) _____

Prof. Dra. Maria Angélica Motta - Maués (examinadora da casa)- _____

Prof. Dr. Saint Clair Trindade Junior (examinador suplente) _____

Belém/ PA
Jan./2002

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTO 1	Casas a Margem do Igarapé Tucunduba em 23/03/2001	p. 18
	Mapa da área do Riacho Doce, 1999, segundo dados da PMB	P.20
FOTO 2	Rua da Olaria em 07/03/01	p.21
FOTO 3	Construção do Posto de Saúde Família Saudável em 07/03/01	p.28
FOTO 4	Moradores jogando em 07/03/01	p.33
FOTO 5	Processo de tubulação na Quadra 8 em 07/03/2001	p.34
FOTO 6	Processo de aterramento na Quadra 8 em 22/05/2001.	p.35
FOTO 7	Quadra 7 depois do aterramento em 22/05/01	p. 36
FOTO 8	Madalena em frente a casa da APACC quadra 8 em 07/03/01	p. 37
FOTO 9	João em frente a cada da APACC na Quadra 8 em 12/06/01	p.37
FOTO 10	Quadra 10 estreita e pequena em 22/05/01	p.39
FOTO 11	Margem do Igarapé Tucunduba em 07/03/01	p.40
FOTO 12	Enchente na quadra 15 em 08/04/01	p.42
FOTO 13	Quadra 19 em 07/03/01	p.43
FOTO 14	Quadra 24, esquina com a casa de Madalena em 07/03/01	p.44
FOTO 15	Rua da Olaria- Placa/PMB em 22/10/01	p.45
FOTO 16	Parte central da Rua da Olaria, em 07/03/2001	p.48
FOTO 17	Interior de uma casa de madeira em 07/03/01	p.50
FOTO 18	Interior de uma casa de alvenaria, em 08/04/01	p.51
FOTO 19	meus ex-alunos do curso de Soldadores Juniores em 23/03/01	p.53
FOTO 20	Carteira de sócio em 23/03/01	p. 67
FOTO 21	Carteira de mensalidade do Centro Comunitário	p.77
FOTO 22	Documento de propriedade	p.78
FOTO 23	Escola Edson Luis em 29/12/01	p.83
FOTO 24	Representantes das chapas 1 e 2 em 08/04/01	p.94
FOTO 25	Eleição na Capela de N. Sra. das Graças em 08/04/01	p.96
FOTO 26	Eleição na Escola Arco Íris em 08/04/01	p.96
FOTO 27	Moradora rezando em 08/04/01	p.99
FOTO 28	Contagem de votos em 08/04/01	p.99
FOTO 29	Posse na Capela de N. Sra. das Graças em 03/06/01	p.102
FOTO 30	Posse na casa da APACC em 12/06/01	p.103
FOTO 31	Leitura da ata de posse na casa da APACC em 12/06/01	p.105
FOTO 32	Área incendiada em 29/12/01	p.155
FOTO 33	Área incendiada (aproximada) em 29/12/01	p.156

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	III
LISTA DE REDUÇÕES	IV
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	V
RESUMO	I
ABSTRACT	I
INTRODUÇÃO	2
1 ETNOGRAFANDO O RIACHO DOCE	12
1.1 O COTIDIANO EM PERSPECTIVA: PASSADO-PRESENTE-FUTURO	12
1.2 UM PASSEIO NO REAL: CAMINHOS, QUADRAS/RIACHO DOCE	24
1.3 A CHEGADA: A CONSTITUIÇÃO DO CENÁRIO	48
2 O CENTRO COMUNITÁRIO ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL: UMA FORMA DE EDUCAÇÃO POLÍTICA?	57
2.1 O PRIMEIRO ATO: A REPRESENTAÇÃO	62
2.2 O SEGUNDO ATO: UMA REAPRESENTAÇÃO OU NOVA INTERPRETAÇÃO?	79
2.3 O TERCEIRO ATO: O REAL?	93
2.4 QUANDO SE FALA EM EDUCAÇÃO POLÍTICA?	110
3 O CENTRO COMUNITÁRIO RIACHO DOCE: APLICANDO A ANTROPOLOGIA POLÍTICA	117
3.1 AS INSTITUIÇÕES E O RIACHO DOCE.	117
3.2 AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA.	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS - O CENTRO COMUNITÁRIO RIACHO DOCE, ENTRE O REAL E O IDEAL	142
POST SCRIPTUM – UM DIA REAL DE “TRAJÉDIA”	153
BIBLIOGRAFIA	160
A N E X O S	164

PEREIRA, Telma Nazaré de Souza. **Um Centro Comunitário entre o ideal e o real: Um espaço de educação política?**

RESUMO: Este estudo trata sobre uma parcela de Movimentos Sociais expressa no detalhe de relações sociais entre “ocupantes” de um local chamado “Riacho Doce” em Belém, Para, Brasil. Os “ocupantes” se ligam a “centro Comunitário” já há dez anos; eles lutam para construir o Ideal mas têm somado vantagens e insucessos. Iniciado em 1990, seguindo um modelo difundido em Belém, o seu objetivo desde a fundação é o de proteger e representar os moradores. Entretanto, ao longo da experiência eles encontram vantagens perméadas com desvantagens. Este estudo, em termos de Antropologia Política, e Antropologia Educacional, uma contribuição para entendimento sobre um grupo de “nativos” cercados por “não-nativos” de todos os lados. Assim o Centro Comunitário aparece com suas tensões e seus sonhos para responder a necessidades sentidas pelos “ocupantes”, sua experiência decenal salienta uma busca de educação política, descontinua, contínua e informal.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Maria de Amorin Sá.

Palavras chave: Movimentos Sociais, Antropologia Política, Antropologia Educacional Organização Comunitária.

PEREIRA, Telma Nazaré de Souza. The case of a squatter's community: between its idea and its reality.: a quest for political education?

ABSTRACT: This study deals with social movements expressed by social relations among squatters within an urban setting named “Riacho Doce” (sweet little river) in Belém, Pará, Brazil. These squatters are linked to a community center and for ten years they have struggled to build allegiance to it but they face drawbacks where they need advantages. Started in 1990, following a widespread model of grass roots groupings the community center goal was and is to protect squatters in their newly “chosen” area. However over time, It's performance shows a kind of half-hidden half-open process of political costs and benefits. This study, in terms of political anthropology and educational anthropology its a contribution to look at “native” surrounded by “non-native” group. The native group keeps their search for the community center as an answer to the squatter's felt needs; its ten years of experience underscores a quest for discontinued, continued and informal?

Key words: Social Movements, Political Anthropology, Educational Anthropology, Community Organization.

INTRODUÇÃO

Objeto de estudo

O presente estudo consiste na apresentação de algumas reflexões no campo da chamada Antropologia Urbana, ou seja, um estudo que vê a cidade como contexto no qual se desenvolve vários processos e fenômenos sociais, visto como um centro de convergência de processos das mais variadas ordens Oliven (1992). O local aqui estudado corresponde a uma pequena parte da cidade, localizado no bairro do Guamá, em Belém, capital do Estado do Pará. Uma área de "invasão", chamada aqui de "ocupação" para evitar sentidos pejorativos, denominada Riacho Doce, que surgiu em 1990, e trouxe esse nome devido a uma mini-série que passava na época em uma Emissora Brasileira de Televisão. Aspectos sociais e políticos serão aqui estudados tendo em vista a Antropologia Política que discut as relações que envolvem a organização comunitária e a educação política dos moradores, vistos como relações internas e externas, isto é, com moradores ou com instituições ou entidades fora da área.

Minha trajetória acadêmica, iniciada com a graduação em Ciências Sociais, concluído em 1995, foi marcada por estudos sobre movimentos sociais. Primeiramente, como bolsista do Programa Especial de Treinamento–PET/Ciências Sociais, através da temática "Movimentos Sociais", onde se enfatizava os movimentos sociais indígenas buscando abordar os aspectos da luta no campo e da resistência cultural destes grupos. Posteriormente, sob nova tutoria, o PET redefiniu a temática entrando em pauta os movimentos sociais urbanos.

Entretanto estudos nessa linha levaram-me a buscar outras formas de entendimento para estabelecer a relação entre a teoria trabalhada no interior do PET e a realidade que eu presenciava em minha vivência cotidiana. O encaminhamento deste novo passo veio através da minha participação como estagiária no Movimento de Emaús (ME)¹ em 1996. Desenvolvi, então, trabalhos junto ao Centro de Defesa do Menor (CDM), que dentre as muitas ações, várias estão ligadas à meta da prevenção à violência. A participação nessas atividades proporcionou-me um contato direto com os Centros Comunitários de alguns bairros de Belém, como um do bairro do Benguí e outro do Jurunas; aí presenciei situações reais que envolviam, principalmente, pessoas de camadas populares; entre outras situações, observei o descontentamento destes grupos pela falta de poder aquisitivo e o completo desconhecimento de formas de se defender de acusações no contexto cotidiano, sem recorrer à ação de terceiros para mediar situações, tais como a violência doméstica, a discriminação racial, entre outros tipos de violência.

¹ O movimento de Emaús (ME) é uma entidade governamental fundada em 1970, em Belém do Pará pelo padre Bruno Secchi, com o objetivo de garantir os direitos de crianças e adolescentes. Para o seu desenvolvimento foi dividida em quatro (4) expressões, sendo: 1) A República do Pequeno Vendedor, desde 1998, como República de Emaús (RE) que funciona na travessa Padre Eutíquio no bairro do Jurunas e desenvolve atividade de lazer e de aprendizagem que geram renda para entidade; 2) A Cidade de Emaús (CE) funciona no bairro do Benguí com atividades que envolvem desde a educação formal, até o trabalho com a pecuária e a agricultura; 3) A Campanha de Emaús (CE), que funciona também na travessa Padre Eutíquio, bairro do Jurunas, expressivamente se manifesta no último domingo de agosto, quando sai às ruas com cerca de 90 caminhões e consegue mobilizar cerca de duas mil pessoas, entre motoristas voluntários e coordenadores, numa atividade que envolve todos os bairros da cidade, quando acontece a arrecadação de doativos para reciclagem que gera renda não só para crianças e adolescentes (C/A), como também para a própria entidade, que paga seus funcionários com esta ajuda; e 4) Finalmente o Centro de Defesa do Menor (CDM), localizado à Dom Romualdo de Seixas s/n no bairro do Umarizal, que desenvolve atendimento de defesa C/A vítimas de violências, como forma de garantia dos direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8.069/90.

Como apoio, o CDM promove a capacitação de pessoas advindas de camadas populares, através de estudos sobre os direitos de crianças e de adolescentes, desenvolvendo atividades de ensino e de aprendizagem nas sedes dos Centros Comunitários, acreditando que uma vez capacitados estes indivíduos se tornem atuantes diante de quaisquer situações. Nessas dicas, o Centro Comunitário representava um espaço de relações sociais responsável por mediações entre pessoas, instituições, órgãos, estatais ou não. Era a busca por alguma forma de resolução de problemas referentes às comunidades dos bairros.

Partindo dessas experiências, observei algumas das representações atribuídas e o valor que lhes é dado por moradores dos bairros com os quais tive contato. Surgiu então a idéia de estudar o Centro Comunitário da área de ocupação Riacho Doce, devido a um fato que torna sua história peculiar, se comparada com a história de outros Centros.

O Riacho Doce como espaço de moradia trouxe desde seu surgimento a implementação de um Centro Comunitário, como acontecia normalmente em muitos bairros de Belém, das décadas de 1960, 70 e 80, quando se criam várias formas de representação de moradores criados em decorrência das diversas ocupações que surgiam no momento.

Com a ocupação o Centro Comunitário ganhou um lote de terra dentro da área, onde foi construída uma casa de madeira, de térreo e sobrado na Rua da Olaria que se tornou então sua sede. Durante seis anos, devido ao processo da legalização da permanência dos moradores na área o Centro Comunitário atuou como instância representativa da comunidade, embora existisse também, ou principalmente, como organização com endereço certo.

Dados para compor esta etnografia indicam que, não todos, mas a maioria dos moradores tinha consciência de sua existência, pois ele atuava como se fosse um "tabelião minimalista", ou seja, entre outras formas de ação, legitimava mediante documento simplificado escrito à alocação e posse "precária" dos moradores, além de oferecer serviços médicos e advocatícios para moradores. Em 1996 criou-se na área a Associação dos Moradores do Riacho Doce (AMRC), que buscava principalmente substituir o Centro Comunitário já existente. O então presidente do Centro Comunitário, vendo-se pressionado, abandonou o Centro, levando consigo a chave da sede e bens como fogão, máquina datilográfica e documentos, fato que deixou os moradores em clima de revolta.

Assim, após sete anos, o Centro Comunitário, tornou-se um espaço vazio. Foi dado início ao processo que elegeu a nova diretoria, em 1998, formada por presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. Essa diretoria perdurou por três (3) anos, até março de 2001, onde após realização de nova eleição passou a assumir outra diretoria indicada pela anterior que em grande parte ainda permanece na direção do Centro. Sem condições de construir outra sede, ambas as diretorias começaram a se encontrar para reuniões em locais e dias escolhidos de forma aleatória, ou seja, ora em uma ora em outra residência do Riacho Doce.

O caso de um Centro Comunitário será estudado com referência à teoria e a prática dos movimentos sociais, para observar e conhecer a educação política nas relações ideais e reais presentes entre a organização comunitária, moradores e instituições estatais ou não.

A pesquisa e a abordagem analítica

Para dar início a este estudo etnográfico foi imprescindível destacar no processo de pesquisa a descrição densa de Clifford Geertz, no intuito de abrir o horizonte para incluir situações mais visíveis e mais recônditas ou menos “esperadas” por quem se situa a “céu aberto” diante das ações dos protagonistas ou atores sociais cujas linguagens codificam experiências e necessidades múltiplas. Ainda neste intuito, o trabalho de campo buscou ser muitas vezes pesquisa participante, procurando aproximar-se para ver o ideal e o real “do ponto de vista dos nativos”. Esta foi realizada através da participação em atividades desenvolvidas pelo Centro Comunitário, como cadastramento de crianças da área para matrícula escolar, cadastramento de moradores para eleição, secretaria de reuniões, elaboração de atas entre outras.

Entrevistas estruturadas, dirigidas e não dirigidas gravadas em fita-cassete e vídeo fizeram parte das técnicas desta pesquisa, além de um censo econômico-social -populacional realizado com todos os moradores, o qual permitiu o encaixe e análise dos dados em uma “moldura” mais vivida ou mais real do que ideal. Neste caso, todas as entrevistas com os moradores foram realizadas através de um contato direto, dentro da casa do informante. Essas entrevistas podem ser consideradas em dois momentos, primeiramente aquelas que fizeram parte do planejamento da pesquisa que previa a realização de entrevistas com todos os membros da diretoria do Centro, considerando como informantes moradores que residissem na área, além de moradores considerados de primeira e segunda geração, vistos como atores importantes, somaram-se juntamente vinte e cinco (25) entrevistas. Sendo oito

(8) lideranças e dezessete (17) moradores. Além destes foram realizadas quatro (4) entrevistas com a direção de instituições diferentes.

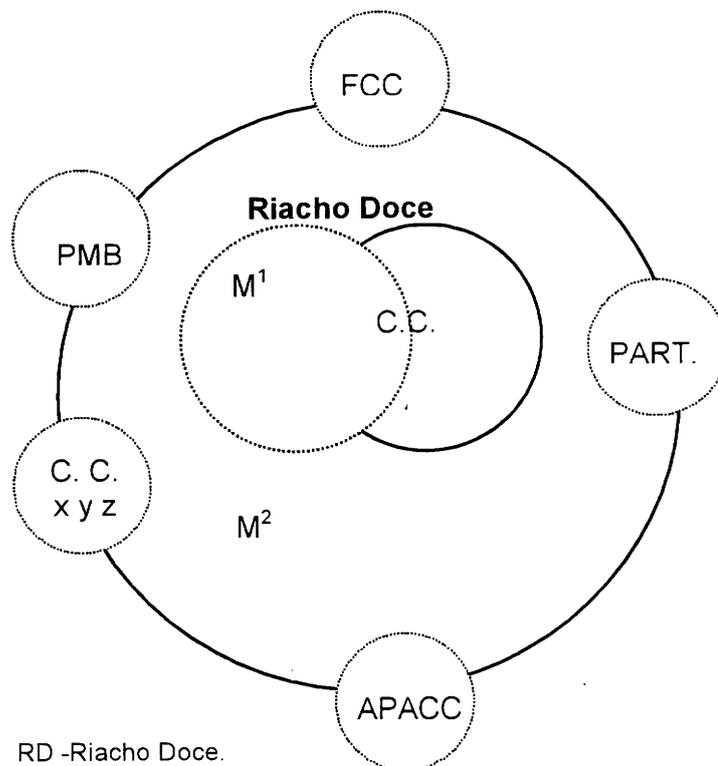
Primeiramente para definir os passos desta pesquisa, denominei de “contatos” todo e qualquer tipo de relacionamento estabelecido com a área do Riacho Doce durante o período de realização da pesquisa de abril de 2000 a novembro de 2001, foi possível somar setenta e dois “contatos” entre diretos e indiretos, ou seja, diretos aqueles realizados no interior da área e indireto outro realizado fora deste espaço, mas que faziam referência a eles, normalmente realizada em espaços de instituições.

O primeiro contato aconteceu em abril de 2000, quando fui convidada a ministrar aulas de Ética e Cidadania para alunos do Curso de Soldagem promovido pela Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, a partir do Projeto Nacional de Capacitação Solidária presidido pela Sra. Ruth Cardoso. Eram trinta alunos de vários bairros de Belém, mas 15 destes eram moradores do Riacho Doce, com quem diariamente durante três meses mantive contatos, alargados até suas famílias no decorrer da pesquisa. Outro contato muito importante aconteceu em oito de maio de 2000, quando participei do Colóquio do Compromisso Social promovido pela PROEX, no Campus da Universidade Federal do Pará em Belém. Esse Colóquio entre outros discutia o processo que envolvia as invasões de terras em Belém e tinha entre os palestrantes a então presidente do Centro Comunitário, que através de sua fala deu início à introdução de um conhecimento que aos poucos se constituiu sobre a área e mais especificamente sobre as ações do Centro Comunitário.

Durante toda a pesquisa de campo fui observando aspectos referentes ao modo de vida dos moradores, eram as formas de convivência, a

situação social, econômica e política, as relações particulares de vizinhança. Essas descobertas apontaram para a escolha de uma etnografia que atribui ao espaço Riacho Doce a denominação metafórica de um cenário. Mas por que cenário? Sim. Primeiramente porque este estudo faz referência a Antropologia Política com ênfase aos estudos sobre poder realizados por George Balandier, (1969) que em uma de suas obras "o poder em cena" mostra como a vida real revela as figuras imaginárias. Depois porque a partir do estudo das representações discutidas por Goffman (1999) a realidade das ações implementada pelo Centro Comunitário apontava para um caminho que lembram um teatro, visto que cada integrante da diretoria representa uma instância de poder acionada de acordo com o papel, pelo espaço e pelo tempo onde será desempenhado.

CENÁRIO DA PESQUISA



RD -Riacho Doce.
 M - Moradores
 C.C.-Centro Comunitário
 PRD -Projeto Riacho Doce
 FCC -Federação de Centros Comunitários
 PART. - Partidos Políticos
 C.C. x.y. – Outros Centros Comunitários
 APACC- Associação Paraense de Comunidades Carentes
 PMB- Prefeitura Municipal de Belém

O primeiro capítulo é uma etnografia sobre a área de pesquisa; ele introduz o leitor, ao bairro do Guamá, e a parcela que é área de ocupação Riacho Doce onde foi realizada a pesquisa. Autores como Magnani (1984); Roberto Cardoso de Oliveira (1996); Clifford Geertz (1985) e Berger e Luckmann (1985) entre outros servem de referência neste momento quando o leitor é convidado a conhecer a constituição da área; passear pelas quadras que formam o Riacho Doce, tendo uma idéia aproximada sobre a forma de vida

ABCDZCOCH ETRADG

UFPA

dos moradores. Ainda é possível realizar um “passeio” mais aprofundado pelas razões do surgimento da organização comunitária e seu desenvolvimento ao longo de onze anos entre 1990 a 2001.

No segundo capítulo é feita uma apresentação e análise do surgimento do Centro Comunitário e seu desenvolvimento. Registro o discurso dos informantes no que se refere à avaliação de suas ações. Há descrição de papéis e de relações praticadas pelos moradores com o Centro Comunitário. Quatro momentos que apresentam quatro diretorias, ou seja, a primeira perdurou por apenas algumas semanas; a segunda por sete anos, a terceira por três anos e a quarta iniciou em maio de 2001. Para desenvolver este capítulo utilizo autores que definem o melhor caminho para uma boa etnografia Goffman (1985) auxiliou para a compreensão do estudo das representações estabelecidas entre moradores e o Centro Comunitário juntamente com Geertz (1998) que novamente é referido. Mas é Alain Touraine (1986), sociólogo estudioso de movimentos sociais juntamente com Maria da Glória Gohn e Safira Ammann (1991) também estudiosas dos movimentos sociais urbanos no Brasil, que ganham aqui maior destaque devido seus importantes estudos realizados, principalmente na cidade.

No terceiro capítulo com base na Antropologia política, há a análise do discurso de moradores e lideranças, bem como, o de Instituições que desenvolvem ou desenvolveram ações dentro da área. Para análise considero Balandier (1989) e Augé (1997) para descrever a relação de poder presente no interior das organizações, assim como Max Weber (1979) quando referir a dominação.

Preocupada em conhecer a realidade próxima a Universidade, tão perto e tão longe “, visto como um limite negativo entre o” aqui e lá “, como uma aluna dessa Universidade comecei a descobrir e observar as várias ligações existentes entre esses dois espaços.

As conclusões longe de apontar dados absolutos, querem apontar caminhos e novas descobertas sobre como são mantidas as inter-relações explicitamente presentes ou implícitas entre instituições, e representações ditas populares. No caso do Centro Comunitário seus moradores associados são pessoas que acreditam e agem em vista de alguma mudança de vida para melhor. Outros são “platéia”, ou ainda outros não agem e “vêem” o entorno e tanto podem resistir silenciosamente como ignorar quanto ao que se passa em volta.

1 ETNOGRAFANDO O RIACHO DOCE

1.1 O COTIDIANO EM PERSPECTIVA: PASSADO-PRESENTE-FUTURO

Era início da década de 90, e em uma emissora de televisão, a Globo, estava passando uma mini-série chamada Riacho Doce. Perto da Universidade Federal do Pará - UFPA se encontrava um matagal cheio de árvores onde havia uma Olaria inativa. Parecia vazio, mesmo que camaleões, preguiças e macacos, além das cobras ou até outros animais aparecessem como presença até certo ponto pacífica no local. Parecia bonito e passava um ar tranqüilo, mas muito diferente da vida de inúmeras pessoas que não tinham condições econômicas de adquirir terra para construir suas moradias. Aquele lugar era como tantos outros lugares da cidade onde ninguém habitava, grandes áreas verdes no espaço serviam como esconderijo para ladrões, "desmancho"² de carros e até mesmo "desova"³ de cadáveres. Pessoas que moravam pelas redondezas receavam passar por ali, pois representava perigo e provocação.

No Brasil cerca de 80% das pessoas moram em áreas urbanizadas, ou seja, encontram-se nas cidades, principalmente advindos da área rural em busca de emprego, escolas para os filhos, ou mesmo atendimento a saúde entre outras necessidades. Um contexto de urbanização que tende a crescer, promovido pelo processo de reestruturação da economia capitalista, que exige capacitação e conhecimento Alves (1997).

2 Desmancho – desmontar carros peça por peça, resultados de roubo que serve normalmente para vendas separadas, que dificulta o reconhecimento por parte da polícia.

3 Desova – pessoas mortas em locais não habitados, normalmente vítimas de violência resultados de vingança e significa uma "morte encomendada".

Este contexto envolveu o processo de "invasão de terra"⁴ que será tratado aqui como ocupação*, para usar expressão "nativa" da boca dos moradores de ontem e de hoje e afastar o sentido pejorativo que envolve a palavra.

O processo de desenvolvimento das cidades aconteceu em todo país, principalmente a partir da década de 70 quando houve uma grande procura por terras na cidade e em municípios vizinhos. Em Belém havia muitas áreas de terras não ocupadas na região metropolitana; inúmeras ocupações surgiram como: Che Guevara no Município de Marituba, PAAR em Ananindeua entre outras, onde terras desocupadas foram então ocupadas. Era um movimento de expansão intra-urbano, ou seja, espaços vazios dentro da cidade eram ocupados e reocupados por moradores da cidade e ao mesmo tempo era efeito de migrações em direção à cidade por deslocamento rural.

O "Riacho Doce" é uma ocupação que refletia, nos anos 90, as condições de habitação de pessoas de classe muito baixa, que na sua grande maioria se deslocam de onde moram, seja da cidade ou do interior, vêm para áreas urbanizadas, ou adjacências. Todos têm a mesma preocupação: ter melhores condições de moradia.

Antes da ocupação no terreno que hoje é o Riacho Doce funcionava uma Olaria, ou seja, uma pequena fábrica onde se produzia tijolos, telhas, e todo tipo de produto que tem argila como matéria prima. Segundo relato de uma interlocutora essa olaria era de propriedade de um homem natural de Portugal, que depois de muitos anos morreu e seus filhos, os

⁴Uso o termo invasão de terra como sinônimo de garantia e luta pela moradia, considerando como "ocupação ilegal" de uma área por pessoas sem terra para trabalho e/ou para moradia.

*"ocupação" - apoderar-se ou tomar posse de alguma coisa.

herdeiros, abandonaram a propriedade. Por isso a população decidiu então ocupar.

Moradores de **primeira geração** – palavra designada por mim para denominar moradores que fizeram parte do início do processo de ocupação – revelaram em entrevista que a área teve uma primeira tentativa de invasão no início de 1990, mas que não deu certo, visto que esses ocupantes foram expulsos pela polícia, após ter aparecido o suposto dono da terra. Porém, após este fato eles não ficaram satisfeitos, pois muitos já tinham limpado seus terrenos, e alguns já haviam também construído seus “barracos”⁵, e não aceitavam a expulsão.

Segundo outras fontes sobre a área como trabalhos acadêmicos ou de leitura de jornais da época, descobri que:

A "comunidade de moradores" sabia que a área pertencia à União, mas mesmo assim tiveram um mandato de despejo implementado em favor de um empresário Sr. Antonio Alves de Lima, que pretendia construir ali um "shopping center", mas a partir do processo de ocupação a área foi toda dividida em pequenos lotes de terra". Alves (1997)

Em um primeiro “contacto” com as pessoas do Riacho Doce, mesmo que indiretamente, já que me vi participando de um Colóquio sobre o Riacho Docé, realizado no dia 08 de maio de 2000. Ouvir um pouco mais dessa história, através de dona Madalena⁶. Ela se apresentou como presidente do Centro Comunitário Riacho Doce, e confirmou que a partir daquela primeira expulsão, houve um impulso maior que levou ao atual processo de ocupação, onde cerca de “1.500” famílias ocuparam a área. Tavares (1999).

⁵ Barracos - pequenos quartos em madeira provisória, sem divisórias, ou separações de quartos, ou salas, que normalmente abrigam grupos domésticos.

⁶ Com a intenção de preservar a identidade dos interlocutores desta pesquisa utilizo nomes fictícios.

"O Riacho Doce começou por um conjunto de pessoas, que não tinham onde morar, como a área estava desocupada...estava havendo violência na área... por causa disso, os moradores da Barão de Igarapé Miri, bairro do Guamá já estavam preocupados. Daí o grupo invadiu a área, e depois apareceram os donos.. que na verdade nunca apareceu. Com um tempo, uns seis meses o Governador Hélio Gueiros, que era contra as invasões, saiu antes de assinar o documento de expulsão dos moradores que arranjaram advogados para lutar pela terra". (Madalena - discurso oral, proferido no Colóquio do Social em 08/05/00 na UFPA.)

Foi assim. era um domingo, dia de diversão, passeio, visitas aos amigos e parentes, ou talvez dia de ficar em casa descansando. Mas naquele domingo seria diferente para centenas de pessoas que estavam ali. No dia 9 de setembro de 1990, essas pessoas se reuniram em frente a um antigo e velho da olaria, portão que ainda existia em meio a um grande matagal pelo lado da Rua Barão de Igarapé Mirí, como nos diz uma informante de "terçado na mão":

"nós era muitos. Eu estava vindo de uma cerimônia de casamento do meu filho, que tinha se casado às 10 horas da manhã e depois agente ia comemorar com uma festa, e quando eu cheguei por volta do meio dia, que eu vi, deixei os convidados lá, e vim embora com um terçado na mão era gente com pau, enxada, foice, terçado, tudo para tirar um terreno aqui". (Maria em pesquisa gravada em março/2001)

Segundo outros interlocutores, em sentido oposto à Avenida Perimetral, estava reunido outro grupo de pessoas, que também esperavam a hora marcada para ocuparem a área, o que aconteceu por volta das 13 horas:

"Eu morava ali perto do Caraparú, e eu todo dia passava ai na frente, por que eu trabalhava em uma serraria e vinha comprar madeira e ai, eu estava passando de ônibus aqui na frente, que tinha um portão quando, eu vi as pessoas estarem arrombando um o portão para entrar aquele grupo de pessoas, comandado por esse rapaz, o Juvenal, que por sinal já morreu, ele se matou (...)e ai eu pare e perguntei, o que estava acontecendo ai?(...) ai o pessoal disse é que o pessoal esta invadindo, esse terreno ai que estava abandonado, ai, eu fui lá avisei minha família, minha esposa né..ai agente veio (...) e foi assim(...)". (João em entrevista gravada em 14/08/00)

Essa informação indica que houve um planejamento anterior à ocupação. Embora no início da ocupação, as casas possuíssem, no geral

apenas um compartimento, abrigavam em média cinco pessoas e para conseguir água potável, os moradores caminhavam cerca de 300 metros dependendo da distância de suas casa até uma torneira dentro da Universidade Federal que cedia água para os moradores.

“Quando cheguei, no Riacho Doce eu dormia de vela; quase um ano sem energia elétrica.. e bem aqui dentro da cidade, carregava água na cabeça, porque não tinha no Riacho Doce, e ainda tinha que atravessar, que tinha uma bica do outro lado do Pantanal⁷...Simplesmente o pessoal da Barão de Igarapé Mirí, não liberava a luz e nem água, como não cedeu...Porque a população lá achava que eles tinham direito, porque eles pagavam impostos e nós não tínhamos...Entendeu? Quando foi pra colocar o “gato”... Foi tirado de lá...E eles vinham e tiravam...Por causa dessa briga a água e a luz vêm da Perimetral, até hoje lá tá o poste...Isso com três anos depois que agente conseguiu.. A UFPA cedeu também uma bica, mas ficava muito longe, aí agente conseguiu uma que vinha do canto de lá, e a outra do lado daqui..e uns quatro carregando água na cabeça... o pessoal da Barão não cedeu água”. (Madalena - discurso proferido no Colóquio do Social em 08/05/00 na UFPA.)

Como disse dona Madalena, foram vários os problemas enfrentados pelos moradores que passaram a residir na área; além da falta de energia, de água, da falta de segurança, a enchente causada pelo transbordamento do igarapé Tucunduba, principalmente nos meses de janeiro a março trazia doenças; as crianças eram as mais atingidas, pois constantemente brincam e tomam banho nas águas do igarapé. Segundo os interlocutores muitos homens, mulheres, jovens e até crianças ganhavam dinheiro carregando água da Universidade até o Riacho Doce, onde entregavam para os moradores, que não podiam carregar, principalmente para senhoras idosas, ou mesmo as mais novas que ficavam cansadas de ir atrás de água e ter que carregar por uma longa distância. Após dez anos em 2001 a situação não é muito diferente, embora já tenha água encanada, luz elétrica,

⁷ Invasão localizada as proximidades do Riacho Doce, - uma ilha - no meio do Igarapé Tucunduba.

mas as enchentes ainda são freqüentes, como dizem os interlocutores *isso é natural*, ou seja, sempre que o igarapé aumenta seu volume de água, transborda e continua trazendo doenças, seja para adultos ou crianças. Além disso, as casas sejam de térreo e sobrado ou somente térreas, com divisórias ou não, ainda abrigam muitas pessoas em uma mesma residência.

O local Riacho Doce, ainda nos primeiros dias seguiu a "ordem" de uma pessoa que se tornou o primeiro líder comunitário da área: cada pessoa "*tirava*"⁸ somente um terreno, medido em braças ou por fita métrica com medidas iguais 12 metros por 6 metros, previamente e sumariamente demarcadas. E foi assim que aconteceu. Mas, conforme se passavam os dias, mais pessoas apareciam, e todos os terrenos que não estavam cercados, ou mesmo os que já estivessem e fossem muito grandes eram ocupados, para não haver espaços vazios, como hoje não há. Segundo a fala de uma moradora líder comunitária da área "*os espaços vazios por se constituírem em uma invasão não tem donos e qualquer pessoa pode invadir*".

Quando se deu o processo de ocupação, os moradores não pensaram, em espaços para construção de escolas, praças e/ ou locais de lazer, o que não podemos caracterizar como uma peculiaridade, já que na maioria das ocupações normalmente também não se pensam nesses espaços, "*pois é muito difícil conter os invasores*", disse uma interlocutora. Até um pequeno espaço, às margens da Avenida Perimetral, que teria se pensado em ficar para uma feira de venda de alimentos na área, aproximadamente cinco dias depois foi invadida com a chegada de outros ocupantes que passaram a residir ali, não restando nenhum outro espaço desocupado na área:

⁸ Tirava – palavra designada para dizer que se tomou para si algo, no caso "tirava o terreno".

“Quando se dá a invasão as pessoas não querem saber de nada. Só querem saber do seu pedaço, se tiver na frente da tua casa um espaço eles vem e fazem a casa e tu não podes falar nada, porque é uma invasão, e lá não tem dono”. (Madalena - discurso oral proferido no Colóquio do Social em 08/05/00 na UFPA.)

Quando adentrei o Riacho Doce, aos poucos fui observando que a área mostra uma arquitetura muito variada, sem um planejamento, padronizado. As casas de madeira umas altas e outras baixas, geralmente não pintadas mostram uma imagem peculiar, a tábuas, gasta pelo contato de sol e água de chuva tem um tom escurecido, como se fossem diferentes partes de um mesmo pensamento. Implícita necessidade de moradia, as casas parecem dizer que existe uma forma de ser que reflete um pouco da história de vida de cada morador, citadinos ou interioranos, seja qual for sua origem também seus costumes, suas formas de vida estarão representados no estilo de casa construída.

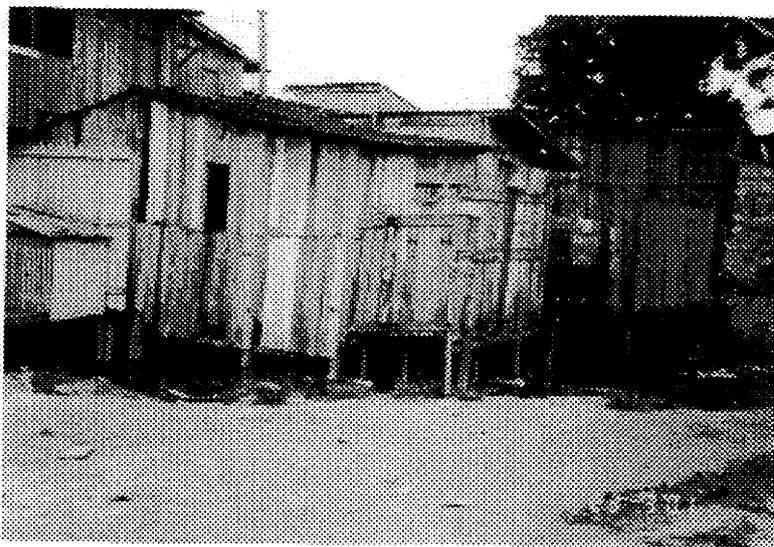


Foto 01: Telma Pereira em 23/03/01 – Casas à margem do Igarapé Tucunduba.

Em fato datado de 23 de março de 2001, essas casas mostram um pouco dessa arquitetura. Localizadas à margem do Igarapé Tucunduba, as

casas foram construídas com pedaços de tábuas reaproveitadas. Neste caso elas são elevadas devido à enchente provocada pela alta do Igarapé.

Para melhor localizá-lo, o Riacho Doce é uma área de ocupação no município de Belém, Bairro do Guamá, parte da Região Metropolitana o qual abrange os Municípios de Ananindeua, Benevides, Marituba, e Santa Bárbara. Constituído por quase 50 (cinquenta) bairros, dentre eles o bairro do Guamá que é considerado um dos mais populosos, e formado de uma população em grande parte de baixo poder aquisitivo.

É um espaço relativamente pequeno de 380 metros de comprimento por 80 metros de largura. O Riacho Doce inicia, à frente da Avenida Perimetral e margeia o Campus da UFPA e termina na Rua Barão de Igarapé Miri. Ao lado esquerdo da área de ocupação localiza-se um terreno pertencente à Cooperativa dos Funcionários da UFPA, que integrou num primeiro momento a área do Riacho Doce, visto que também foi ocupada, mas foi desligada depois após a comprovação de propriedade por parte da UFPA. Sousa & Oliveira (1995).

Segundo o mapa a seguir, é possível visualizar essa disposição.

Belém - PMB que começa a ser implantado, caracterizando um amplo esforço de intenções urbanísticas nas áreas de baixadas em Belém. Estes esforços convergem para garantir e organizar a navegabilidade no Igarapé Tucunduba contribuindo para preservar sua biodiversidade. Seus objetivos principais são gerar a inclusão social e a geração de emprego e renda para moradores da área. Para os que se situarem em espaços considerados de risco, como áreas alagadiças ou em áreas estratégicas para o desenvolvimento de Projetos da Prefeitura, será feito o remanejamento de famílias para áreas próximas do Riacho Doce, no intuito de preservar suas identidades com o local onde moravam.

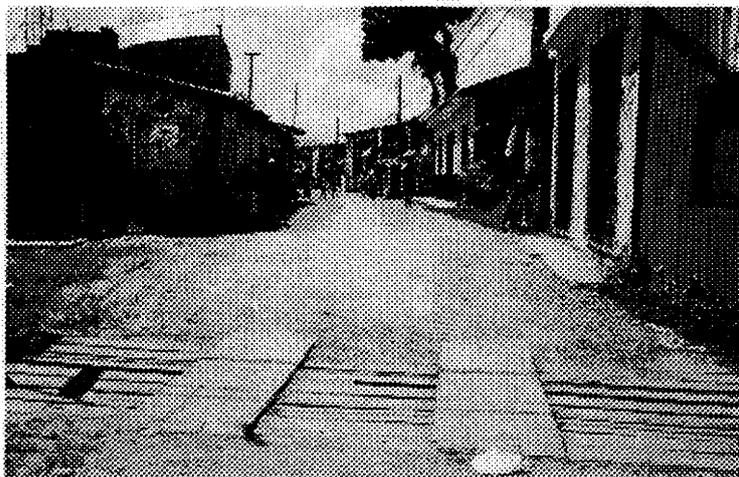


Foto 02: Telma Pereira em 07/03/01 - Rua da Olaria.

Fotografia de uma das quatro vias de acesso para o Riacho Doce, Rua da Olaria com a Rua Barão de Igarapé Miri, uma das portas que apresenta aqui o Riacho Doce como o meu cenário, como denomina Magnani ao estudar o contexto urbano;

“o cenário não é nesta perspectiva, um conjunto de elementos físicos, nem deve sugerir a idéia de um palco que os atores encontram já montado para o desempenho de seus papéis. Aqui, é entendido como produto de práticas sociais anteriores e em constante dialogo com as atuais – favorecendo-as, dificultando-as, e sendo continuamente transformado por elas. Delimitar o cenário significa identificar marcos, reconhecer divisas, anotar pontos de intersecção – a partir não apenas

da presença ou ausência de equipamentos e estruturas físicas, mas desses elementos em relação com a prática cotidiana daqueles que de uma forma ou de outra usam o espaço: os atores". Magnani (1996, p.37).

Na realidade o lugar, existe há 11 anos. Passa a ser visto de forma teatralizada, ou seja, é adaptado para um **teatro**, como um **cenário** com um "**palco**" ou **ribalta**, ora transferido para o local onde funciona o Centro Comunitário, ora abrangendo toda a área Riacho Doce. Um palco de encenações, baseados em história real, que se transfere de acordo com a realidade, muda de lugar. Muitos **personagens** foram identificados neste palco; **atores** sociais, **protagonistas**; **figurantes** pessoas presentes, moradores ou não, mas que de alguma maneira se encontram neste cenário assumindo **papéis** temporários. Chamo de atores principais ou protagonistas, aqueles que desempenham papéis significativos em relação à área, moradores, que estão desde o princípio da ocupação ou mesmo moradores de **segunda geração**, ou seja, que não estavam no ato da ocupação, mas que por serem moradores são reconhecidos socialmente no palco. Identifiquei também os **bastidores**, pessoas não moradoras da área, são consultores, como disseram os interlocutores. Embora fiquem às vezes "escondidos", são partes integrantes de suma importância, pois determinam, muitas vezes a realização positiva das ações do Centro Comunitário, contribuem através de "ajustes" que moldam essas ações. O **público** é feito de moradores do Riacho Doce, e integrantes de instituições que desenvolvem trabalho dentro da área e por isso mantém relação direta com o Centro Comunitário, "são eles que esperam ser convencidos de que a impressão de realidade que encenam é a verdadeira realidade" Goffman (1999), ou seja, caso não convençam perderão seu espaço de poder, imediatamente substituído por outro personagem.

Para essas várias representações, as **máscaras** são recurso que constantemente são trocadas, ou seja, figurantes moradores da área que não desenvolvem atividades ligadas ao público rapidamente podem entrar nas encenações e marcar suas representações. São moradores que muitas vezes criticam determinada atitude de um líder comunitário, e sua repercussão é tão grande que leva o morador a deixar de ser simples morador para tornar-se ator principal.

Os moradores, na sua maioria **figurantes**, ou **espectadores** se denominam de várias maneiras, como melhor lhe convém em determinados locais por onde passam. Em conversas informais é comum chamarem-se de *invasores*, em momentos formais quando participam de seminários, ou reuniões em Instituições, como na PMB. E em outros se denominam de *ocupantes*, mas quando vão adquirir bens, quando compram em lojas mais importantes, colocam seus endereços, com a denominação de moradores em "*conjunto*"- informações, resultado de conversas informais com moradores da área, e algumas entrevistas gravadas, realizadas durante os meses de março de 2000 a novembro de 2001. Elas demonstram que a realidade construída pelos moradores é dinâmica no sentido que de acordo com a representação mudam também suas máscaras:

"Quando cheguei, no Riacho Doce eu dormia de vela; quase um ano sem energia elétrica.. e bem aqui dentro da cidade, carregava água na cabeça, porque não tinha no Riacho Doce, e ainda tinha que atravessar, que tinha uma bica do outro lado do Pantanal⁹...Simplesmente o pessoal da Barão de Igarapé Mirí, não liberava a luz e nem água, como não cedeu...Porque a população lá achava que eles tinham direito, porque eles pagavam impostos e nós não tínhamos...Entendeu? Quando foi pra colocar o "gato"... Foi tirado de lá...E eles vinham e tiravam...Por causa dessa briga a água e a luz vêm da Perimetral, até hoje lá tá o poste...Isso com três anos depois

⁹ Invasão localizada as proximidades do Riacho Doce, - uma ilha - no meio do Igarapé Tucunduba.

que agente conseguiu.. A UFPA cedeu também uma bica, mas ficava muito longe, aí agente conseguiu uma que vinha do canto de lá, e a outra do lado daqui..e uns quatro carregando água na cabeça... o pessoal da Barão não cedeu água". (Madalena - discurso oral proferido no Colóquio do Social em 08/05/00 na UFPA.)

1.2 UM PASSEIO NO REAL: CAMINHOS, QUADRAS/RIACHO DOCE

Formado por 24 quadras, o Riacho Doce é um **pedaço** da cidade de Belém, como fala Magnani¹⁰, um espaço que não é a casa nem a rua onde as pessoas se encontram, embora com código definido, mas com objetivos comuns. Com diz também Roberto DaMatta (1985), um espaço literalmente demarcado, que separa um pedaço de chão do outro. Moradores de **primeira geração, segunda, terceira, quarta geração**, pioneiros ou moradores mais recentes, aqueles que compraram de moradores distantes do período inicial de ocupação, sejam de primeiros ocupantes ou de segunda, outros que não participaram da ocupação, se identificam com mais ou menos frequência como "*moradores do Riacho Doce*", para os de primeira geração o sentido atribuído é diferente, pois está bem mais presente o *orgulho de morar ali*. Como disse Berger (1972) "as identidades são atribuídas pela sociedade", ou seja, é o reconhecimento do outro, de suas relações com esse outro determinado pelo reconhecimento de sua conduta. Nesse caso existe um auto - reconhecimento desse morador principalmente em detrimento de lembranças que o identificam como sendo dali, seja um vizinho, um amigo, a localização, ou mesmo o Igarapé que o lembra o lugar onde morava antes.

Da mesma maneira que a luta por identidade, observei sem muita dificuldade a precariedade de condições econômicas, sociais, políticas e

¹⁰ Ver sobre em Magnani, Festa no pedaço: 1984.

educacionais presentes na área. Os moradores do *Riacho* vivem a diversidade do espaço e do tempo, no que tange às suas condições de vida.

Como diz DaMatta (1985) mais do que categorias inatas, o espaço e o tempo constroem e são construídas.

Neste caso o espaço e o tempo mantêm também relações de construção onde um determina o outro, os moradores do Riacho Doce constrói um espaço e um tempo de acordo com suas mobilidades do real e do ideal, marcados pelas desigualdades, seja econômica, social ou política. Sua constituição aos pouco desvenda como isso acontece: Há determinadas ruas que são amplas como a rua principal chamada de *Rua da Olaria* que não é alagada, mesmo em época de chuva é possível o transito de veículos, embora muitas vezes fique congestionado devido o grande número de carros de pequeno e médio porte, como carros de passeio ou pequenos caminhões. Essa rua é vista de forma diferente, não somente por ser mais larga, mas também por ser a mais antiga e principalmente por localizar um grande número de comércio variados em toda a sua extensão, apresenta casas mais bem feitas e valorizadas, por se constituírem na sua maioria por casas de alvenaria. Frequentemente acontecem festas dentro dos bares ou mesmo na própria Rua da Olaria.

Outras ruas, por serem mais estreitas oscilando entre 4 metros a 1 metro e meio são chamadas de quadras pelos moradores, algumas são alagadas e não há circulação de carros, outras são estreitas apenas interligadas por *estivas*, ou seja, pequenas pontes elevadas – comuns em áreas alagadas - que servem de tráfego para pedestres. De acordo com essa localização há atribuição de um sentido, um valor diferente para cada morador

ou para cada família. Pesquisa intitulada *Riacho Doce, vários olhares* realizada na área Riacho Doce em outubro de 2001¹¹, revelou que a população na sua maioria mora no Riacho Doce a mais de dez anos, o que não significa dizer que são moradores de primeira geração, mas demonstram que já moram há muito tempo na área e por isso conhecem sua história, já que foram seus construtores. Sua constituição é marcadamente oriunda de imigrantes ribeirinhos que moravam ao longo do Rio Guamá ou interiores próximos a Belém como Ananindeua, Moju, Igarapé Miri, Abaetetuba, e outros. O fato de estarem localizados à margem do Rio Tucunduba favorece no sentido de manter o comércio de venda de mandioca e até a extração de madeiras vindas pelo Rio Guamá, de lugares ribeirinhos às proximidades de Belém. Em uma das perguntas questioneei o que lembrava o Riacho Doce quando esses moradores estão fora da área e cerca de 30% referiram-se ao Igarapé Tucunduba, exatamente pelas características interioranas presentes nos seus costumes, lembrados no "centro" da cidade.

Segundo censo realizado na área¹² é possível fazer uma etnografia desse *pedaço*, que vislumbra aspectos relativos, não só aos moradores da área como também a constituição mais específica sobre suas formas de vida.

¹¹ Levantamento amostral realizado no dia 16 de outubro de 2001, intitulado "Riacho Doce, vários Olhares" com 75 moradores que se encontravam nas ruas do Riacho, ou seja, em trânsito. Essa pesquisa ainda foi orientada por mim e pela pesquisadora Syane Lago que também desenvolve pesquisa na área com o tema: Namoro e comportamento sexual entre adolescentes. Os pesquisadores foram meus alunos da Disciplina Antropologia Cultural do Curso de Filosofia do Instituto Pan-Americano, turma A- Icoaraci/Pa. (ver anexo questionário).

¹² Censo realizado área total do Riacho Doce, no dia 27 de junho de 2001, através de aplicação de questionário por 80 alunos da Universidade Federal do Pará, dos cursos de Serviço Social, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Turismo e Ciências Sociais. Coordenado e supervisionado por mim, Telma Pereira e Syane Lago.

Dados da Secretaria Municipal de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão - SEGEP, pertencente à Prefeitura Municipal de Belém – PMB, realizados em abril de 2001 definem que hoje residem no Riacho Doce 1.349 famílias, distribuídas em 1.297 domicílios, que totalizam 5.274 moradores, entre crianças, jovens e adultos. Porém dados do censo, de junho de 2001 revelam que residem do Riacho Doce 1.425 famílias, em 1.352 domicílios, o que totalizam 5.422 moradores. As diferenças desses números revelam que além de metodologia específicas foram também desconsideradas por parte da SEGEP, algumas áreas específicas pertencentes a pequenas vielas que saem das quadras. Nesse caso foi desconsiderada sua presença como parte integrante do Riacho Doce¹³.

A quadra 1, tem o nome de Rua da Paz, por ser a primeira rua no sentido Barão de Igarapé Miri para Avenida Perimetral, ainda é possível encontrar moradores de primeira geração, muitos vindos de interiores como Moju, Abaetetuba, Capanema, Igarapé Miri entre outros; mesmo de outros Estados, como Porto Velho e até mesmo de outro país como uma moradora natural do Peru, segundo pesquisa. Embora a maioria tenha tempo de moradia mais antigo na área, não foi observada diferença relevante entre o padrão de vida econômica desses moradores se comparados a moradores de **segunda e terceira geração**, isto confirma que o perfil dos moradores - revelados em pesquisa - em se tratando de condições econômicas basicamente são as mesmas, principalmente pelo fato de morarem no mesmo espaço. Segundo relatos de moradores, a maioria gostaria de mudar de vida, no sentido de viver

¹³ Esses dados diferenciados, especificamente dão conta de domicílios que estão localizados na quadra 1 e que não foram considerados pela SEGEP.

dignamente, e uma das formas que vem contribuindo para essa mudança tem sido a organização popular através do Centro Comunitário existente na área.

Nessa quadra está a maior diversidade política dos moradores, posto que segundo seus próprios relatos é aqui que se reúne uma organização oposta ao Centro Comunitário da área. Oficialmente eles não existem, porque não são legalizados, mas é constituída por moradores da quadra, formaram a chapa 2 que disputou a eleição para o Centro Comunitário na última eleição ocorrida em maio de 2001, onde não foram vencedores, mas receberam cerca de 30% do total de votos. Também na sua esquina com a Rua da Olaria, se encontrava a primeira casa, local de madeira sede do Centro Comunitário - desde 1998 este local reduzido a espaço vazio foi cedido pelos membros da então diretoria do Centro para a PMB, que adquiriu mais dois terrenos vizinhos para construir em alvenaria o Posto de Atendimento à Saúde da Família Saudável.

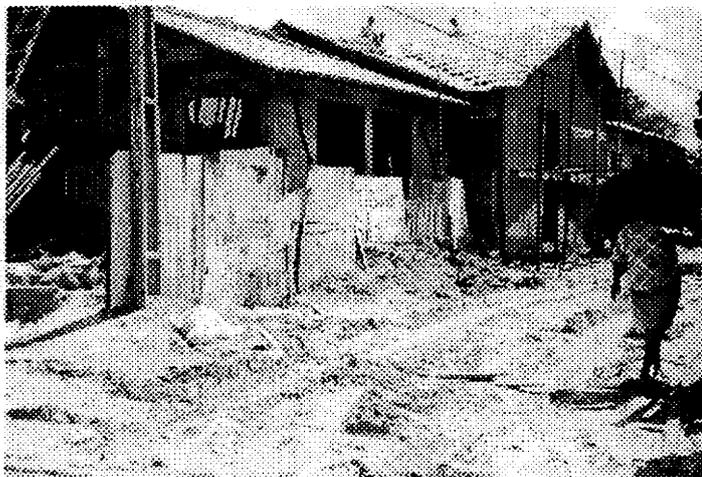


Foto 03: Telma Pereira em 07/03/01- Constr. do Posto de Saúde Família Saudável.

Localizado na quadra 1, Rua da Paz, esquina da Rua da Olaria, este prédio em construção de alvenaria está localizado no lugar de propriedade

do Centro Comunitário Riacho Doce, cedido para a PMB construir o Posto de Saúde Família Saudável, previsto para inauguração em dezembro de 2001.

A localização desta quadra fica próxima a duas outras grandes áreas de ocupação, uma é a Terra-Firme e outra é o Pantanal¹⁴. Essa convivência aumenta os problemas que existem na área, pois além da falta de condições de moradia: de saúde, educação, emprego e outros. A questão da violência agrava mais os problemas, visto que sofrem constantemente o confronto de gangues rivais advindas dessas outras áreas, onde a surpresa amedronta e faz com que os moradores vivam o terror dessa convivência, segundo relato:

“Eu durmo de um olho fechado e outro aberto com medo de invadirem minha casa, pois não tenho esposo, moro sozinha com meus três filhos. O meu filho coitado sofre na mão dos pivete, ele vende coxinha na rua, é de que vivemos, isso quando o bandido não bate nele e toma o dinheiro da venda, nós não podemos fazer nada, se eles souberem que eu estou dizendo isso eles me matam.” (relato de moradora da quadra 1- Rosa Maria em 20/03/2001)

Foi possível confirmar a partir de relatos dos vários interlocutores moradores desta quadra que muitos estão desempregados, principalmente porque não são mãos de obra qualificada. A maioria não tem estudos formais de 1º ou 2º grau, mas, seus conhecimentos são resultados de aprendizagens domésticas, ou seja, não estudaram, mas tem suas profissões como: carpinteiro, pedreiro, manicura e outros. Um grande número de famílias inclui agregados na casa, seja filhos que se juntaram ou casaram e trouxeram suas esposas ou maridos para casa, e mesmo parentes que vem de longe para morar junto, alguns de forma provisória outros permanentes.

¹⁴ Áreas ocupadas em Belém, 10 anos antes da ocupação Riacho Doce.

Um dado novo foi à identificação da passagem que existe naquela quadra que os moradores identificam como a quadra 25, onde há um número muito grande de moradores, com condições mais precárias do que as anteriores. As casas que se localizam nessa passagem estão por trás de outras e às vezes mal é possível percebê-las, pois só quando adentramos pelo saguão, uma espécie de corredor de difícil acesso por ser estreito e cercado normalmente por pedaço de parede. As casas parecem abandonadas à ação do tempo, a maioria de madeira bruta e feita sem muito planejamento, com somente um compartimento sem divisórias, algumas com mais de uma família residindo dentro do mesmo espaço - situações recorrentes no Riacho.

Grande maioria dos moradores obteve o terreno por compra, ou seja, não são moradores de primeira geração, mas principalmente de terceira e quarta. Eles compraram de outros moradores a preços que variam entre CR\$500,00 à CR\$1.000,00 (quinhentos a mil reais). O recibo foi validado pelo então presidente do Centro Comunitário na época, o que de alguma forma pode significar que eles podem ou não ser moradores recentes na área, mas independente disso adquiriram suas propriedades de moradores de primeira e segunda geração, visto que quanto mais distante o morador da data de ocupação, mais distante a possibilidade de ter o pequeno documento de propriedade.

Segundo estudos comparativos em várias versões de mapas, e em trabalhos acadêmicos desenvolvidos sobre o Riacho Doce, constatei que a área vem passando por modificações, que ao longo do tempo, foram alterando a constituição do espaço. Porém em nenhum desses trabalhos foi identificado o registro da localização da quadra 25. Esse dado pode ser justificado pelo fato

observado em recente pesquisa - setembro/2001, quando em conversa com a atual presidente do Centro ela relatou:

“(...) esses moradores não se identificam como moradores do Riacho, acho que eles tem vergonha (...) as casas fazem frente, e tem saída apenas para a Barão, o que significa pra gente que eles não gostam daqui, por isso agente não considera eles moradores”. (Isabel líder comunitária da área – relato oral gravado- em 23/09/01)

Uma justificativa seria que, segundo dados do censo alguns moradores “não gostam” do lugar onde moram e negam sua “identidade” com o Riacho Doce. Por outro lado, de acordo com esse censo esses moradores já estão lutando por essa identidade, pois após terem sido informados sobre a contagem do número de residências e de famílias da área feita pela SEGEP, que visa implementar ações para melhorar as condições de vida de todos os moradores da área, estes se identificaram e lutaram para conseguir a inclusão de seus dados, nomes e endereços, como moradores do Riacho Doce, visto que do contrário não seriam beneficiados pelo Projeto Habitar Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento -BIRD.

Igualmente à quadra 2 na Rua da Esperança, talvez por ser próximo a quadra 1, muitas características semelhantes encontrei. Os moradores sofrem as mesmas “deficiências”, ou seja; à violência que é fruto constante de queixas por parte dos moradores; a falta de atendimento à saúde; garantia de direitos e outros também comuns. A maioria das construções é em madeira que predominam em toda área e seguem o mesmo padrão, ou seja, em térreo e sobrado muitas em elevado estado de desgaste, principalmente devido à falta de manutenção promovida pela “*falta de dinheiro*”, ou seja, falta de recursos financeiros. Outras como é o caso das residências em alvenaria, se apresentam inacabadas. Grande parte dos moradores é também oriunda do

interior mais precisamente do Município de Igarapé Mirí embora a maioria já fosse morador do bairro do Guamá há algum tempo, mas características interioranas permanecem muito fortes na suas vidas. Até porque não perderam vínculo com o seu lugar de origem e constantemente os visitam em festas como religiosas, ou mesmo em *feriados prolongados*.

À quadra 3, Rua da Salvação, uma das coisas que chamou atenção dos pesquisadores foi o grau de simpatia com que foram atendidos; embora sofram os problemas já mencionados quando questionados sempre estavam sorrindo; sorrisos que traduziam seus olhares cheios de esperança observados nas falas, gestos ou mesmo na sua condição de vida, aos poucos revelada, pela pesquisa. A maioria desses moradores também sofre a falta de emprego ou em média os que estão empregados recebem um salário mínimo ou muitas vezes esse salário chega à metade entre oitenta ou cem reais (CR\$80 e CR\$100,00) normalmente dinheiro que garante o sustento da família ostentado pelo chefe que pode ser homem, mulher, jovens ou até crianças que contribuem com a renda familiar vendendo bombons, chopes, picolés, ou mesmo recebem a bolsa-escola. No Riacho Doce 250 famílias são beneficiadas e recebem um salário mínimo por cada filho na escola. Essas condições traduzem um pouco da história de suas vidas. Vivem sem muitas escolhas de locais para divertimentos já que no Riacho Doce não existe praça a não ser o espaço da própria rua, onde jovens e adultos conversam e brincam jogos como dominó, ou dama. As crianças também brincam, os meninos de futebol, ou pelada como eles chamam, e as meninas brincam de "macacas", "piras" ou "elástico". Vizinhos, amigos, parentes se encontram na frente de suas casas, nas esquinas das quadras, nos bares ou mercearias, sentados no chão,

em cadeiras plásticas ou de madeira, ou mesmo em pedaço de madeira para conversarem seja pela manhã, tarde ou à noite.

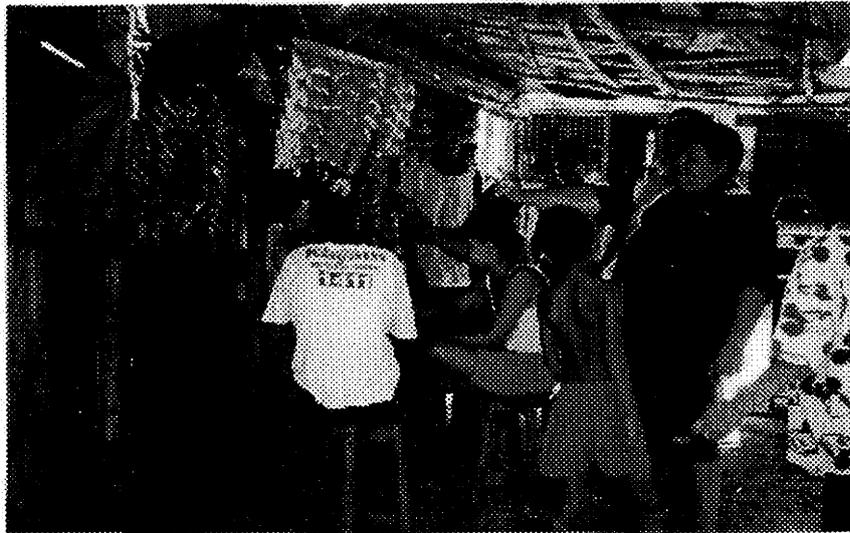


Foto 04: Telma Pereira em 07/03/01 – moradores jogando.

Localizados a esquina da Rua da Olaria com a quadra 17, estes moradores homens e mulheres, diariamente se encontram nesta pequena venda coberta com plásticos, para jogar baralhos e ou dama. O que estavam fazendo nesse momento quando tirei a fotografia? A maioria estava como vendedores e enquanto não aparecem os fregueses eles jogam.

Nas quadras 4 e 5, Rua Fé em Deus e Rua Apocalipse, há uma diferença que merece ser destacada: é sua extensão de aproximadamente 200 metros, o que torna possível contar aproximadamente 70 residências por quadra. Esse grande número de moradores vive as mesmas dificuldades já identificadas em outras quadras. Falta de esgoto, saneamento, iluminação pública, desemprego, e a violência, que aparece para eles como um problema mais grave do que para outros que não moram nessa rua. As casas sem divisórias internas, com pouca higiene, também na maioria sem móveis, ou seja, normalmente apresentam apenas os móveis ditos indispensáveis, como

cama, mesa, fogão, televisão e geladeira. Alguns moradores demonstraram bastante entusiasmo ao receberem os pesquisadores, embora outros reclamassem das inúmeras pesquisas das quais foram objetos e cobravam respostas sobre estas pesquisas.

Dentre os problemas existentes nessas quadras assim também como nas outras que seguem até a quadra 13 está o aterramento. Essas foram aterradas e muitos moradores tiveram suas casas, que antes estavam no nível das ruas, "*em parte enterradas*", disse um interlocutor. Elas ficaram em grande parte abaixo do nível da rua, aproximadamente um metro. O problema é agravado principalmente pela grande quantidade de chuva que cai em nossa capital e que provoca o alagamento das ruas e das casas, pois a macro drenagem, nesse caso, ou não existe ou é insuficiente.



Foto 05: Telma Pereira em 07/03/01 – Processo de Tubulação na Quadra 8.



Foto 06: Telma Pereira em 22/05/01 – Processo de aterramento na Quadra 8.

As fotografias acima são referentes à quadra 8 vistas em momentos diferentes. A primeira mostra uma das primeiras fases de aterramento em 2001, quando a PMB colocava a tubulação de esgoto, um processo que aconteceu em todas as quadras do Riacho Doce da mesma maneira. A segunda mostra a fase posterior, quando começa o aterramento propriamente dito, após ter sido feita a tubulação. Nesta fase os moradores da quadra, como mostra a última fotografia, esperavam a chegada do aterro para aterrarem também seus terrenos. Por isso nesse momento jovens, adultos, idosos e crianças carregam em baldes ou latas improvisadas aterros para o interior de seus terrenos.

Formando ainda as quadras mais largas do Riacho, a quadra 6, 7 e 8, Ruas do Profeta, da Salvação e do Arrebatamento respectivamente, são quadras muito compridas em sua extensão, por serem as mais compridas e mais largas é possível a passagem de carros da Rua da Olaria para Rua Igarapé Tucunduba e vice-versa. A principal diferença está em não alagar, ou seja, não ficarem submersas. São quadras localizadas em espaços mais

elevados e secos que, por esse motivo possuem casas construídas em alvenaria, ou mesmo em madeira com uma arquitetura diferente.



Foto 07: Telma Pereira em 22/05/01 – Quadra 7 depois do aterramento.

Esta é a quadra 7, uma quadra que é muito ampla se comparada a outras quadras; através da fotografia é possível identificar no final da quadra, casas que ficaram com as portas a baixo do nível do aterramento. Uma moradora é Isabel (casa verde da fotografia acima) a mulher que na última eleição foi eleita pelos moradores presidente do Centro Comunitário em maio de 2001. Sua presença é reconhecida em toda área, principalmente porque antes de ser eleita já era Agente de Saúde na área. A localização próxima à quadra 8 contribui também para seu reconhecimento, pois é lá um dos lugares em que com mais freqüência acontece a reunião do Centro Comunitário. Uma casa de propriedade da Associação Paraense de Apoio a Comunidades Carentes – APACC, que após ter se “afastado” da área onde realizava atividades com moradores cedeu o espaço para o Centro. Por causa dessa atividade isso torna essa quadra de alguma maneira mais expressiva, pois as mobilizações do Centro podem atingir esses moradores mais facilmente do que

outros que moram mais distante. Grande parte desses moradores é de segunda, terceira e quarta geração, e por isso não demonstram tanto interesse pelas atividades do Centro, exatamente porque observamos que, quanto mais distante da data de ocupação e do local das reuniões, mais distante também o sentido dado pelos moradores ao Centro Comunitário.



Foto 08: Telma Pereira 07/03/01– Madalena em frente à casa da APACC na Quadra 8.



Foto 09: Telma Pereira 12/06/01– João em frente à casa da APACC na Quadra 8.

Como mostram as fotografias, ambas referem-se ao mesmo espaço, o local sede da APACC no Riacho Doce, localizado na quadra 8. Um

dos locais onde funciona o Centro Comunitário Riacho Doce, já que existem outros como: A Igreja Nossa Senhora das Graças, ou eventualmente qualquer outra casa dentro da área. Como pode ser identificada nas fotografias: a primeira onde aparece Madalena - ex-presidente do Centro Comunitário Riacho Doce, mostra o local antes do aterramento; e a segunda onde aparece João - vice-presidente do Centro Comunitário Riacho Doce, na casa da APACC após a fase de aterramento.

As quadras 9 e 10, Ruas Nova Canaã e Nova Jerusalém são bem menores no comprimento; onde é possível contar cerca de 15 casas de cada lado, isso fez uma diferença por demarcarem um espaço onde também sofrem a falta de estrutura para suas moradias. Ruas estreitas, não permitem o tráfego de veículos. Os moradores também oriundos de interiores como Abaetetuba, Santarém e Vigia, vivem em condições muito precárias, sem emprego em pequenos quartos sem divisórias. Os documentos de propriedade – como recibo de compra - são cada vez menos presentes, pois a maioria não possui nenhum documento de compra que comprove de sua propriedade o terreno onde moram, ou seja, na sua maioria são moradores de **terceira**, **quarta** ou mesmo **quinta** geração, já que moradores de primeira e segunda geração normalmente têm o documento de propriedade adquirido no início da ocupação.

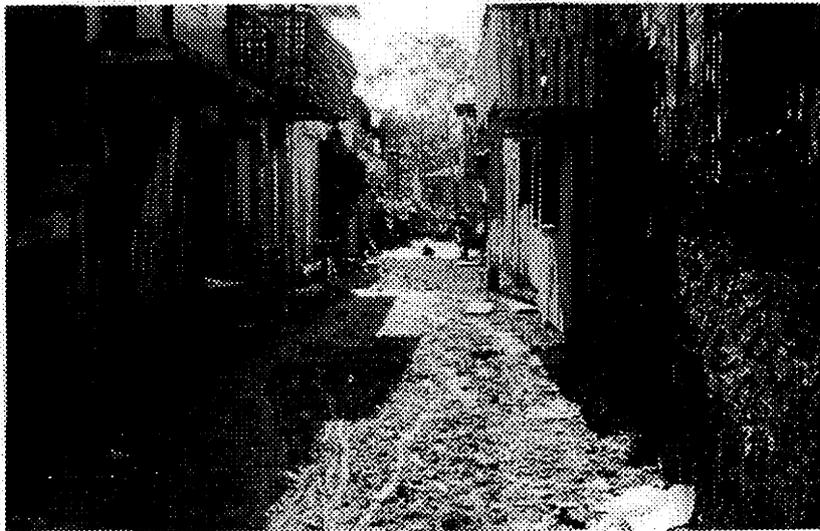


Foto 10: Telma Pereira 22/05/01– Quadra 10, estreita e pequena.

Localizada a proximidade da Avenida Perimetral em lado oposto à Rua Barão de Igarapé Miri, esta é a quadra de número 13, quando passava pelo aterramento. Ao fundo é possível identificar as casas em madeira, chamadas de unidade fixa da SEGEP/PMB, onde técnicos, Sociólogos, Assistentes Sociais, Arquitetos entre outros, desenvolvem Projetos para a área. As quadras 11, 12 e 13 respectivamente as Passagens Lírio dos Vales, Príncipe da Paz e Mar da Galiléia, da mesma maneira que as duas anteriores, também são pequenas e se parecem principalmente por serem cortadas transversalmente por uma travessa chamada de Cristo Rei, a maioria das casas dessas passagens é de madeira em térreo e sobrado, estreitas, ou seja, de um metro e meio de largura, e em sua maioria não são pintadas dando ao fundo uma vista acinzentada. Cercada por ruas estreitas não há circulação de carros, restando o trânsito de pedestres e ciclistas que trafegam constantemente em toda a área. Muitos dos moradores também são de segunda e terceira ou quarta geração. Em observação constatei que grande parte desses moradores tem como forma de sobrevivência o uso do igarapé

Tucunduba, onde muitas vezes pescam seus alimentos e principalmente trafegam em canoas ou pequenos barcos onde carregam tijolos e telhas vindos de interiores como Abaetetuba e Barcarena, que são vendidos para lojas de material de construção muitas localizadas dentro do Riacho Doce.

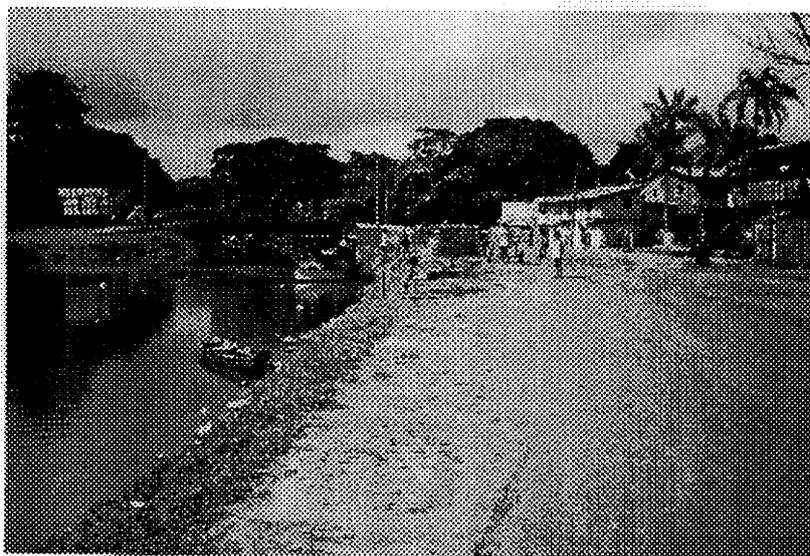


Foto 11: Telma Pereira 07/03/01– Margem do Igarapé Tucunduba.

Esta fotografia mostra moradores quando descarrega tijolos à margem do Igarapé Tucunduba. Ao fundo podemos ver a ponte que atravessa a Avenida Perimetral, onde diariamente barcos aguarda passagem, a espera do Igarapé quando este enche e não permite a passagem por baixo da ponte, restando aos barcos apenas aguardar a baixa de suas águas, para poderem atravessar de um lado para o outro.

As quadras 14 e 15, Passagem Monte Sinai e União mostram realidades diferentes, embora sejam da mesma área. Elas encontram-se em lado oposto da Rua Barão de Igarapé Mirí. E estão em sentido contrário as Ruas de 1 a 13. A quadra 15, é grande, mas tem apenas uma entrada que é a mesma que serve como saída trafegável por carros, mas juntamente com a quadra 14 encontra-se em área alagada e por isso só é possível trafegar em

cima de pequenas pontes de madeira, estreitas de onde se encaminham as casas formando uma espécie de alambrado de madeira.

As casas em grande parte não apresentam divisórias em madeira ou alvenaria, mas lençóis e cortinas separam quartos de salas e cozinhas, de forma improvisada. A presença de crianças é constante assim como também os riscos de vida que correm já que vivem em área alagada. Segundo moradores é comum crianças caírem na água, onde é depositado todo tipo de lixo, inclusive dejetos humanos. Segundo entrevista realizada a situação das crianças merece destaque visto que muitas sofrem de doenças como barriga d'água¹⁵, entre outras doenças. É notável que nessa quadra existe apenas coleta de lixo na área, mas esses moradores, talvez pela localização difícil de onde moram não depositam lixo para ser arrecadado, por isso a proliferação de doenças torna-se comum e alastra-se com mais rapidez.

Esta é a quadra 15, que enche de acordo com as cheias do Igarapé, por isso todas as casas são elevadas, como palafitas, para escaparem da água. Os moradores sofrem, visto que com a enchente estes tem que tirar os calçados para poderem entrar ou sair de suas casas.

¹⁵ Barriga D'água – Segundo moradores, é uma doença provocada pelo contato com água contaminado.



Foto 12 : Telma Pereira 08/04/01– Enchente na quadra 15.

As quadras 16,17 e 18, Rua Presidente Abraão, Passagem Estrela da Manhã e Rosa de Saron, pela proximidade com a quadra 14, ainda sofrem basicamente as mesmas dificuldades. Embora não vivam constantemente alagadas são aterradas com caroços de açaí, pois é grande a quantidade espalhada pelo chão, oferecendo mais perigo ainda visto que o chão fica fofo e escorregadio. Descobri segundo um morador que ali era uma área de várzea, ou seja, um lugar que vivia constantemente alagado, tomado pelas águas que vinham do igarapé Tucunduba, por isso, hoje, alguns aterramentos improvisados pelos próprios moradores não são suficientes e mantém aspectos de tamanha instabilidade.

As quadras 19, 20 e 21, Passagem Omega, Bom Pastor e Vitória respectivamente são bem menores tanto na largura quanto no comprimento, quando comparadas às outras ruas. Como pequenas vielas de entradas estreitas, embora mais compridas do que as três anteriores, cerca de 60 metros, onde os moradores também trafegam por cima de tábuas como passarelas improvisadas. É difícil até mesmo identificar a entrada para essa

quadra em meio às casas da Rua da Olaria, como mostra a fotografia abaixo, onde moradores trafegam em cima de tábuas, margeados pelas paredes das casas dos dois lados.



Foto 13: Telma Pereira 07/03/01– Quadra 19 .

As quadras 22, 23 e 24, Passagem São Lucas, Moisés e Emanuel parecem com um funil no sentido que se alarga no início e estreitam ao fundo. Elas também são bem mais curtas em relação a todas as outras quadras já referidas aqui e que formam a área. No caso da quadra 24 identificamos o número de somente 15 casas. Enquanto que nas quadras 6 e 7 como referido anteriormente há um número superior que corresponde a 70 ou 80 residências por quadra.

A fotografia abaixo mostra a quadra 24, na esquina da Rua da Olaria identificado através de uma pequena placa em madeira, anexada na parede de uma casa verde, ao lado esquerdo do garoto. Também ao seu lado

direito está uma casa de térreo e sobrado de propriedade de dona Madalena, uma ex-presidente do Centro Comunitário Riacho Doce.



Foto 14: Telma Pereira 07/03/01—quadra 24, esquina com a casa de Madalena.

Situada ao lado direito do Riacho Doce olhando para oeste a partir da Avenida Perimetral localiza-se também uma das maiores ruas e mais largas que é a Rua Igarapé Tucunduba, chamada assim por margear o referido Igarapé. No início da ocupação essa área foi totalmente ocupada, conhecida pelos moradores como Rua do Canal do Tucunduba, mas a partir de 1999, com a ação da PMB, devido ao Projeto de Urbanização da Cidade e também a Obra de Macro Drenagem do canal do Tucunduba¹⁶, moradores foram remanejados (cerca de cem famílias que moravam ali). Essa ação foi justificada pela necessidade de saneamento visando inclusive a urbanização para a área. A

¹⁶ As referências ao Tucunduba de acordo com o tempo ela foi se transformando, primeiramente era canal, depois passou a se chamar Rio, e depois do Projeto de Urbanização foi convencionado como Igarapé Tucunduba, que deve ser utilizado como referência principalmente pelas Instituições, como no caso a PMB.

rua passou a se chamar Rua Igarapé Tucunduba. É paralela a Rua da Olaria e transversal através das quadras de 1 até a quadra 8 do Riacho Doce.

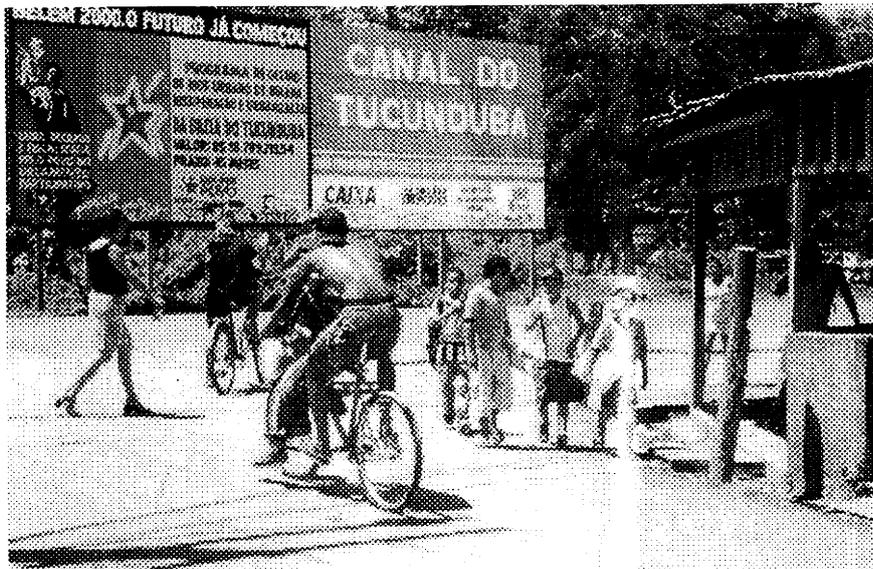


Foto 15: Telma Pereira 22/10/01– Rua da Olaria placa /PMB.

A Rua da Olaria (como mostra esta fotografia, que chama atenção pela placa identificando o Projeto de Gestão de Rios Urbanos de Belém – Recuperação e Urbanização da Bacia do Tucunduba) é a principal, segundo alguns relatos por ser a mais antiga, pois tem esse nome devido uma Olaria que existiu ali. Esta Rua é na sua maior parte larga: no início é estreita, mas aos poucos vai alargando-se em uma pequena curva, para finalmente estreitar-se novamente. Toda a área pode ser percorrida em sua extensão, ou seja, dá acesso a grande maioria das quadras, com exceção apenas para a quadra 15, que seus moradores para chegarem até lá atravessam pela quadra 14. Por ser a mais antiga e por conjugar um comércio bastante diversificado a Rua da Olaria é vista pela maioria de seus moradores como hierarquicamente mais importante.

Segundo dados do censo, a Rua da Olaria é constituída de 250 casas, onde 85% são de alvenaria, e apenas 15% em madeira. 95% das

casas apresentam algum tipo comércio como: venda de roupas, frutas, verduras, frangos, carnes, peixes assados ou frescos e principalmente pequenos tipos de mercados de gêneros alimentícios, além de farmácias, 5 (cinco) Igrejas Evangélicas, e lojas de Móveis em Madeira, Eletro domésticos e de Material de Construção (que chegam a render mensalmente segundo comerciantes entre R\$1.500,00 a R\$ 2.000,00 (um mil e quinhentos reais a dois mil reais) livres de pagamentos). Uma das vendas mais freqüentes, além de mercados de pequeno porte ou mini-mercados – como chamam -, são açaí e peixe assado vendido nas esquinas o dia todo. Muitos dos moradores da área compram ali mesmo sua alimentação já pronta, como é o caso de peixe assado cuja porção é vendida por R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos), acompanhada de arroz, farofa e vinagrete. Mesmo funcionários e alunos da UFPA, localizados à sua frente, com freqüência consomem comidas vendidas na área, principalmente o açaí que é encontrado em 12 pontos de venda somente na Rua da Olaria. Em conversa informal no momento que eu comprava açaí, na Rua da Olaria foi relatado pela vendedora que muitos funcionários de UFPA consomem o açaí vendido ali, mas para eles as “batidas” são feitas de forma especial: *“muitos funcionários da Universidade compram açaí aqui comigo, mas os deles está ali na geladeira, vou vender deste pra você ele é mais grosso e acabei de fazer.”* (moradora vendedora de açaí na Rua da Olaria - 20/06/01). Segundo ela, são “batidas” mais grosas no líquido e mais novas, visto que diariamente a vendedora faz *batidas* mais finas ou mais grosas que são vendidas com preços diferenciados. Essas *batidas* são colocadas para congelar em geladeiras ou frízeres, como são feitas mais cedo

tendem a azedar, neste caso, as batidas mais novas, ou feitas na hora são mais frescas e por isso de melhor qualidade.

Por causa de tudo isso, a Rua da Olaria é vista pelos moradores como a rua mais importante, por ser a mais antiga, mas principalmente porque simbolicamente *“representa um espaço de lazer, como a praça que não existe no Riacho Doce”*, disse uma interlocutora, moradora do Riacho Doce. Essa Rua chama muita atenção de quem entra pela primeira vez na área, seja porque ai se encontra as melhores e mais bonitas casas, que formam uma arquitetura diferente se comparadas a outras da área, ou porque é lá que acontecem as paqueras, as moças adolescentes entre 12 a 16 anos desfilam de mini-saias e mini-blusas de “ponta a ponta”; os rapazes parados nas esquinas das quadras de bicicletas ou de pés acompanham com o olhar; os homens em idade mediana, entre 30 a 45 anos desempregados ou não, se encontram diariamente, jogam baralho ou mesmo ficam parados conversando, alguns bebendo água ardente *“cachaça”*, ou *“a branquinha”* - como normalmente chamam - nas esquinas das quadras, onde riem, falam alto e *“mechem”* com as moças, senhoritas, ou senhoras que passam pela rua - Vale dizer que fui alvo dessas *“mexidas”* durante várias vezes quando realizava meu trabalho de campo - as mulheres cochicham, outras simplesmente olham atentamente pela janela o que acontece. Enquanto isso crianças correm, seja brincando, fazendo compra para os pais, ou indo e vindo da escola. Embora sua constituição hoje não seja somente de moradores de primeira geração, sua formação nunca deixara de ser, o que caracteriza ainda mais a Rua da Olaria como tradicionalmente nativa.



Foto 16: Telma Pereira 07/03/01– parte central da Rua da Olaria.

Junto a essa convergência de ir e vir de pessoas, animais; cachorros, gatos e cavalos dão vida a dramatização, completa o cenário da vida real. Grande quantidade de carros que ali trafega; normalmente carros pequenos da PMB, coletores de lixo, da Rede Celpa, particulares, Caminhões de Empresas de Bebidas, Materiais de Construção ou mesmo Caminhões entregadores de Móveis de lojas como Yamada, Armazém Paraíba e outros, descarregam constantemente, até mesmo o tráfego de carroças de tração animal levadas por cavalos que entregam material de construção às proximidades dentro ou fora do Riacho, colaboram com a encenação.

1.3 A CHEGADA: A CONSTITUIÇÃO DO CENÁRIO

A área de ocupação do Riacho Doce apresenta muitos contrastes sociais. Segundo censo habitacional da área, as pessoas moradoras sofrem com carência econômicas e sociais; sem saúde, empregos, lazer, educação, alimentação e segurança. Disse uma moradora "*farta tudo*" em meio a altas gargalhadas. As casas pequenas e inacabadas são comuns em grande maioria

constituídos de madeira e/ou, com materiais improvisados como: jornal que fecha as frestas¹⁷ da casa, o plástico que cobre o telhado, o zinco que muitas vezes cerca a casa, ou lençóis e cortinas que separam os compartimentos internos. A renda média familiar fica em torno de um a dois salários mínimos, mas muitos não têm emprego fixo e vivem do chamado "bico"¹⁸. Mas é possível encontrar as mais variadas profissões, foram identificadas aproximadamente 65 tipos de profissões diferentes; da empregada doméstica, professora, lavador de carros até o auxiliar administrativo ou a enfermeira. Outros, nesse mesmo espaço são proprietários de comércios e poucos há que têm casa, carros na garagem - segundo seus próprios relatos com renda acima de R\$2,000 (dois mil reais) por mês. A composição de pessoas de baixa renda, trabalhadores autônomos e desempregados tem em comum o motivo original: segundo eles a grande maioria vivia ali mesmo no bairro do Guamá, e do Jurunas, mas pagavam aluguéis o que dificultava suas vidas. Neste caso a possibilidade de morar no Riacho Doce, significou aumento de renda, visto que diminuiu os pagamentos. Mas ainda é possível encontrar moradores que pagam aluguel dentro da área que variam entre R\$ 50,00 até R\$ 300,00 (Trezentos reais) mensais.

Os moradores são de várias religiões, Católica, Evangélica, Espírita, ou mesmo Umbandista. Mas existem aqueles que não tem religião e se denominam de ateus.

¹⁷ Frestas – são aberturas longas e estreitas, espaços entre tábuas deixados, muitas vezes propositalmente pelos proprietários quando estão construindo suas casas. Normalmente ocasionados por poucos recursos econômicos para a construção das casas. Geralmente esses espaços de aproximadamente 07, 10 ou até 15 centímetros precisam ser tapados para que não permitam a visão de um lado para o outro. Esse tipo de construção é comum em locais interioranos.

¹⁸ Bico - Trabalho esporádico, caracterizado pelo grau de informalidade presente em seu contrato, sem duração definida, e sem qualquer tipo de direito.

Uma das diferenças pode ser vista nas duas fotos a seguir, a primeira delas, mostra uma casa localizada na quadra 22. De apenas um compartimento de térreo e sobrado, a casa contém uma pequena parte que serve de lavador. As panelas penduradas, ou as louças em cima da pia cercada por plásticos que fecham as frestas escondem um pouco de perigo que pode estar a olhos nu em qualquer estante. O piso está com as tábuas retiradas e o fundo totalmente tomado pelas águas. A fotografia posterior mostra uma realidade totalmente diferente. É uma casa localizada na Rua da Olaria de uma pessoa não moradora da área, que paga ao caseiro a quantia de um salário mínimo para que este além de tomar conta da casa, onde também mora, ainda é vendedor de um mercado de médio porte – se comparado a outros da área. A casa é toda em alvenaria com três quartos, sendo uma suite, com área para lavar roupas e um amplo pátio na frente com lajotas, portas e janelas de boa qualidade.



Foto 17: Telma Pereira 07/03/01 – interior de uma casa de madeira no Riacho Doce.

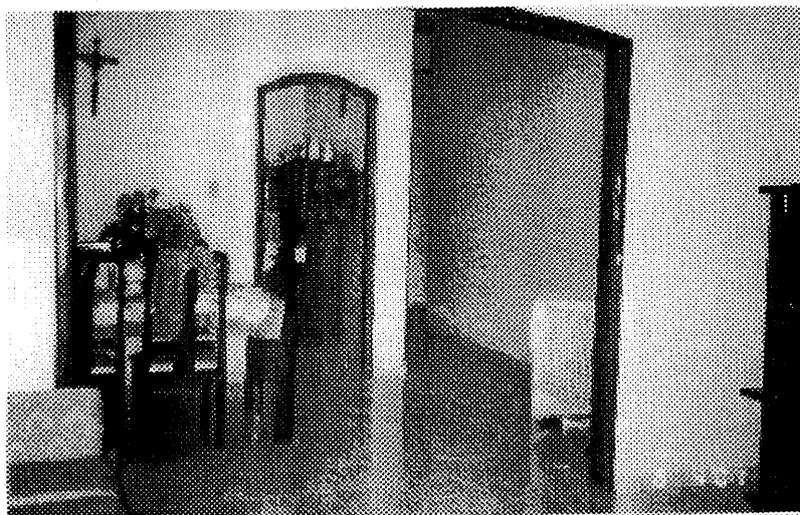


Foto 18: Telma Pereira 07/03/01 – interior de uma casa de alvenaria no Riacho Doce.

Uma outra característica muito importante é o nível de escolaridade dos moradores, ainda segundo o censo, cerca de 85% tem apenas as séries iniciais de escola, ou seja, de primeira a quarta série, outros são totalmente analfabetos e trabalham normalmente como costureiras, manicuras, domésticas, sapateiros, soldadores, pedreiros, carpinteiros e outros. Também muitos dos moradores vem de interiores à proximidade de Belém. Facilmente há costumes interioranos e não citadinos como é o caso dos banheiros geralmente fora de casa e também o “jiraus” que é uma espécie de balcão-apoio para lavar louças e/ou roupas normalmente localizados no quintal das casas.

Segundo um discurso proferido por dona Madalena, em meio a uma entrevista em sua casa, a maioria dos moradores vem de locais do interior pela “falta de oportunidade de sobrevivência na área rural”, ou seja, principalmente emprego. Quando essas pessoas vêm para cidade trazem traços culturais evidentes no seu modo de vida citadino permanecem

"(...) Essas casas ai o pessoal do interior já nasce sabendo como fazer, é um dom que vem de avô pra filho de avô pra neto. Sei lá eles fazem coisas bonitas, no interior (...) Eles fazem já é deles que vem aquilo, e um vai passando pro outro, lá não tem salão de beleza pra eles aprender cortar cabelo, mas eles corta, fazem sim carros, canoas (...) esse pessoal ribeirinho, faz casas muito bonitas, sem ser arquiteto(...)" (relato oral –gravado- Madalena em 10/06/01).

A dificuldade de sobrevivência no interior, faz com que as pessoas migrem à procura de melhores condições de vida, muitas vezes, se desfazem de suas roças e sítios, para tentar esta outra vida na cidade. Em muitos casos não têm o resultado que esperavam; ter emprego, saúde, educação para si e para os filhos, mas quando querem retornar para seu lugar de origem, não tem para onde ir, por terem se desfeito de suas terras, o que o faz ficar na cidade sem condições de sobreviver. Isso também finda por causar uma série de problemas sociais, que é resultante, por exemplo, do desemprego, onde ausência dos pais leva crianças e adolescentes às ruas, ora como "abandonadas", "trabalhadoras de rua" e até adolescentes integrantes de gangues, que promovem muitas vezes a violência causando pânico aos moradores da área, e de adjacências.

Também há moradores vindos de outros bairros de nossa capital, ou mesmo de outros Estados, e até mesmo de outro País como é o caso de uma moradora que é natural do Peru.

Observei também que nas ruas estreitas sem calçadas, sem vala para águas fluviais, com buracos, há casas de madeira de um ou dois andares, mas algumas com grades. Aos poucos começa a aparecer um primeiro sinal de saneamento básico; que é todo o serviço de tubulação de esgotos, o aterramento das quadras e também a colocação de *bloquetes*, pequenos blocos de cimento, promovido pela PMB e embora o carro de lixo faça coleta diária, a

área é bastante suja. A UFPA juntamente com outras Instituições como a SEGEP, Órgão da Prefeitura e ONG's como a Associação de Apoio a Comunidades Carentes - APACC vêm desenvolvendo, ou desenvolveram inúmeros trabalhos na área. No caso da UFPA o atendimento através do Hospital Universitário Betina Ferro é um dos mais procurados pelos moradores, 95% destes tem carteirinha para atendimento. Também uma grande parte das crianças da área participam ou já participaram de projetos da UFPA como: Projeto Riacho Doce, Trote do Compromisso Social realizado à margem do Tucunduba, que envolveu alunos da UFPA e Moradores da área do Riacho Doce. Como mostra a fotografia abaixo, quando eu estava em um stand no dia do Trote, onde apresentava o Centro Comunitário, juntamente com três dos alunos do Curso de Soldadores Juniores.

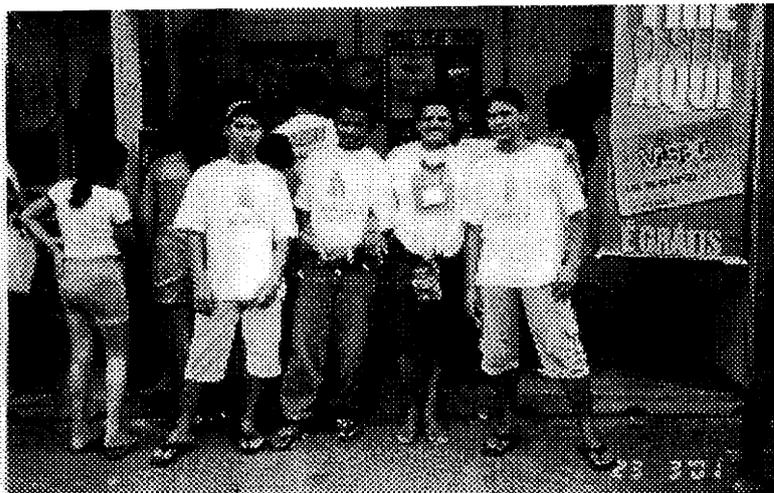


Foto 19: Telma Pereira 23/03/01– Adolescentes, meus ex-alunos do Curso de Soldadores Juniores moradores do Riacho Doce.

Segundo os interlocutores, moradores do Riacho Doce a área não é simplesmente uma "invasão", ou uma "ocupação", mas representa "tudo" o que eles tem. "*Significa minha família, um lar que consegui conquistar com muita luta e sacrifício, minha própria vida*" (Rosenilda, moradora da quadra 1 - primeira geração desde setembro de 1990).

Pesquisa realizada mostrou que aproximadamente 95% dos moradores gostam de morar na área e justificavam que agora ele “*deixou de ser invasão para ser conjunto*”, visto que está sendo transformado devido ao Projeto desenvolvido pela Prefeitura. Ainda afirmaram que o Riacho é *perto de tudo*: de farmácias, hospitais, Correios, ônibus, centro, da feira e de outros. Mesmo assim, muitos se referiram que existe muita violência, além de ser um lugar muito barulhento, já que constantemente há uma disputa de músicas, promovidas pelos moradores que disputam o volume de sons mais alto do que outro.

Em meio a toda essa diversidade, chamou-me atenção a desenvoltura com que alguns moradores descrevem sua realidade, referindo-se a ricos e pobres, colocando como determinantes nas diferenças sociais o dinheiro, que delega posse e poder. Como diz Cynthia Andersen Sarti (1996), antropóloga que estudou entre outros a Família, discute que pobre é uma categoria marcada pelo valor do trabalho. Ou seja, ser pobre trabalhador dar a noção de honestidade e um valor moral atribuído pelo universo simbólico que caracteriza o pobre como pobre e o rico como rico. Segundo relato de uma jovem:

“as pessoas não são iguais na sociedade por causa do dinheiro(...) Não se pode comparar o nosso café da manhã com o da Xuxa. A maioria dos moradores brasileiros passa fome e não tem onde morar, não tem casa, enquanto outros tem cinco ou seis casas. Para ser rico basta ter dinheiro e pobre não tem dinheiro. Quando uma pessoa tem bom emprego e seu dinheiro dá pra pagar as contas, esta pessoa é mais ou menos de vida”(Yvelise, 15 anos, estudante- moradora da quadra 3)

Segundo outros depoimentos:

“ Nós somos iguais humanos, mas quando se fala em ricos e pobres já existe uma diferença” (João Carlos, 42 anos- desempregado.)

“ Eu não me considero pobre-pobre, eu vivo aqui porque gostei de morar aqui. Há pessoa pobre-pobre não só aqui no Riacho Doce mas em outros lugares, tem muita gente pobre-pobre que não sabe nem o que é um comer que quando pega um pouquinho...” (Raul, 61 anos de idade- aposentado)

“... O rico tem tudo. Mora em apartamentos, tem cartão e carrão. Agora, a pessoa que tem mais uma coisinha que nós, não é rico é mais ou menos rico, porque tem assim coisinhas que o pobre não tem. Tem sua casinha boa com televisão, jogo de sala, jogo de quarto, tem mais do que eu que não tenho nada, porque sou pobre, não tenho televisão, não tenho nada..” (Carmem, 54 anos, moradora e zeladora do Cemitério Santa Izabel, entrevista de 04/05/01)

Como disse Sarti (1996), o trabalho acompanha a noção de ser ou não ser pobre. Mas nos relatos acima percebi como a relação riqueza e poder estão relacionados e presentes no sentido da vida que é atribuído por esses moradores, que adquirem bens e de acordo com o valor que lhes é dado, recebem as denominações de ricos ou pobres. Os ricos são os que têm autonomia, prestígio e propriedade. Nesse caso não existe morador com tanto poder econômico no Riacho Doce, ou seja, com muito dinheiro. Há muitas pessoas com prestígio na área, alguns por serem ligados ao Centro Comunitário, mas outros pelo fato de terem uma casa “melhor”, ou seja, aquela que possui tudo, ou a maioria de objetos eletro domésticos, móveis e outros, isso lhe coloca em situação diferente em relação aos outros. Independente disso, os moradores sabem que tem gente que não tem casa, e por isso por terem suas casas, também são privilegiados. Ou seja, os espaços não são simplesmente demarcados, mas sim são construídos e ainda é possível dizer que são muitas vezes indefinidos, pois parecem espaços múltiplos e iguais.

Segundo relatos de moradores de primeira geração, no início do processo de ocupação, as coisas foram mais difíceis, mas aos poucos foram se "ajeitando", as mudanças estão acontecendo, várias ações são implementadas pela PMB, e pela Universidade, através de vários setores que desenvolvem pesquisa na área. Devido a isso muitos dos moradores não querem mais sair dali, na esperança de um dia viver melhor.

Esses dados mostram que apesar de todas as condições de vida desses moradores "*vale a pena viver aqui, esse não é o pior lugar para se morar de Belém*", disse uma moradora.

Esse é o palco Riacho Doce, onde se desenrolam, se tramam, e se representam as várias realidades, dependendo da trama que se for representar. No texto referi divisórias improvisadas, telhados improvisados - mas voltando ao cerne desta etnografia, tais detalhes de improvisações denotam um esforço para decidir e resolver problema imediato. Como o Centro Comunitário pede ações de mais alcance vale a pergunta: neste cenário o Centro Comunitário é força ou fraqueza? E a mediação educativa para a cidadania é para a maioria política ou é o risco de mais dominação, mais dependência, e mais (des)humanização? Aliás de resposta para esse quesito nos transitaremos pelos capítulos.

2 O CENTRO COMUNITÁRIO ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL: UMA FORMA DE EDUCAÇÃO POLÍTICA?

E foi assim: aos poucos adentrei na realidade dos “nativos”, como em um palco de teatro ou de representações que na verdade também fez de mim uma protagonista. Embora eu não antefrasedasse pelo menos até aquele momento em qualquer papel. Porém lentamente me envolvi durante o decorrer da pesquisa, seja como figurante, ou mesmo assumindo papéis de protagonista.

Na verdade o estudo na área do Riacho Doce apontava para uma realidade desconhecida, mesmo localizada à frente da UFPA. Alguém próximo já havia me dito que eles eram meus *vizinhos*, principalmente pela localização espacial próximo a um local que convivo diariamente, a Universidade. Mas isso não pode ser visto totalmente como verdade, pois há de se considerar que muitas vezes pessoas que moram e convivem no mesmo espaço, na mesma rua, por exemplo, não se conhecem e apenas se vêem sem manter relações diretas entre si. De qualquer maneira, por mais alheios que eles possam parecer é sempre mais fácil nos conhecermos se há receptividade. Eu fui ou sou uma espécie de figurante que ora atua, quando é convidada a assumir papéis; ora não atua, e por isso é pouco reconhecida pelos moradores.

De acordo com as várias visitas realizadas na área, o mito do pesquisador *semi-camaleão*, foi adaptado, pois aos poucos foi se desenvolvendo uma convivência receptiva entre eu e os sujeitos da pesquisa, que permitiram se manter laços de boa vizinhança, a caminho da familiaridade/distanciada DaMatta (1985). Como diz Roberto Cardoso de Oliveira referindo-se ao trabalho antropológico *o ler e o ouvir*, aos poucos

demarcaram uma disciplina necessária. Uma domesticação do ouvir revelou descobertas que definiram esta narrativa onde narrador e protagonista se aproximaram.

O Centro Comunitário Riacho Doce surgiu em meio à implementação da ocupação da área, e por isso apresenta uma história peculiar, embora possa ser comparada a outras histórias de surgimento de centros comunitários de bairros de Belém.

A história real é datada de setembro de 1990 quando a ocupação trouxe em seu bojo o Centro Comunitário imaginado, ou melhor, pré – imaginado, idealizado a partir de modelos, pois nas décadas de 60, 70 e 80 do século XX, em Belém na maioria dos bairros emergiam várias formas de representação de moradores; eram associações, centros comunitários, e outros.

Os Centros Comunitários, independente dos desdobramentos das ações dos atores, se organizam tendo como bandeira a Cidadania, uma palavra que em meio a tantos significados, unificava as várias organizações que desenvolvem ações em prol de uma coletividade. Como seu conceito é amplo, é possível definir cidadania como coletiva ou individual: a primeira, aquela que remete aos direitos civis e políticos, ou coletivos; segunda, aquela que se refere aos direitos basicamente do voto, onde o indivíduo executa seu direito demarcado pela luta por garantia de direitos civis e políticos Gohn (1992).

É principalmente nos direitos coletivos que se justifica então a existência das organizações comunitárias, embora a individualidade possa ser uma marca inerente ao ser humano, por isso presente nas relações sociais

mantidas entre moradores e diretoria do Centro Comunitário. No caso do Riacho Doce, a cidadania é praticada a partir da luta pelos direitos, mas carrega também uma individualidade marcada pelas necessidades de sobrevivência de moradores que assumem a direção do Centro. Toda sua história de onze anos de "luta" mostra que a maioria desses representantes não tem emprego fixo e vivem, muitas vezes a espera de ajudas financeiras, ou mesmo de pedidos como cestas de alimentos, ou empregos, vislumbradas através das instituições com quem mantém relações.

Tal como referiu Maria da Glória Gohn as expressões de cidadania podem ser identificadas como descobertas, e desdobramentos de novas dimensões de socialização e de articulação em defesa de espaços políticos de modificações. Ou seja, as expressões de cidadania são determinadas através de relações políticas travadas em prol de uma luta política. Uma dessas expressões são percebidas através de ações de Instituições como: Igrejas, Organizações Não-Governamentais - ONG, associações de moradores e/ ou Centros Comunitários congêneres.

Neste caso o Centro Comunitário aqui estudado faz referência à teoria e prática dos movimentos sociais em um contexto que envolve o contraste com outros centros comunitários urbanos. Mas, as semelhanças e diferenças são elementos básicos de toda ação humana, individual ou grupal, onde se manifestam os interesses e os ideais. Os interesses dizem respeito às necessidades objetivas, às carências materiais. Eles representam os móveis básicos que fundamentam as mobilizações, pois, carências não atendidas geram contrastes com demandas satisfeitas ou insatisfeitas que, por sua vez, geram novas mobilizações, ou mesmo desmobilizações Gohn (1992). Os ideais

são aqueles que mostram que as ações particulares e individuais aparecem de forma desejada, indesejada ou abstrata nesse processo.

De acordo com essas definições, a organização comunitária tornou-se uma Instituição re-inventada visto que funciona como uma espécie de representação paralela do chamado poder instituído legal, pois qualquer tipo de pedido que possa ser feito pelo Centro Comunitário a órgãos públicos ou privados, tem sempre um valor. Marcel Mauss (1974) definiu o sentido da dádiva referindo-se a troca, onde o "doador" sempre espera algo em troca implícito na relação, cobrado na hora certa. Mas neste caso, mais do que a "ajuda" está o valor dessa troca, onde não se sabe nem o que será cobrado e quando terá que se pagar.

O nível da ação no caso de uma ocupação, significa uma marca, uma implementação (uma construção), que aos poucos gera confronto, resultado das ações de agentes de classes sociais, que são definidos a partir do sistema de ação histórica Touraine (1973, p. 397). Na verdade, as ações do centro comunitário são marcadas pelo contexto histórico em que estão envolvidos. Pois no estudo de comparações entre centros comunitários encontrei pelo menos dois tipos de referências características, que são resultados de um contexto que envolve espaço e tempo; Os primeiros são aqueles que normalmente surgem em bairros periféricos mais antigos, e implementam ações mais específicas, como: pavimentação de ruas, iluminação elétrica, limpeza de canais, ou buracos e outros. Eles têm ações mais livres, ou liberdade de escolher, ou definir ações, por isso aparecem em um nível superior, embora lutem por implementação de ações ainda básicas; mas o

segundo tipo é aquele que surge como resultado de áreas de ocupação que Safira Ammann define como:

“produtos de problemas de bairro que nascem no âmbito das relações de produção da cidade. E representam “a ação coletiva de caráter contestador no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida que mais freqüentemente lutam em prol de uma coletividade” Ammann (1991, p. 55)

Esse tipo de Centro Comunitário desenvolve suas ações de acordo com o contexto que está envolvido desde sua criação, no caso das ocupações, eles definem metas esperadas, como: legalização da área, permanência na área, iluminação elétrica, construção de escolas entre outros. Ou seja, os dois tipos embora tenham histórias diferentes se assemelham, principalmente pela bandeira que é a cidadania, e posteriormente pelas semelhanças de ações. Mas no caso do Centro Comunitário, como do Riacho Doce, as ações são escolhidas por um nível de conhecimento implicitamente definido. Eles dão conta de que representam um tipo embrionário de centro comunitário, por isso futuramente tendem a se desenvolver para um estágio mais avançado, onde provavelmente também poderá definir ações com mais liberdade. Principalmente sem estarem presos a Instituições ou partidos políticos.

Os centros comunitários são idealizados, mas como discute Gohn (1990, p. 30) “todo ideal é no seu período de existência uma ilusão” mostra, então que: sempre que se busca atingir metas, se opera no plano do imaginário. Desta maneira, o centro comunitário Riacho Doce também foi idealizado, mas posteriormente, ou ao mesmo tempo, se torna também situados, concretos e expressam o lado subjetivo, simbólico, da esperança, do

desejo, que aciona ações estruturadas pela existência das necessidades e dos ideais, marcados pela realidade imprevisível.

Essas são então algumas das características que encontrei nas demonstrações dramatizadas da vida real no Riacho Doce ao longo de onze anos, onde entram em cena a diretoria do centro comunitário (presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro), também moradores e os demais moradores da área.

2.1 O PRIMEIRO ATO: A REPRESENTAÇÃO

Segundo sujeitos da pesquisa, moradores de primeira geração, o primeiro Presidente do Centro Comunitário Riacho Doce foi o senhor Antonio que deu início efetivo ao desenvolvimento das atividades do Centro Comunitário em setembro de 1990, que funcionava em endereço certo "Rua da Olaria nº 1". Os ideais já se faziam presentes, se "lutava" para resistir a pressão por parte da polícia que implementava ação de despejo a favor do Proprietário da terra. Mas seu Antonio permaneceu no cargo por pouco tempo, apenas dois meses, alegando não poder mais continuar nessa atividade, por motivos não revelados.

Como as necessidades de realização se faziam presentes, interlocutores, moradores da área, confirmaram que a existência do centro comunitário foi antecipada enquanto mediação para o desejo de permanecer na área e garantir a ocupação, porque Antonio cometeu suicídio¹⁹, poucos meses depois da ocupação, e quem assumiu a presidência foi o José que já

¹⁹ Não se tem registro de qualquer ligação desse fato com seu afastamento da presidência do Centro comunitário.

fazia parte da diretoria no cargo de secretário e por isso assumiu a presidência do Centro Comunitário onde permaneceu nesse papel por cerca de sete anos.

Diversos trabalhos²⁰ têm mostrado que o surgimento dos movimentos sociais além do caráter que envolve a cidadania (direitos e obrigações), também está ligado a necessidades básicas de sobrevivência de pessoas que estão desprovidas dessas pré-condições. Interpretar uma organização comunitária significa compreender que na realidade a vida pode apontar para caminhos fora da rotina. Mas como seria? Aos poucos ouvi falar durante pesquisa de campo que os objetivos nem sempre são tão comuns como se pensa.

Em entrevista realizada com moradores de primeira geração, descobri que uma pessoa muito influente na área, conhecido pelos inúmeros trabalhos desenvolvidos é Pedro, senhor evangélico da Igreja Assembléia de Deus. Após ter agendado uma entrevista realizada em 24/03/2001, Pedro confessou-me que é morador da área desde 25/10/1990, ou seja, desde apenas um mês após a área ser ocupada. Nesse momento pelo compromisso em *evangelizar os irmãos*, disse ele, começou a inserir-se aos poucos na vida das pessoas, tornando-se influente. A repercussão de suas ações chegou aos ouvidos do senhor José, que o procurou convidando-o para participar do Centro no cargo de vice-presidente, o que o tornou também um ator principal juntamente com mais 25 moradores, que representavam as 25 quadras que totalizavam a área do Riacho.

²⁰ Touraine (1973), Gohn (1984, 1993), Buffa, Ester (1999)

Pedro aceitou porque, segundo ele mesmo, poderia fazer as duas coisas ao mesmo tempo, ou seja, continuar evangelizando e contribuir com as ações do Centro Comunitário, conforme ele explicou:

"passei a realizar as ordens dadas pelo seu José, elas estavam ligadas à questão do despejo, (...) Meu deus! era uma luta muito grande, era só ameaça de despejo, as pessoas diziam lá vem à polícia ai agente corria, prós advogados (...) faça alguma coisa. Era uma luta travada. Nós tinha medo de não ficar na área, era muito sofrimento (...)". (Pedro - entrevista realizada em 24/10/01)

Em meio a tantos problemas Pedro foi se inserindo na comunidade e passou a realizar ações muito importantes, foi responsável por toda a contagem e numeração de casas e a metragem dos terrenos, ou seja, a medição de terrenos de forma igual. Naquele momento somaram 1.050 residências na área, distribuídas em 25 quadras, que receberam nomes bíblicos e apenas duas receberam nomes diferentes, Rua Presidente Abraão e a Rua da Olaria que homenageavam primeiro o seu Abraão e depois a área que havia uma olaria antes, da ocupação.

"As pessoas brigavam muito porque cada um queria um terreno maior que o do outro, a medida era 12m de fundo por 6m de frente, mas muita gente tinha terrenos maiores, essa metragem resolveu uma série de problemas, mas criou outras." (Pedro- entrevista realizada em 24/10/01)

Ele se referia a mais 36 terrenos novos, distribuídos por ele para pessoas que não tinham conseguido uma área para morar dentro do Riacho Doce.

"eu falei com o seu José, se eu podia lotear os terrenos que ficavam as margens do igarapé Tucunduba e ele autorizou então ainda consegui mais 36 terrenos ali." (Pedro- entrevista realizada em 24/10/01)

Essa história já havia sido relatada em outra versão de forma bastante crítica por outros moradores, mas também e principalmente pela

Prefeitura através de representantes de um de seus Órgãos que é SEGEP, que desde 1998, ganha uma importância muito grande no “palco” do Riacho Doce. Esses moradores que se localizavam às margens do Igarapé Tucunduba desde dezembro de 1999 foram remanejados ou indenizados por não poderem residir em cima do Igarapé, entre outras por o estarem poluindo.

Essa contagem referida continuou seu Pedro, resultou, para ele em uma série de problemas de saúde, visto que quando saia para a metragem, ele *varava*²¹ terrenos sozinho, e inúmeras vezes foi vítima de quedas em buracos abertos pelos moradores para tirar aterro para suas casas e os quais, devido às chuvas ficavam submersos.

Esta versão sobre a história do início do Centro Comunitário, segundo o que pude observar ainda está em construção e não parece, muito definido, mas através de várias entrevistas gravadas, aos poucos realizei comparações.

Entre estas a entrevista realizada em maio de 2000 com seu João²², morador de primeira geração, o qual mostrou algumas características desse processo. Ele relatou, referindo-se ao momento da ocupação, quando se criou o Centro Comunitário.

“(...) de lá pra cá nós tínhamos um Centro Comunitário, de uma maneira assim meio precária, sabia (...) o cidadão que era Presidente do Centro Comunitário não trabalhava praticamente em prol da comunidade, a maioria das vezes ele desviava, e tal (...), outras eles ficavam pra ele e aí, eles se beneficiavam a si próprio, por exemplo, se chegasse, uns benefícios, se chegasse assim pessoas que doavam cesta básica, para pessoas carentes, ou que doavam assim, (...) roupas que vinham de fora para as pessoas carentes. Não repartia, não dava pra ninguém. Entendeu(...)?”

²¹ Varava- passar de um lado para o outro/ atravessar

²² Seu João faz parte de uma atuação mais real no *segundo ato*, da história do Centro Comunitário Riacho Doce, visto que embora seja morador de primeira geração só passou a compor como Vice-presidente a administração do Centro Comunitário em 1998, quando o presidente José deixou a diretoria.

Versão semelhante foi obtida em meio à conversa informal, e descontraída, num segundo contato direto com a área através de pesquisa gravada na casa de dona Madalena²³ então presidente do Centro Comunitário, quando lhe indaguei sobre a história que envolvia o desenvolvimento das ações de seu José, então ela explicou:

" (...) O Sr. José, era o Presidente do Centro Comunitário, mas tinha feito sua própria posse, sem levar em consideração a opinião dos moradores, ele impunha sua vontade (...) o que fez ele mais tarde ser mal visto pela maioria dos moradores (...). Madalena," (Informação verbal), em 15/05/2000)

Outros informantes, moradores que viveram todo esse processo de ocupação em um período mais crítico demarcado por eles como até 1997, ou seja, até quando viviam a angústia de permanecer ou não na área e que não eram ligados à diretoria, e confirmaram ações como as descritas por seu Pedro. Mas mostraram que José conseguiu muitas coisas, entre outras a que é vista como a principal, que foi: conseguir manter os moradores na área, quando a terra foi desapropriada, embora nunca tenha sido expedido o documento de propriedade:

"Ele tinha uma carteirinha onde agente pagava Cr\$2,00 (dois cruzeiros) mensalmente, isso nos garantia todo direito possível, com essa carteira nós tinha direito a médicos, dentista, advogadas e muitas outras coisas". Pedro (Informação verbal) em 24/03/2001)

Como mostra, a cópia do documento abaixo, quando de seu o surgimento do Riacho Doce o Centro Comunitário, entregou uma carteira que identificava os moradores, chama de "Carteira de Sócio", lá estava registrado a data da fundação do Centro, e seu endereço completo, além de contar com o nome completo do morador, o endereço e um número de matrícula, e no verso

²³ Dona Madalena, embora só tenha assumido a diretoria do Centro em 1998, sempre teve

as assinaturas do proprietário, juntamente com as assinaturas do presidente do Centro Comunitário Riacho Doce e do seu Secretário.



Foto 20- Carteira de sócio

Essa carteira demonstra que existia um compromisso dito formal entre a relação do Centro com os moradores, pois quem a possui, tinha o direito de cobrar atitudes, ou mesmo de emitir sugestões sobre suas ações, visto que era um sócio que pagava uma mensalidade para o Centro. Porém de acordo com a realidade que envolvia esse período fui constatando através dos relatos, que de uma forma ou de outra, nunca foi estabelecido, na prática uma diferença entre quem possuía a carteira e quem não a possuía. Esse foi um fato que deu início a todo um processo que aos poucos introduziu uma certa desconfiança entre os "moradores sócios", os "moradores não-sócios" e a direção do Centro Comunitário. Desde esse momento começou a se identificar privilegiados nas relações implementadas pelo Centro Comunitário Riacho Doce, eram relações de compadrio, parentesco ou mesmo de vizinhança, produzidas ainda hoje. Comumente encontrei nos discursos de moradores um ressentimento por não terem sido beneficiados por determinadas ações, onde o Centro atuou como mediador, pois, segundo esses interlocutores:

"a diretoria ora e outra executa determinadas ações em prol de sua família ou parentes e amigos próximos, por exemplo: filhos de diretores

participação neste, pois representava uma das 25 quadras como já foi descrito aqui.

que recebem bolsa escola, ou que trabalham na área como Agente de Saúde, que foi uma seleção feita pela PMB, através da ajuda da direção do Centro Comunitário." (Informação verbal)

Por isso é difícil negar a natureza que envolve os interesse para benefícios particulares, mesmo membros da diretoria afirmam: *isso é uma forma de compensar o tempo e o dinheiro que gastam para se deslocarem e resolverem problemas que não é só nosso* (membro da diretoria do Centro Comunitário Riacho Doce – entrevistado em 15/07/01). Mesmo nas suas falas, como este onde o interlocutor, se identificou também como um beneficiário.

Estas interpretações mostram que na verdade, o sentido que envolve a cidadania nessas organizações não é exatamente o mesmo que compartilha tudo o que recebe para fins comuns a toda comunidade e que garante direitos e deveres. Mas essa cidadania se transfere, *muda de roupa* quando muda de interesse, ao mesmo tempo em que desenvolve ações coletivas também pode desenvolver ações individuais, já que pensam em fins próprios, seja para si; para parentes, filhos, irmãos, tios, ou mesmo para amigos.

Estabelecendo uma comparação com outros centros comunitários de bairros da Pedreira e Bengui, embora não estejam situados no bairro do Guamá, observei que é comum que de uma forma ou de outra as ações de representantes, ou de pessoas que assumem a diretoria de organizações, passam por prestação de contas, aprovações e reprovações, que foi referido por Erving Goffman (1985), quando analisa o que chama de *a arte da manipulação*. Segundo ele, o cargo de representante deixa quem está neste papel, exposto como um alvo, ou seja, objeto de admirações e depreciações, que dependendo do tempo e do nível de relação mantida pelos representados,

resulta na aprovação ou não. Falas de interlocutores confirmam que, referindo-se a seu José, *“ele era como o Jader, rouba mas faz”*, ou mesmo, *“nós éramos feliz e não sabíamos”*, lembrando então, a diretoria do Centro Comunitário. Neste caso se confirma a proposição de que independente das ações individuais, muitas vezes vistas como normais, o mais importante é desenvolver ações coletivas de grande importância e que tenham resultado amplamente divulgado, pois através delas se camuflam então as outras.

Em entrevista realizada em 23/05/2001 com a Dra. Cristina, diretora do Projeto de Macro Drenagem das áreas de Belém, descobri através de seu relato, que muitas histórias sobre o desenvolvimento dos Centros Comunitários são marcadas por uma espécie de cooptação, ou uma via de mão dupla, mantida entre órgãos públicos, municipais ou Estadais que se servem dessas organizações para proveito próprio, enquanto o outro lado, marcado pelos interesses individuais, finda por aceitar esse tipo de relação. Ela relatou:

“(…) pelo menos nos governos de Jader Barbalho e Hélio Gueiros, houve um incentivo muito grande para a criação dos Centros Comunitários, principalmente porque esses governos necessitavam de apoio para implementarem determinadas ações, e o fato de fomentarem ou estimularem a sua criação resultava na cooptação do grupo para a partir dele conseguirem a aprovação de suas propostas. De alguma maneira os centros comunitários sempre estiveram presos a determinados tipos de governos.” (relato - Dra. Cristina)

Autores de diversas áreas de conhecimento²⁴, estudiosos de Planejamento Urbano pela UFRN, concluíram que o desenvolvimento da participação popular na esfera política funciona como um exercício prático da cidadania no sentido da transformação social e da construção de um novo

²⁴ ANDRADE, Íon. (Médico Pediatra/Assessor comunitário); BENTES, Dulce. (Mestre em Planejamento Urbano e Regional/ Professor da UFRN); FERNANDES, Aparecida. (Estudante

modelo de padrão de gestão pública. Desta forma, segundo o relato acima, acredito que em se tratando de organizações comunitárias o contexto que envolveu o Centro Comunitário Riacho Doce, naquele primeiro período, não foi muito diferente, visto que surgiram com os mesmos contextos de outros, ou seja, com um papel definido, aquele de garantir as necessidades básicas de moradores, então ocupantes da área, e entre essas necessidades a garantia da permanência na área era uma prioridade. Não se pode negar que os interesses existem e advêm das formas mais diferentes possíveis, como no caso do Centro Comunitário Riacho Doce, onde as relações com as instituições são cada vez mais amarradas.

Segundo seu Estatuto o Centro Comunitário Riacho Doce foi fundado em 04 de setembro de 1990, portanto na mesma data da ocupação e é registrado sob o CGC 34.918.078/0001-01, com sede no endereço "Riacho Doce, Rua da Olaria nº 01- Guamá".

Este Estatuto, datado de registro em 31 de outubro de 1990, em seu Art. 1º diz:

"A associação de desenvolvimento comunitário é entidade datada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos com sede e foro no Estado de Belém do Pará.";

Através deste artigo entende-se então, que o Centro Comunitário deve ser regularizado institucionalmente, através de Registro em Cartório de todas as suas ações, comprovadas através de atas de reuniões assinadas por participantes, do contrário ele não será reconhecido. Nesse caso, segundo o

próprio Estatuto, o Centro Comunitário Riacho Doce, tem respaldo Legal, garantido pelas suas atribuições Institucionalizadas²⁵.

Em seu Art. 4º a associação tem como finalidade:

- I. "promover o desenvolvimento integrado da comunidade através da realização de obras e ações, com recursos próprios e ou obtidos por doações ou empréstimos";
- II. " Representar a comunidade, junto a órgãos públicos e privados no atendimento de suas reivindicações;"
- III. "Propiciar a integração de seus associados e dependentes nas atividades econômicas, culturais e desportivas;"
- IV. "Conscientizar a comunidade de sua potencialidade, levando-a responder aos seus anseios."

O Centro Comunitário Riacho Doce é o resultado de ação, no sentido que sofre influências (datadas, contextualizadas, documentadas e sistematizadas) dos atores e do passar do tempo, como prática social e não apenas como exceções sem recorrência históricas. Touraine (1973). Com o passar do tempo o contexto que envolveu o período histórico da fase de formação mudou, após sete anos, as recorrências são outras, ou seja, novas formas de luta interna e externa se demandam. O Centro Comunitário era assim, disse Pedro:

"(...) todo de madeira, como um grande salão, mas não era muito grande e dentro ele era pintado de branco, tinha uma cadeira, daquelas de braço de escolas, sabe? Uns bancos de madeira também, ah! e uma mesa (...) tinha também uma máquina de datilografia. Era assim meio velho, mas era bom".²⁶

Ainda salientava que seguindo as ordens de José:

"(...) quando ele dizia assim, irmão Pedro eu quero todos os representantes aqui, aí eu saía, de quintal a quintal, em todas as 25

25 Ver anexo atas de eleição e Posse da atual diretoria.

26 Quando perguntei Como era o Centro Comunitário Riacho Doce? grande parte das respostas analisavam as ações, e poucas sabiam descrever o Espaço físico do Centro.

quadras (...) e no dia, na hora, estava lotado as pessoas participavam mais das discussões.”

Ou seja, os discursos apontam que as necessidades surgidas no dia a dia faziam com que houvesse uma preocupação maior com a execução imediata de ações e por isso o interesse parecia maior frente a essas realizações que se manifestava muitas vezes de forma inesperada.

Entrevista com um interlocutor lembrava que, após quatro anos da administração de seu José, muita coisa mudou, as reuniões não aconteciam mas com tanta frequência como antes e mesmo o número de pessoas para participarem tinha decaído, *“aquela cara feia, com pulso, e voz alta dava respeito, e as pessoas acreditavam nele”*, mas não tinham mais o mesmo sentido. Perguntem então o que teria levado a isso? O poder de mando traduzido por seu Pedro como “pulso”, determina as organizações, nesse caso? Respostas apontam para o mesmo caminho. Vejamos qual é.

Goffman (1975) chamou de “disciplina dramaturgia”, ou seja, principalmente referindo-se ao domínio do rosto e da voz, onde se situa a prova decisiva da habilidade de um indivíduo como ator. No caso de seu José, ator principal, embora eu não tenha conhecido seu rosto, talvez pudesse desenhar sua caricatura, mas certamente não seria real. Sua atuação pelo menos nos papéis desenvolvidos e atribuídos traz em seu bojo tanto as ações como as emoções e atitudes a elas relacionadas Berger (1972 p.109). Ou seja, não é simplesmente a ação em si, mas a forma como essa ação é desenvolvida que define uma “boa” atuação do ator. Talvez não fosse o ideal já que o rosto e a voz mudam, dependendo de cada interpretação, mas pode ser o real.

Visitando um centro comunitário da Pedreira, descobri que suas histórias de surgimento não são diferentes, pois ambos surgiram de áreas ocupadas. Dados de entrevistas revelaram que o fato deles já estarem organizados antes da ocupação significava dizer que existiu um pré-grupo, muitas vezes formado pelas mesmas pessoas, que incentivam, ou convocam pessoas para, ocuparem determinadas áreas. Mas normalmente não moram ali, se tornam apenas uma espécie de "consultor", "pessoas influentes" ou muitas vezes uma espécie de "fada madrinha", que aparecem na hora certa, auxiliam nas ações e após ser implementado o processo de ocupação desaparecem, mas podem aparecer sempre que são convocados.

Um outro centro comunitário do bairro do Benguí, surgido como um movimento de bairro, ou seja, não de áreas ocupadas, mas envolvido no mesmo contexto e período, demonstrou que embora o surgimento do centro comunitário esteja ligado às necessidades menos imediatas do que os outros, eles também lutam por garantia de direitos, por isso estão do mesmo lado. Mesmo nessa etapa mais "tranqüila" para onde caminham normalmente os centros comunitários após seu momento inicial, eles embora passem sempre por "altos e baixos" eles não decaíram e continuam desenvolvendo suas ações. No caso do Riacho Doce, após sete anos de atuação, houve uma transformação de linha de ação, marcada talvez muito por divisões internas de luta de poder, mas principalmente por uma reestruturação de ação.

Penso que se considerar tais comparações, o Centro Comunitário tem papel definido, como fruto de um movimento social, embora nem todo movimento popular possa se caracterizar como movimento social, como diz Ammann (1991), já que o movimento popular tem ações mais particularizadas,

direcionadas a grupo determinado de pessoas, para fins imediatos. Mas, de alguma maneira eles exercem uma certa "liberdade" de ações se comparados a outras organizações principalmente estatais. Porém é possível observar algumas formas de cooptação presentes, principalmente quando os centros comunitários se tornaram feudos partidários e findam por legitimarem a própria cooptação (como refleti antes).

Esses centros, como o Centro Comunitário Riacho Doce, após experiências de observação empírica, confirmam que a realidade que os envolveu; foi carregada do mesmo sentido, como uma forma de apropriação e de controle, ou seja, o Centro Comunitário surge como espaço *político*, mas muitas vezes se torna *apolítico*, um instrumento levado a implementar ações determinadas e definido, por outras Instituições. O Centro Comunitário muitas vezes representa os moradores em reuniões de Instituições, mas sua fala não tem poder de mudar decisão, e assim acaba por "aceitar" decisões muitas vezes arbitrárias.

O Centro Comunitário Riacho Doce também é um espaço de relações sociais que engendram representações, tais como referidas por Goffman:

"Atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e tem sobre estes alguma influência" (1999, p.29).

Eis uma das respostas possíveis, ou seja, estes líderes ou representantes dramatizam para os moradores uma fonte de influência, mudança e garantia de direitos. Também são vistos como o símbolo de uma relação entre pessoas, visto que é um semelhante - diferente aberto para todos, como em um teatro composto por máscaras sociais, com ação

delimitada pelo papel previsto na trama, expectativa, ou "script". O indivíduo, neste caso, não é singular, mas é relativamente plural e conectado aos outros e pelos "outros" presentes, próximos ou distantes.

As ações representadas no Centro Comunitário Riacho Doce estão distribuídas de forma que cada pessoa - morador da área, se faz parte da diretoria, desenvolve um tipo de papel que ele pode representar "dentro" ou "fora da área".

No dia 22 de fevereiro de 2001, participei do recadastramento de alunos para as escolas na quadra 8, nesse momento, constatei como as atribuições dadas pelos papéis entre os "sócios" sejam eles parte integrante da diretoria ou mesmo outros da área sem cargos dentro do Centro, carregam consigo um sentido pessoal. Moraes, Campos & Freitas consideram que:

"Os indivíduos enquanto elementos ativos produzem parte de suas representações para organizar os desafios de desenvolvimento de suas relações sociais e ambientais, dando sentido e "ordem" às práticas sociais e permitindo o desenvolvimento e, de certa forma, a convivência de expressões sociais e ambientais extremamente heterogêneas" (1995, p. 328).

Max Weber (1986) quando discute a ação comunitária como decorrente do interesse de classe; diz que a ação comunitária refere-se a ação que é orientada para determinados fins coletivos. As relações sociais que envolvem os moradores e seus representantes, no caso do Centro Comunitários Riacho Doce, mostram que a legitimidade que é dada pelos moradores e pelas Instituições com quem se relacionam também visam fins coletivos, mas pode variar de acordo com as circunstâncias que se encontram o "palco" e seu "ator", referindo-se ao contexto de vida de cada morador.

Primeiramente, pessoas se encontravam quase que diariamente para pensar, e planejar juntamente com líderes de movimentos, como seria

efetivada a ocupação, após terem se respaldado da possibilidade de realmente permanecerem na área em caso de ocupação; posteriormente quando a área é ocupada o Centro Comunitário é reconhecido como uma organização que iniciou todo processo, antes da ocupação, e agora se efetiva com endereço certo dentro do Riacho Doce, ele ganhou um primeiro lote de terra demarcado pelos representantes dentro da área, onde foi construída uma casa de madeira, na Rua da Olaria que se tornou então a sede do Centro Comunitário Riacho Doce.

Sua existência e representatividade andam juntas, pois estão diretamente ligadas, já que grande parte dos moradores, reconhece suas ações. Quanto maior for sua ação maior o seu nível de reconhecimento, ou seja, a importância da ação é medida de acordo com a legitimidade recebida e por isso maior representatividade o Centro tem. Quanto à sua existência, para os moradores do Riacho Doce, de primeira e segunda geração, que ainda hoje residem na área, e que assistiram e viveram todos esses processos, o Centro Comunitário existiu em um espaço físico denominado como "Centro Comunitário Riacho Doce", ou seja, em sua "casa própria". Embora, não se possa definir, exatamente uma data, pois se sabe que a data colocada no Estatuto é apenas "legal", visto que na prática ele pode já estar existindo há algum tempo. Mas sabe-se que nos primeiros dias da ocupação ele foi representado por algumas pessoas que se tornaram líderes por terem organizado o processo de ocupação, alguns que permaneceram como moradores outros foram logo embora, antes mesmo da construção da sede.

Um dos membros mais representativos foi seu José, homem que se autodenominou de presidente do Centro, após o falecimento de Antonio, por

isso era ele quem dava permissão para compra e venda de terrenos da área. Também se fazia presente em outros momentos, principalmente porque criou a carteira de sócio do Centro Comunitário, onde os moradores pagavam esse valor que "contribuía" para ajudar a todo e qualquer tipo de trabalho desenvolvido pelo Centro, que até pode ser justificar no Inciso I do Art 4º, quando este se refere que sobreviva de doações, empréstimos ou recursos próprios.

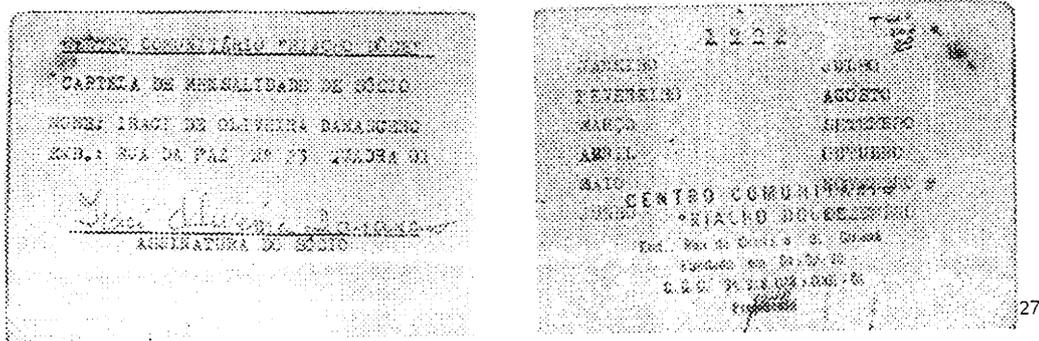


Foto 21:carteira de mensalidade do Centro Comunitário.

O Centro Comunitário também se fazia presente como um "notório público" paralelo, era o único capaz de fornecer documento de propriedade da terra, onde eram declarados o nome do proprietário, local e a medida da terra – Ainda hoje este ainda é o único documento de propriedade existente na área, pois até o momento não foi homologado o direito oficial da posse. O documento abaixo corresponde ao único que existe e comprova a propriedade da terra como sendo do morador.

²⁷ Documentos, autorizados para reprodução pela proprietária. Moradora do Riacho Doce.

“Quando surgiu a invasão o centro comunitário foi muito importante, porque foi ele que garantiu que agente ainda esteja aqui até hoje, o seu Abrão, ele lutava muito, informava a gente. E nós conseguimos ficar aqui. moradora da quadra 1”, (Maria Santana - em entrevista realizada 29/05/01).

Entretanto, segundo outros relatos, de moradores que vivenciaram esse período, com o passar do tempo, quando se saiu desse período inicial, mais tenso e mais intenso da “ocupação”, a atuação do Centro Comunitário começou a mudar:

“Na verdade depois de mais ou menos quatro anos o Abraão começou a abandonar o Centro e tudo o que ele ganhava, ficava só pra ele. Não dava nada pra ninguém. Era cesta básica, roupas qualquer coisa. Nós começamos a pensar que se ele representava os moradores como ele poderia ficar com as coisas só pra ele? E depois disso a gente foi lutou pra tirar ele. (morador da quadra 1 de primeira geração”(Informação verbal) em entrevista realizada em 29/05/01).

Segundo muitos moradores, a maioria das pessoas passou a entender que a direção agia sem corresponder às expectativas da comunidade. A partir de um certo momento, mas exatamente quando os moradores descobrem ações feitas pelo presidente sem seu conhecimento, como o relato acima, perceberam que não estavam sendo bem representados e começaram, então, a reclamar uma melhor atuação, foi quando decidiram se reunir e formar uma “contra” organização, ou seja, uma organização paralela e provisória ao Centro Comunitário que existia, mas a luta nesse momento não era contra a organização em si, mas especificamente contra a pessoa do então presidente.

2.2 O SEGUNDO ATO: UMA REAPRESENTAÇÃO OU NOVA INTERPRETAÇÃO?

Mediante essa forma de representação, a comunidade pensou e fundou, no dia 14/01/97, a Associação de Moradores do Riacho Doce - AMRD,

para funcionar paralelo ao Centro Comunitário, que naquele momento já estava há quase seis meses abandonado, pois seu José que estava no poder a quase sete anos, havia trancado à chave e ninguém podia mais entrar na sede do Centro. Essa Associação ficou funcionando até as eleições para a próxima diretoria, realizada em 1998. Nessa eleição, disputaram duas chapas uma da direção que estava no poder e outra “nova”, a qual veio a ganhar, representada por dona Madalena e seu João, presidente e vice-presidente e também composto de vários representantes, como é o caso de um Secretário, um tesoureiro e outros. O Centro Comunitário é então registrado, com ata de reunião e logo após a sua homologação a Associação deixou de existir para vigorar somente o Centro Comunitário.

Seu João disse em entrevista realizada em sua casa, que seu José, não era ocupante desde o início, como parecia, e sim posterior chegado com poucos dias depois e por isso interpretável enquanto morador de **segunda geração**. Dados de entrevista realizada com moradores confirmaram que seu Abraão teria contribuído com dona Madalena no momento de sua eleição. Mas teria ficado muito chateado com todos os moradores que não reconheceram tudo o que ele teria feito de bom pela área.

Esta informação mostrou um lado até então desconhecido, pois seu Pedro confirmou que dona Madalena era uma das líderes de quadras que formavam justamente as 25 quadras, já mencionadas aqui. O que teria feito com que se houvesse uma *rincha*²⁸ entre eles, ou seja, uma luta interna que resultou em uma separação.

²⁸ Rixa – usado para referir a espécie de briga resultante de outra anterior nunca esquecida, pode ser utilizada também como briga, raiva, concorrência.

Enquanto espaço físico, o Centro Comunitário, segundo versão de uma moradora, logo após o estado de abandono em que ficou, foi destruído por "vândalos", que foram lá e roubaram todas as telhas, e tábuas do local:

"(...) quando nós fizemos a eleição nos chamamos o seu José, para pedir a chave do centro, mas ele nos disse o seguinte... Que não entregava por que ele tinha começado do zero e quem fosse assumir a nova diretoria começaria do zero (...) e o que é que aconteceu?, os vândalos foram lá e começaram a destruir, foi, foi e ficou só o espaço. Fabiana ".(Informação verbal em entrevista realizada em 08/03/01)

Segundo outra versão, dado por dona Madalena presidente do Centro Comunitário, seu José vendo-se pressionado pelos moradores, após descobrir que alguns moradores estavam se organizando em outra organização decidiu abandonar o Centro, levando consigo a chave da sede e bens como: fogão, máquina datilográfica e documentos, fato que deixou os moradores em clima de revolta já que *"eles se viam traídos por seu José"*. Esse fato deixou os moradores - principalmente os que moravam pelas redondezas da sede - insatisfeitos. Foi assim, que, segundo este e outros relatos de interlocutores, em 1997, alguns moradores começaram a invadir o espaço da sede, primeiramente, através de arrombamento, quando levaram objetos que ainda restavam no seu interior e, posteriormente, começaram a levar telhas e tábuas, desmontando literalmente a sede. A justificativa dessa reação é que, *"como os moradores pagavam uma mensalidade para manutenção do Centro, eles estavam afinal se ressarcindo das perdas sofridas com a decadência da direção do Centro"*.

Após cerca de sete anos, o Centro Comunitário, tornou-se um espaço vazio. Os moradores fundaram AMRD apenas com o fim de promover eleições para uma nova diretoria do Centro Comunitário. O processo reativo elegeu a diretoria, em 1997, formada por presidente, vice-presidente, secretário

e tesoureiro. Sem condições de construir outra sede, a direção começou reuniões em locais e dias escolhidos de forma aleatória, ou seja, ora em uma ora em outra das residências do Riacho Doce, por exemplo, na casa da presidente, ou mesmo na casa de outros, como a Capela de Nossa Senhora das Graças, na quadra 2.

Após fundar a Associação, foi dada a nova partida para a resolução de problemas da comunidade. O primeiro serviço que foi feito foi o novo aterramento da rua da Olaria, que segundo meu informante era precário, embora hoje já esteja muito desgastado porque "*não agüentou o 3º inverno que foi muito forte*", dizia ele, referindo ao mês de abril de 2000. Continuando suas atividades, o Centro buscou concretizar outros objetivos também importantes além desse aterramento. Em uma reunião com o Secretário de Educação Municipal da época que era o Luis Araújo, pediu a construção de uma escola, próximo da área. Como havia um lugar às proximidades que abrigava um motel, e que estava à venda, se levou à Prefeitura a possibilidade de compra para construção da escola. A proposta foi aprovada e viabilizada em 1998. Chamada de Edson Luis, a escola atende, hoje, cerca de 50% das crianças da área na faixa etária de 6 a 14 anos. A Escola não funciona somente em prol da área, pois somente 50% dos alunos podem ser do Riacho Doce, o restante, deve ser de qualquer outro local.



Foto 23 : Telma Pereira – em 29/12/01 Escola Edson Luis

Após essa etapa que passou a criar uma relação mais próxima com a Universidade. Deu-se inicio ao que levaria a várias reuniões com diversas Entidades e ou Empresas, como a ELETRONORTE, Polícia Civil, FCAP²⁹. A parceria do Centro Comunitário Riacho Doce, juntamente com a UFPA, resultou na criação do PM Box, e depois, criaram-se parcerias para outros Projetos, como é o caso do Curso de Soldadores Juniores³⁰, o Trote Ecológico anual e outros.

Segundo interlocutores, mesmo destruído o espaço físico inicial do Centro, as atividades continuaram normalmente através das inter-relações mantidas dentro e fora da área. O Centro Comunitário original e a AMRD correspondiam à necessidade de representação, autodefesa, de um embrião de poder local.

Contatos em busca da construção etnográfica mostram que embora o Centro Comunitário tenha conseguido realizar essas ações, ele não foi bem reconhecido, pois se reúne esporadicamente, sem datas, locais e horários determinados. As reuniões surgem na sua maioria da própria

²⁹ FCAP – Faculdade de Ciências Agrárias do Pará

³⁰ O Curso de Soldadores Juniores, foi promovido de Março a Setembro de 2000, pela UFPA, através do Programa Nacional de Capacitação Solidária, presidido pela Sr. Ruth Cardoso e aqui executado pela Pró- Reitoria de Extensão/ PROEX/UFPA.

necessidade de resolver problemas emergentes na área, e por isso apenas são marcadas de acordo com as conveniências determinadas por situações alheias à vontade da maioria. Embora o cargo de presidente seja o mais alto, ele ou ela dificilmente resolve isoladamente qualquer problema, por isso os outros cargos, como o de vice-presidente, secretário, tesoureiro, e outros são de suma importância nessas reuniões, na hora de tomada de decisões.

Segundo relatos, o segundo presidente do Centro Comunitário após esse processo, seu José, ainda permaneceu como morador da área, até pelo menos um ano, mas se mudou desde 1999 e não é mais morador da área, ele teria vendido sua casa após as várias desavenças ocorridas, seja por parte dos moradores que prometiam agressão física ou pela diretoria do Centro que o acusava de vários desvios de bens recebidos. Por causa disso, desde o momento de sua substituição como presidente ele não manteve, qualquer nova relação com o Centro seja com cargos de diretoria ou como expectador. Segundo informações logo depois que se realizou a eleição, onde dona Madalena assumiu a presidência do Centro, imediatamente houve um rompimento de relações entre dona Madalena e seu José, por causa das ações que ele desenvolvia em nome do Centro. Embora alguns moradores demarquem sua saída desde o momento em que abandonou a sede do Centro, institucionalmente, ou legalmente, ele só se afastou, quando se realizou a eleição para nova diretoria.

A gestão de dona Madalena como presidente do Centro Comunitário teve uma duração de mais de três anos, de maio de 1997 a julho de 2001. Segundo seu relato todo trabalho desenvolvido pelo Centro, foi determinado a partir de seus esforços, ou seja, por determinações claramente

definidas como individuais em sua fala. Sua participação maior revelou que muitas vezes ela teria decidido sozinha as ações, e por isso representou uma força, e um poder muito grande dentro do Riacho Doce, onde todos a respeitavam muito. Madalena, mesmo em sua casa, seria como um ponto de apoio que funciona "dia e noite", como alguns moradores várias vezes confirmaram em seus discursos. Isso a tornou muito relacionada dentro e fora do Riacho Doce.

"(...) a qualquer hora, ou é porque o filho esta preso, ou porque está doente, ou porque precisam de remédio, ou qualquer outra coisa eles sempre me procuram (...)." (Entrevista realizada em 04/05/ 2000)

Foi possível ouvir discursos diferentes, criados a partir do ponto de vista de outros informantes, alguns da própria diretoria, que afirmavam que isso não era bom porque muitas vezes ela tentava resolver sozinha coisa que seriam mais rapidamente resolvidas se auxiliados pelos outros membros. Outros moradores que se denominam como uma contra-organização que não admiram o trabalho do Centro Comunitário afirmaram que Madalena sempre refere seus atos como "*eu fiz*", e por isso sua fala não demonstra o que é ser comunitário, visto que seria uma organização que desenvolve trabalhos visando o bem estar de todos. Ainda afirmavam que suas ações são de pouca representatividade, pois não refletiam as reais necessidades da comunidade, como a questão da violência que seria, segundo esses informantes, na sua maioria moradora da mesma quadra, um dos problemas mais graves encontrados na área:

"(...) ela sempre fala, que ela faz as coisas, mas ela deu o centro comunitário e não levou nada em troca, ela também não arranja nada, o Abraão dava atenção e ajuda pra todo mundo (...) era cesta, era atendimento (...) aquela carteira que tinha todo mundo pagava, mas gostava (...) agora nem isso tem, todo dinheiros que entra é só pros

bolsos deles.” (Domingos, morador da quadra 1-primeira geração – (Informação verbal em entrevista em 03/04/01)

Segundo dona Madalena como o local onde era o Centro Comunitário ficou vazio, no início de sua administração ele foi cedido para a construção de um Posto de Saúde na área, uma obra realizada pela Prefeitura Municipal de Belém - fato confirmado em uma conversa gravada com seu João, que assumiu o cargo desde essa primeira administração de vice-presidente do Centro Comunitário. Este seria um acordo acertado pela Diretoria do Centro com técnicos representantes da Prefeitura, onde parte deste acordo deixaria claro que se construiria uma sala no mesmo prédio do Posto de Saúde, onde deveria funcionar o Centro Comunitário. Quando do início das obras, foi constatado pelo arquiteto da Prefeitura que a área não suportaria um prédio de dois andares e por isso não seria possível construir a sala que comportaria o Centro Comunitário. Porém nova reunião para resolver este impasse revelou Projeto de remanejamento de moradores da quadra 18 a 20, onde será construído uma praça e um Centro Comunitário.

Embora a construção do Posto tenha sido de plena importância para a comunidade, e que de certa maneira haja esse reconhecimento, revelou-se um problema. Um *pasquim*³¹ colocado em um *boneco de Judas*³² num poste de luz elétrica no sábado da Aleluia em 2001 á frente da casa de Madalena perguntava “*dona Madalena, onde esta o Centro Comunitário?*”. Constatei que o fato do Centro ter perdido seu espaço tornou-se aos poucos um motivo de “forte insatisfação” não só para moradores que eventualmente

³¹ Pasquim – Cartas anônimas colocadas em bonecos, que critica e denuncia de forma crítica e irônica a vida de pessoas.

³² Boneco de Judas – Bonecos erguidos em postes e árvores no sábado da Aleluia, onde é colocado o Pasquim.

participam de suas atividades, mas também para alguns membros da própria diretoria que sentem a falta desse espaço.

Segundo o que pude perceber nessa mesma conversa, seu João também é bastante atuante, tanto quanto Madalena. Em uma oportunidade de comparação das várias versões sobre o processo que envolveu o Centro Comunitário do Riacho Doce, constatei que seu João é um ocupante considerado de primeira geração, pois esteve desde o princípio da invasão, diferentemente de Madalena que é ocupante de segunda geração desde 1991, quando comprou o terreno onde mora de uma outra pessoa, dois anos depois.

Em conversa com o Vice-Presidente do Centro Comunitário parece que os moradores da área, embora se reúnam ora em uma escola cedida pela Associação de Apoio a Comunidades Carentes – APACC na quadra 8, ora Capela de Nossa Senhora das Graças na quadra 2 os moradores não as consideram como sede do Centro:

“(…) Olha o nosso sonho mesmo é ter o nosso Centro Comunitário... mesmo, e eu tenho certeza que nós ainda vamo ter um, nós tamo lutando pra isso (...)”. (pesquisa realizada com João, em 20/03/01)

Este relato demonstra uma expectativa muito clara que está presente na maioria dos discursos dos moradores, quando estes se referem ao Centro Comunitário. Sabemos que as reuniões em um primeiro momento deveriam acontecer de oito em oito dias, mas na verdade não acontecem, acontecem de forma esporádica, dependendo da necessidade. A maioria dos moradores do Riacho Doce, não costuma participar das reuniões do Centro Comunitário, sejam porque não gostam, ou não têm tempo ou “*não dão mesmo pra essas coisas*”- disse uma interlocutora. Por isso o número de participantes nas reuniões varia muito, são cerca de 20 a 30, segundo informações de

membros da própria diretoria. Mas, nessas reuniões, resultado de repetidos contatos entre julho de 2000 a setembro de 2001, registrei uma média de dez participantes, número constatado em uma das reuniões que antecederam a eleição do dia 08 de maio, quando houve a eleição da nova diretoria do Centro, onde votaram mais de 900 moradores.

Segundo interlocutores a importância atribuída ao Centro Comunitário está definida em dois níveis, a primeira relacionada às ações e a segunda a sua própria existência: ações desenvolvidas pelo Centro são submetidas a análises dos moradores que os avaliam como importante, satisfatórias ou não, mesmo que algumas dessas ações sejam realizadas em parceria com órgãos como a Universidade, a Prefeitura, ou outros. A existência está relacionada a um espaço físico, visto como "Centro Comunitário Riacho Doce". Ou seja, o Centro Comunitário não tem sede própria, mas existe nas suas ações, que dependendo da importância a ele atribuída a sede não faz falta, porém quando essas ações não são definidas pelos moradores como satisfatórias, e segundo eles, a ausência de uma sede justifica a "má" atuação do Centro.

Dados referentes ao censo – já mencionado aqui - mostram que quando os moradores foram questionados sobre a existência ou não do Centro Comunitário, aproximadamente 75% respondeu que o Centro Comunitário não existe. E quando foram questionados sobre essa resposta ficou claro que se referiam a um espaço físico, lembrando do antigo local onde funcionava antes do fato já relatado aqui sobre sua desconstrução.

Este dado mostra que o Centro Comunitário "oscila" entre a existência e a permanência, para muitos ele permanece, mas não está. Muitas

vezes, ouvi de moradores que o Centro Comunitário é uma ou outra pessoa ligada à diretoria “fulano é o Centro...” ou “lá vai o Centro Comunitário”. Essa idéia pode mostrar que o Centro é uma espécie de organização que agora não está em um espaço determinado, mas existe como itinerante, e que ele é reconhecido, algumas vezes de forma mais eficaz e outras menos, dependendo do nível de reconhecimento de suas ações. Por um lado, dentre as ações reconhecidas pelos moradores algumas foram explicitadas e seriam primeiramente a Construção do Posto de Saúde Família Saudável e secundariamente se falou do Projeto de Aterramento das quadras, ambas promovidas pela atuação da Prefeitura Municipal de Belém - PMB. Por outro, do ponto de vista do Centro Comunitário foram várias as ações e referiram como as mais importantes: primeiramente a organização que levou cerca de 1.500 moradores do Riacho Doce à primeira reunião do Orçamento Participativo³³ realizado em 1998; secundariamente foi relatado, aliás, como resultado deste primeiro a adaptação para uma escola, a Escola Edson Luis, a cargo da PMB. Segundo interlocutores a construção da Escola foi uma espécie de premiação dado pela Prefeitura, pelo número expressivo de participantes do Riacho Doce que compareceram na primeira reunião do Orçamento Participativo no bairro do Guamá, que aconteceu no Ginásio de Esportes da UFPA; referiram também ao primeiro aterramento da Rua da Olaria, totalmente esburacada e alagada naquele momento; outra ação importante foi à vinda e permanência na área da base de atendimento do Posto de Saúde Família Saudável que passou a atender diariamente toda a comunidade; as aulas de reforço que acontecem na quadra 8; todo o aterramento da quadras, que

33 Orçamento Participativo é um programa de Governo do Partido do trabalhadores -PT, que

embora esteja trazendo alguns problemas para as estruturas de algumas residências é visto como um grande avanço, e finalmente a abertura e aterramento da Rua do Igarapé Tucunduba.

Segundo alguns interlocutores moradores:

“o problema é que o Centro não tem uma sede e isso é o primeiro resultado de uma desorganização por parte da diretoria que não interage com a população. Na realidade, não há qualquer tipo de organização dentro do centro (...) muitas vezes os moradores tomam providências sozinhos, da mesma maneira que o Centro na maioria das vezes também faz, ou moradores e o Centro agem como se fosse oposição onde um nem sempre apóia o outro(...)”. (Ana moradora de terceira geração, da quadra 15, em 07/03/01)

Na realidade, existem moradores que até sabem da existência e atuação do Centro, mas muitas vezes não sabem quem são os dirigentes, algumas vezes nem mesmo esses diretores participam da reunião do Centro Comunitário.

Mas, segundo a direção do Centro Comunitário:

“As pessoas não participam de nada. Eles são chamados e não participam, (...) esperam que sempre vão até eles mas nunca nos procuram. Foi nós que mobilizamos em torno da construção de um PM Box na quadra 1 em frente ao Tucunduba, onde estava ocorrendo brigas de gangues rivais, com tiro e muita violência, (...) o pessoal da chapa 1 que disputa a direção do centro comunitário, deu inicio a mobilização e chamaram a gente para discutir. Mas abandonaram a proposta que estavam lutando, deixando tudo para a gente resolver (...) eles só são fogo de palha.” (Madalena - diálogo retirado do diário de campo em 23/03/01)

Dona Madalena deu essa resposta como forma de justificar a falta de interesse dos moradores, principalmente da quadra 15, onde acontecia naquele dia um mutirão organizado em uma parceria do Centro com a PMB. Quando estive presente na referida quadra para participar do mutirão constatei, após ter perguntado em várias casas sobre o mutirão, que os moradores não

trabalha a partir de metas decididas em assembléias populares, desde 1998 ele passou a se

estavam informados sobre o que iria acontecer ali. Soube então que não havia sido divulgado para o próprio local que haveria ali o mutirão. Observações anteriores dão conta de que um dos grandes problemas detectados no interior do Centro, no que se refere a suas ações é a “falta de divulgação”, que deveria representar exatamente um indicador de caráter comunitário, visto que é uma representação popular e que não age sozinho, mas que segundo interlocutores, finda por não “representar” sempre.

Essa é uma constatação que irá permear todo o desenvolvimento de ações do Centro e que representa queixas de várias Instituições que já passaram por ali.

Das várias observações constatei também que a falta na maioria das reuniões dos membros da diretoria é freqüente normalmente marcada pela presença da presidente, é quem geralmente, convoca as reuniões; os demais diretores dificilmente aparecem e alegam problemas dos mais variados que os impediram de participar. Depois dessa constatação a reunião é cancelada por falta de quorum, ou seja, o número de participantes é reduzido para se tomar decisões e por isso, na maioria das vezes há remarcação para outro momento.

De alguma maneira, se comparado a outros centros comunitários, aspectos particulares da realidade que envolve os moradores do Riacho Doce, a situação de vida econômica regulada pelo nível de sobrevivência e falta de emprego sugerem que desenvolver atividades, ou ações coletivas sempre é muito difícil, exatamente pela diversidade que existe internamente, seja dentro do Riacho Doce como um todo ou no interior do Centro Comunitário. As diversidades existem e devem ser consideradas, pois levam pessoas a agirem

muitas vezes pensando em si próprias primeiramente para depois pensarem nos outros.

Na realidade, interlocutores afirmaram sem muito cuidado que existe “falta de organização” presente no interior do Centro. De acordo com dados recorrentes isso se dá devido às várias atribuições das representações, e ao número excessivo de reuniões externas, principalmente promovidas pela PMB, que neste caso é sinônimo de Partido dos Trabalhadores, que é o partido da atual administração da cidade. O Centro Comunitário Riacho Doce é partidário e age de acordo com as determinações do partido.

Em comparação com outros centros, dos bairros citados anteriormente, o partidarismo sempre esteve presente, principalmente se os membros principais assumem que são filiados, no caso do Partido ser PT, ou mesmo outros. Pelo contexto que envolve sua ideologia, segundo moradores essas filiações confundem as atuações do Centro, no caso do Riacho Doce, essa filiação os “deixa muitas vezes sufocados”, disseram alguns interlocutores da pesquisa.

Balandier (1969) ao discutir sobre as relações de dependência, nas sociedades medievais, define como as “pseudofeudalidades”, usadas como “meio de sustentar um sistema de administração centralizada”. No caso dessa administração do Centro Comunitário Riacho Doce, membros da diretoria não são literalmente filiados, mas admitem “aceitar” o PT com uma confiança muito grande, principalmente devido ao grande número de atividades desenvolvidas pela prefeitura na área, muitas vezes vistas como “uma troca de favores”, ou clima de fisiologia política.

2.3 O TERCEIRO ATO: O REAL?

Dia 08 de abril de 2001, dia da eleição para o Centro Comunitário Riacho Doce, já por volta das 07:00h da manhã, seu João ligou-me para lembrar da eleição, pedindo para que eu não deixasse de ir. - Claro que eu não faltaria, mas gostei de ele ter lembrado, e me convidar - Por volta de 08:30h da manhã cheguei ao Riacho Doce, quando ainda estava estacionando o carro logo avistei uma Kombi de propaganda do Sindicato dos Servidores do Estado, que fazia propaganda das propostas da Chapa 1, e tinha como candidata á presidente dona Isabel, juntamente com seu João e dona Madalena, que faziam parte da então diretoria do Centro Comunitário. Juntamente com seu João, nesse carro, estava seu Pedro, que fazia propaganda das metas da chapa em um microfone. Mais adiante, na entrada da Rua da Olaria, próximo a Perimetral, estava também Vitor, que apoiava a chapa 1, distribuindo camisas e panfletos para os moradores. Quando Vitor me avistou, imediatamente puxou uma camisa da sacola e pediu para que eu vestisse, para fazer propaganda para a chapa 1. Eu tentei despistá-lo, já que me via atrapalhada pela situação, pois não poderia mostrar aos moradores que teria algum tipo de identificação pela chapa 1 ou pela capa 2, por isso o convenci que seria mais aconselhável dar a camisa a um morador, pois ele votaria e eu não. Embora ele tenha insistido por mais algum tempo, aceitou a idéia, mas me encheu a mão de panfletos de propaganda da Chapa 1 para entregar aos moradores.

Eles estavam identificados como mostra a fotografia abaixo, tirada no dia da eleição, onde integrantes das duas chapas aparecem juntos, mas identificados como rivais através da camisa.



FOTO 24: Telma Pereira 08/04/01 representantes das chapas 1 e 2.

Ao adentrar um pouco mais a Rua da Olaria, percebi que o dia da eleição era algo muito diferente, não só pela eleição, mas principalmente pelo ar simbólico que isso significa para os moradores. Andando pela Rua da Olaria procurando o local de votação encontrei alguns moradores fazendo boca de urna, e outros falando amplamente da importância daquele dia. Era algo quase indescritível. As pessoas estavam vivendo um dia de domingo, mas, além disso, algo pairava no ar, moradores que estavam “fazendo à feira” - como eles dizem - outros que estavam simplesmente andando. Era um ir e vir constante, o que normalmente é muito grande na área, mas que nesse dia era diferente, fora do comum, tinha um ar de mistério, e felicidade. Identifiquei os locais de votação que seriam dois: a Capela de Nossa Senhora das Graças, localizado na quadra 1, onde tinha uma urna: e a Escola Arco Íris, localizada na Rua da Olaria onde o movimento era maior e tinha duas urnas, embora no primeiro local houvesse também uma procura muito grande. Percebi então, que embora estivesse acompanhado de uma máquina fotográfica, um micro-cassete e de meu caderno de campo, seriam insuficientes para registrar tantas informações e decidi ir até minha residência em Ananindeua, um município

distante aproximadamente 25 quilômetros para apanhar minha filmadora, pois isso, garantiria além das imagens as suas expressões nas falas.

Por volta das 11:00h já estava de volta. Comecei a filmar descrevendo os momentos, identificando as pessoas e indagando-lhes sobre a importância daquele processo e seu significado. Minha preocupação era não deixar os moradores me perceberem do lado de uma chapa ou de outra. Quando comecei a filmar, muitos moradores diziam que a chapa 1, alguns faziam denúncias *"eles não fazem nada, o Centro não tem nem casa"*, outros satisfeitos queriam falar *"olha esse pessoal aqui da Chapa 1 fez muita coisa, foi eles que botaram a escola aqui, a Família Saudável, e muitas outras coisas"*, outros se escondiam com vergonha acreditando que passaria na Televisão, e perguntavam: *"ei mana, onde vai passar essa fita ai heim?"*. Fiz questão de filmar as pessoas votando. Andei em todos os locais de votação.

Seu João estava me acompanhando – o que nem sempre era bom, visto que ele representava a chapa 1 - e convidou-me para ver a *enchente da maré de março*, como ele dizia, que estava alagando totalmente a quadra 15, fui até lá conversei com alguns moradores, e até fui convidada, por uma moradora a filmar sua casa,

"Olhe! Filme aqui veja a senhora onde eu moro, aqui é tudo alagado, isso enche tudo. Ontem essa minha filha caiu lá no fundo e por pouco ela não se afogou", disse a mãe.

Depois dessa filmagem, voltei aos locais de votação, onde pude observar e mesmo conversar com os moradores que estavam votando.

Também entrevistei membros da comissão eleitoral que fiscalizavam o processo e que estavam lá presentes.³⁴

Como mostra as fotografias abaixo do dia da eleição, onde estão respectivamente no interior da Capela e o morador que vota na Escola Arco Íris.

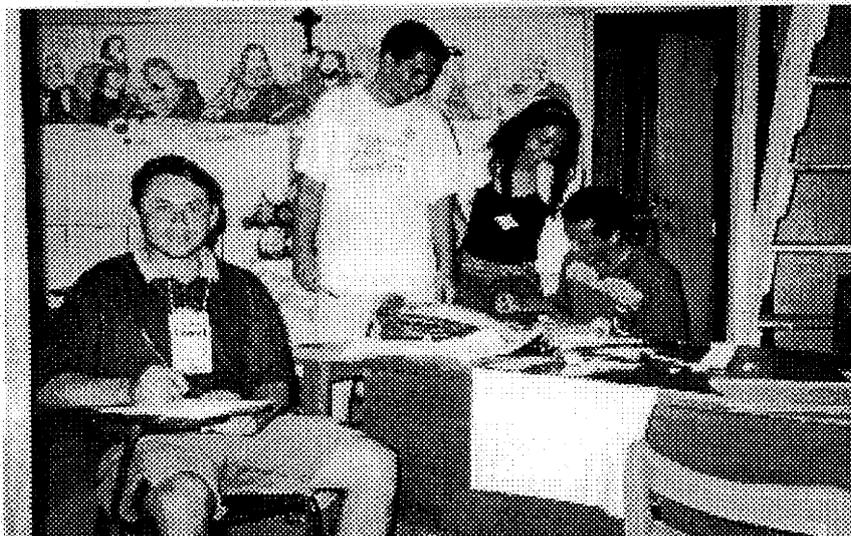


Foto 25 :Telma Pereira 08/04/01 eleição na capela de N. Sra. das Graças.

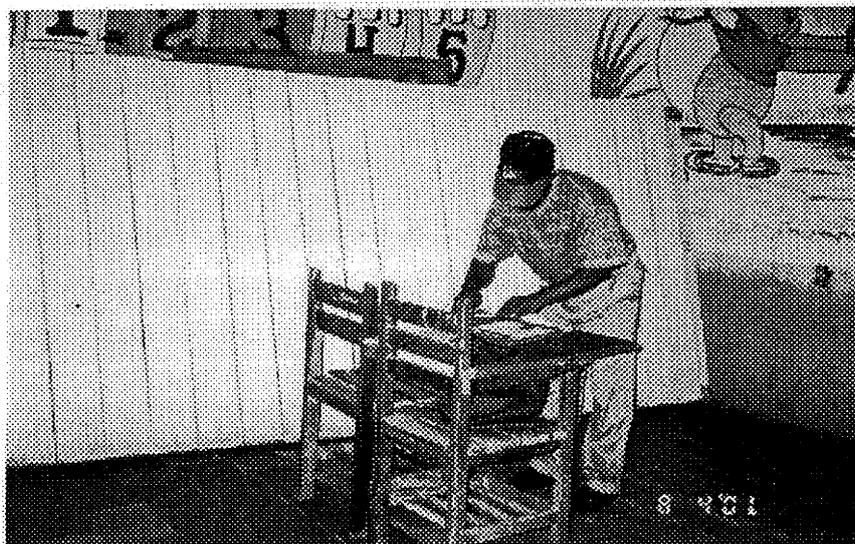


Foto 26 :Telma Pereira 08/04/01 morador votando na Escola Arco Íris.

³⁴ Todo esse processo foi filmado e gravado em fita micro cassete. Fato que é feito referência na Ata de eleição do Centro Comunitário e que conta como anexo nesta dissertação.

Com a preocupação de garantir o bom desenvolvimento da Eleição, ambas as chapas, tinham se preocupado com o almoço para os moradores que estivessem ajudando a fazer divulgação de suas propostas. Por volta de 12:30h as pessoas já estava com fome, inclusive eu. Depois de ter ido até a casa de Patrícia, filha de dona Madalena, onde esta se encontrava fazendo a feijoada, percebi que ali demoraria muito para sair o almoço, e como eu já tinha mantido um contato muito próximo, não somente naquele dia, mas em outros momentos com integrantes da chapa 2. Fui até a casa de Marivaldo, candidato a presidente da Chapa 2, onde estavam servindo o almoço. A casa de alvenaria com uma mesa grande de madeira, improvisada na sala, disputava espaço com um enorme sofá, que era pequeno para tanta gente. Estava cheia de moradores não somente do Riacho Doce, mas também de outras áreas de ocupação que apoiavam a chapa, eram moradores da área da Terra Firme e até do município de Ananindeua, mas especificamente do PAAR, ligados ao Sindicato dos Urbanitários, que estava apoiando a chapa 2. Não fiz cerimônia, fui entrando, e logo me apresentei para todos, muitos não me conheciam, mas me trataram muito bem e logo me convidaram para almoçar – tinha por traz uma certa disputa pelo meu apoio, alguns me identificavam como membro da chapa 1- O almoço era também feijoada, mas também tinha bisteca assada, aliás, isso lembrava boatos, da casa de Patrícia que dizia que *“eles, da chapa 2 tinham mais dinheiro, pois estavam servindo até bisteca”* disse ela. Como havia poucos pratos, serviram-me em uma tampa de um recipiente plástico de cor amarela, que me serviu de prato naquele momento. Tudo muito gostoso, a bisteca estava bem quente, embora a feijoada estivesse um pouco fria – enquanto comia pude ouvir alguns relatos, um deles é que existe uma espécie

de compromisso entre ocupantes de uma área para outra no sentido de apoiar eleições em outros centros comunitários, segundo informações poucos dias depois haveria eleição em outro centro na terra firme e novamente essas pessoas se encontrariam de novo para apoiar a eleição. Sem me demorar muito, até porque teria que desocupar tanto o lugar como o prato para outros que estavam chegando e esperavam, despedi-me e fui embora. Antes quando tinha ido na casa de Patrícia tinha deixado a bateria da filmadora carregando, e então voltei para apanhar, outros moradores que apoiavam a chapa 1, já estavam almoçando, e fui então novamente convidada a comer, não tive como dizer não, embora alguns moradores soubessem que eu já havia almoçado na casa de Marivaldo – percebi que o convite era uma espécie de teste, por que será que eu tinha escolhido comer lá e não ali? Não tive problema almocei nos dois lugares e pronto. – ambos estavam muito gostosos. Após esse almoço, por volta de 15:00h descobri que a filmadora não precisava somente de uma bateria carregada, mas de uma outra fita que tinha terminado; na máquina fotográfica também tinha acabado o filme. Após essa constatação, decidi ir até uma loja onde pudesse comprar. Quando voltei já eram 17:00h, mas alguns moradores ainda estavam na fila para votar. A procura tinha sido muito grande, a maioria lembrava da eleição de 98, onde cerca de 600 pessoas haviam votado e eleito dona Madalena como presidente. Fiquei acompanhando todo o final do processo até a contagem dos votos, que começou por volta das 20 horas, anunciado pelo Advogado Moisés, Presidente da Comissão Eleitoral. Enquanto acontecia a contagem fui convidada a ficar no interior da sala onde se dava a contagem: e pude observar a apreensão das pessoas para saber o resultado.

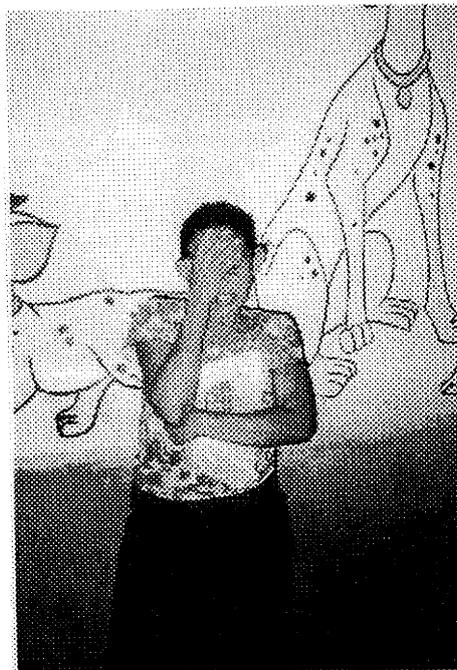


Foto 27 :Telma Pereira 08/04/01 Moradora rezando.

Como mostra a fotografia, os moradores estavam ansiosos para saber o resultado e torciam. A moradora acima orava a Deus pedindo a vitória da Chapa 1.

A soma de votos, nas três urnas, foi de 901 votos, sendo 289, em separados, como chamava a comissão eleitoral, que significa dizer que esses votos eram de pessoas não cadastradas.



Foto 28 :Telma Pereira 08/04/01 Contagem de votos.

Na primeira urna, vinda da capela de Nossa Senhora das Graças, a chapa 1 obteve 126 votos, a chapa 2, 80 votos, e ainda tiveram 2 votos em branco. Na segunda e terceira urna que estavam na Escola Arco Íris, houve primeiramente uma grande confusão pois não achavam a chave da urna e nem sabiam quem poderia informar, isso ainda demorou cerca de meia hora. Depois disso houve a contagem, Chapa 1 332 votos, chapa 2 79 votos, mais (3) três votos em branco e (3)três votos nulos. No total somaram-se **Chapa 1- 654** votos, **Chapa 2 - 222** votos, **Branco 5**, **Nulos 3**. Nesse momento por volta de 22:00h, foi anunciado a vitória da Chapa 1³⁵. Nesse momento uma moradora orou agradecendo ao Sr. pela Vitória da Chapa 1.

Após o resultado da eleição, se começou a se pensar no dia da posse. Várias datas foram marcadas. A primeira delas estava para o dia 20/05, onde seria realizado um grande bingo gratuito para toda a comunidade. Mas devido a que os ofícios que pediam os brindes para o bingo só serem encaminhados uma semana antes da data marcada – pedidos feitos somente para vereadores do PT, justificando a grande aceitação desde como os moradores do Riacho Doce – não foi possível ganhar nenhum brinde para as premiações, por isso a festa foi adiada.

Na segunda data dia 03/06, um domingo as 10:00h da manhã – já se tinha abandonado a idéia do bingo, pois não se havia conseguido nenhuma premiação e decidiram fazer o que chamaram de “uma cerimônia simples e rápida”.

Cheguei lá na capela de Nossa Senhora das Graças, na quadra 2, e estavam se preparando. A Joana que é dona de uma mercearia doou dois

³⁵ Dados registrados, e copiados literalmente de meu diário de campo datado em 08/04/01.

refrigerantes de dois litros, Isabel trouxe o bolo de chocolate, João fazia vaquinha para comprar mais refrigerantes. O tempo passava e não apareceu nenhum morador "estranho", ou seja, outro que fosse acompanhar a posse. Somente Isabel, Madalena, João, Joana, Andréia, e Edmilson, estavam presentes, todos integrantes da direção que iria assumir naquele momento. Quando era 11:30h, eles começaram a se preocupar porque o advogado que iria lavrar a ata não chegava e depois de termos esperado por uma hora decidiram ligar para o celular dele perguntando se ainda viria. Moisés, o advogado respondeu que não havia sido avisado, mas que antes de 12:00h (meio-dia) ele estaria chegando. A presença do advogado é de suma importância nesse momento, pois é ele que faz a promulgação da posse de forma legal.

Quando chegou, Moisés perguntou por outros membros da chapa 1 que não estavam presentes, se referindo a dona Maria e Patrícia, pois sem a sua presença, não poderia acontecer a posse. Segundo seu João teriam sido avisados, mas não tinham aparecido. Devido a essas ausências ele avisou que não seria realizado o ato de posse, mas que podia lavrar a ata deixando espaço para que os restantes dos membros assinassem depois. A proposta foi aceita. Por volta de 12:30h, se lavrou uma ata de posse, onde fui convidada a assinar como testemunha do ato.

Moisés lavrou a ata num grande livro de capa verde, onde se registra toda e qualquer reunião efetivada pelo Centro Comunitário. Nesse dia foi feita a descrição da posse. Mas ficou claro que não se tinha efetivado a posse legal já que nem todos os componentes da chapa estavam. Porém ficou marcado para o dia 06/06, onde novamente as pessoas se reuniram e

assinariam o livro que em parte já estava encaminhado – Depois comemos o bolo e tomamos muitos refrigerantes” – como mostra a fotografia abaixo, após termos concluído a reunião na Capela. (Dados do diário de campo de 03/06/01)



Foto 29 :Telma Pereira 03/06/01 posse na capela de N. Sra. das Graças.

No dia 06/06 novamente eu estava lá. Aos poucos foram chegando as pessoas. Não coincidentemente eram as mesmas que estavam na sessão anterior. Enquanto se aguardava os outros membros que não chegavam. Frede responsável por orientar a posse, encaminhado por Moisés, já estava lá. E depois de esperar bastante, ele começou a falar, que não era possível realizar uma posse como um número tão restrito de pessoas, se eram apenas oito moradores da área. Ele começou a explicar que esse era um documento que seria registrado em cartório e que se não tivesse pelo menos trinta, como testemunhas, a posse não seria visto como legal, além da própria imagem do Centro Comunitário Extra Riacho Doce ficaria desmoralizado. E disse mais; “isso que foi lavrado na ata não tem validade nenhuma como posse, não foi feita posse nenhuma, apenas foi registrada a presença das pessoas” – Nesse momento a maioria dos presentes começou a murmurar que

Moisés havia dito que era posse - Frede disse que a página poderia ser até arrancada porque não tinha valor e ainda poderia comprometer a própria diretoria do Centro, depois surgiu um clima de conflito, e a posse foi novamente marcada para o dia 12 de junho, dia dos namorados, às 19:00, na quadra 8.

Foi então em 12 de junho, em meio a expressões que questionavam se aconteceria ou não a posse, após três adiamentos. Finalmente a posse aconteceu com aproximadamente 25 moradores presentes.

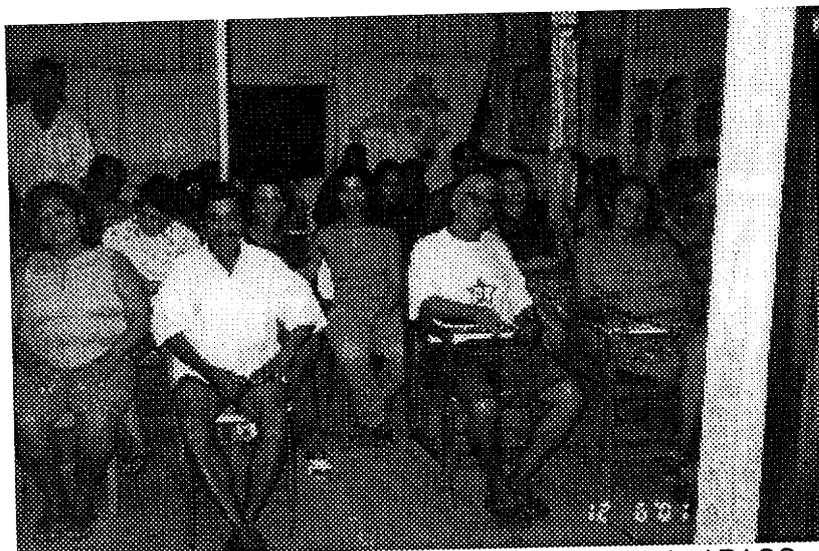


Foto 30 :Telma Pereira 12/06/01 posse na casa da APACC.

Era uma terça feira dia 12 de junho, às 19:00 conforme marcado. Alguns moradores estavam esperando na quadra 8, na casa da APACC, inclusive um número bastante representativo de moradores se faziam presentes (como mostra a fotografia acima). Na verdade essa expressividade se dava pela exigência do momento que necessitava de um número grande de moradores, principalmente porque nesse mesmo momento seria realizadas duas cerimônias importantes, uma delas era a posse da nova diretoria do Centro Comunitário, eleita no dia oito de abril, a segunda era a assinatura

contrato de empréstimo da casa da APACC, por um ano para a utilização do Centro Comunitário. Para este fato estaria presente um representante da APACC. No entanto, devido à falta de dados de dona Isabel, para formulação do documento de doação temporária (falta do número de CPF de Isabel que deveria constar no contrato). Não se realizou a Cerimônia, mas esses moradores que aguardavam pela cerimônia receberam a informação, somente com minha chegada, pois Maura havia me comunicado por telefone o recado de que a Coordenação geral da APACC, não se faria presente, mas remarcava para o dia 20/06 no mesmo local, às 19:00.

Após receberem essa informação os moradores ficaram inquietos, Frede já estava presente a aguardava ainda por um número maior de moradores para poder começar, enquanto outros já pensavam em ir embora, somavam-se aproximadamente 25 moradores. Após cerca de 15 minutos de espera, Frede que faria o ato de posse decidiu começar a cerimônia.

No primeiro momento foi feita a leitura da ata de eleição do dia 08-04, onde descrevia todas as situações que envolveram o ato, inclusive fazia referência a minha pesquisa, onde escrevia *"o processo eleitoral foi filmado, gravado em micro-gravador e fotografado pela estudante de Mestrado em Antropologia Social da UFPA, Telma Nazaré de Sousa Pereira"*. Neste caso, segundo Frede, este registro é importante para o Centro Comunitário como uma forma de dar mais validade política para o ato, visto que para que ele tenha validade, ou respaldo legal ele precisa ser legitimado, e reconhecido por um grande número de pessoas.

A fotografia abaixo mostra Frede fazendo a leitura da Ata de Eleição ocorrida em 8 de abril de 2001.

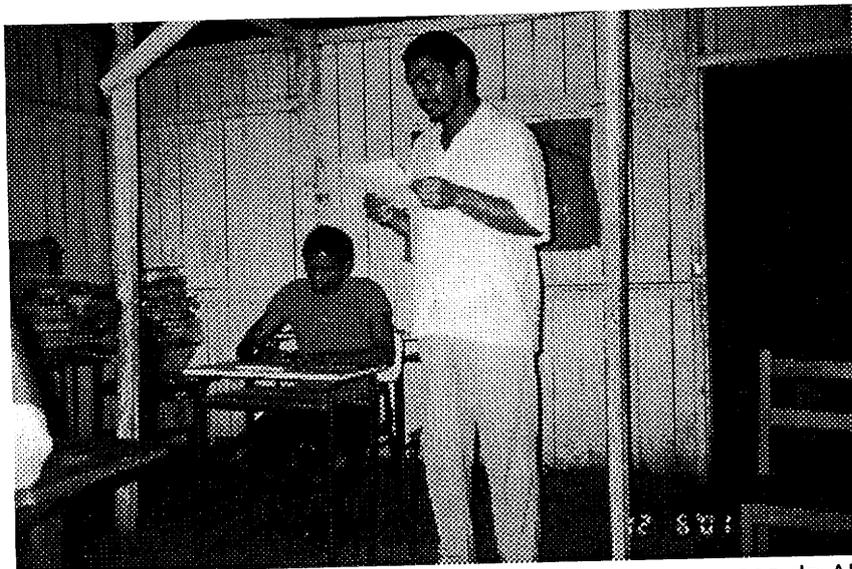


Foto 31 :Telma Pereira 12/06/01 Leitura da Ata de posse na casa da APACC .

Depois da leitura da ata, fui convidada a elaborar a ata daquele momento, onde fui indicada pela diretoria que estava presente. Ainda dei início, mas depois lhes expliquei que não poderia fazer, posto que estava ali enquanto pesquisadora e precisaria gravar, filmar ou mesmo tirar fotos e que isso comprometeria uma fiel descrição das informações que seriam necessárias constar em ata. Embora parecessem não entender muito bem aceitaram e passaram o cargo para outro, um morador do Riacho Doce, mas que não fazia parte da diretoria. Após esse momento foi feita a cerimônia, Frede chamou um por um dos membros, primeiramente Isabel, João, dona Madalena, dona Maria, e Andréia, depois pediu para que cada um deles falassem sobre suas propostas enquanto membros do Centro Comunitário. Após estas falas, também foi dada oportunidade para os moradores que assistiam falar sobre o ato, ou o que gostariam de dizer naquele momento; três moradores se manifestaram e todos parabenizavam Isabel pela vitória e desejavam boa sorte.

Depois desse ato foi entregue a ata da secretaria para o Frede que se comprometeu em elaborar a ata para que fosse entregue para a

Diretoria do Centro Comunitário. Foi então empossado a nova diretoria do Centro Comunitário Riacho Doce. Por volta de 21:30 horas.

Depois desse momento Frede pediu uma carona, e quando eu ainda me arrumava, ele convidou Maria e eu para comemarmos comendo churrasquinho de CR\$1,00 (um real), eu comprei refrigerantes e comemos ali mesmo, no local da venda. Um espaço amplo, como um imenso galpão, que normalmente não é usado para pessoas comerem ali, mas improvisamos. Conversamos e rimos a vontade. Em meio à conversa surgiu através de dona Maria acusações que envolvem o nome de um líder comunitário muito conhecido na área ela o acusava de pedir, e mesmo "obrigar" os moradores que recebem bolsa-escola a dá-lhe, quando vão receber, quantias em dinheiro ameaçando lhes tirar do programa. Mesmo no caso dos funcionários da Família Saudável ele os ameaça. Ela afirmava que quatro das funcionárias, de quem ele não gostava, iriam para rua porque ele iria tirar. Frede insistia em perguntar se dona Maria tinha visto isso, ou seriam boatos, porque eram acusações muito sérias embora para ele não fossem novas, parecia estar preocupado pela minha presença. Mas Dona Maria, afirmava *eu já vi e é verdade*. O assunto foi cortado por eles mesmos. Enquanto isso, para eu não demonstrar tanto interesse tirava fotos para registrar o momento. Já na saída como eu estava acompanhada, e não estava dirigindo e Frede sentou-se na frente, ao lado do motorista. Mas ainda estávamos saindo do Riacho, quando Frede, manifestou-se dizendo que mealaria alguma coisa importante sobre esse Centro Comunitário. Aproveitei e de forma meio embaraçosa indaguei-me sobre meu gravador, no intuito de gravar. Enquanto ele estava virado para frente gravei tudo o que ele disse, pois realmente eram conclusões muito importantes. Ele

desceu onde deveria, mas não soube que eu havia gravado suas conclusões^{36 37}.

Resultados da pesquisa mostram como são normalmente as reuniões do centro. É exatamente assim que aconteceram, as vi na prática. A diretoria, através de uma de seus membros disse que não sabe o porquê que isso acontece:

"as coisas aqui são assim: as pessoas não participam, e olha que são da diretoria, imagina os moradores que tem menos compromisso? Acho que falta um compromisso maior com a causa. Mas devemos ver que essas pessoas são trabalhadores, e estão empregados, por isso agente chama, mas não pode obrigar. No fundo quando a gente quer mesmo agente consegue, como conseguimos agora "(Madalena - entrevista realizada em 12/06/01)

Essas descrições mostram como se deu o processo de implementação dessa nova diretoria que assume a direção do Centro Comunitário, dando continuidade à administração anterior. Isabel – então presidente - é propositalmente nomeada aqui, visto que se tornou mais difícil identificar outros membros do Centro, pois raramente são encontrados em reuniões.

A nova administração do Centro foi composta por seis pessoas que assumem papéis diferenciados: Isabel presidente; João vice-presidente; Maria Conselho de Meio Ambiente; Joana Conselho Fiscal, Andréia Conselho de Esporte e Lazer; e Madalena secretária. Esses cargos na sua maioria estão relacionados com frentes de trabalho do PT através da PMB, e são internamente ligados ao Centro Comunitário Riacho Doce.

³⁶ Essas informações estão descritas no capítulo 3, mas não estão identificadas como sendo desse diálogo, em respeito ao informante.

³⁷ Dados registrados e retirados literalmente do diário de campo datado em 12/06/01.

Vale dizer que essa terceira direção é vista pelos moradores como uma continuidade da segunda, porém como disse anteriormente, essa presidente não é uma simpatizante do PT "extremista" como os moradores chamavam para dona Madalena. Ela é casada tem dois filhos adolescentes e trabalha como agente de saúde na área do Riacho Doce pela manhã, através do programa Família Saudável.

Em entrevista realizada com a Dra. Cristina, já mencionada aqui:

"o grande problema é que os Centros Comunitários foram cooptados por partidos e se tornaram partidários, o que nem sempre, se é que em algum momento foi, positivo. Eles devem ser a partidários independentes de estarem do lado de partidos de esquerda ou de direita. Muitas vezes não se sabe o que é pior, porque no caso dos partidos de direita sempre soubemos que fazem as coisas exigindo algo em troca que nem sempre esta claro, mas que no fundo sabemos. Por outro lado os partidos de esquerda promovem atividades e deixam claro os preços, ou seja, existe um compromisso estabelecido que é mascarado e finda por diluir a imagem do Centro Comunitário, que ao invés de representar moradores de uma determinada área, perde sua ação e fica a mercê desses partidos. Vale lembrar que nem todas as pessoas de uma área apóiam o mesmo partido e por isso vão criar representações e interpretações diferentes sobre suas atuações." (entrevista realizada em 23/05/01)

Independente dessas atribuições, e das pessoas que as assumem os moradores vão identificar as duas administrações como sendo continuadas, o que nem sempre era considerado positivo, pois a administração anterior oscilava entre altos e baixos. Embora Isabel não seja assim tão participativa como dona Madalena nas reuniões externas, sua representação mantém a mesma direção anterior, pois para os moradores, pouca coisa mudou. Muitas pessoas confundem o Centro Comunitário como o Posto de Saúde Família Saudável, pelo trabalho que a Isabel desenvolve ali. De alguma maneira essa relação, segundo a própria Isabel, e também outros moradores

do Riacho Doce é positiva, pois contribui para o conhecimento das atividades do Centro Comunitário.

Dados de um relatório entregue para a APACC, como prestação de contas do uso da casa, mostram que várias atividades foram desenvolvidas, uma delas considerada como a principal e o início da aula do Movimento de Alfabetização - MOVA, programa desenvolvido pela PMB e levada para várias áreas de ocupação em Belém. Ainda se realizaram várias reuniões promovidas também pela PMB através da SEGEP, sobre o Projeto de Urbanização da área, aliás, um Projeto muito conhecido pelos moradores da área, visto que prevê mudanças no aspecto habitacional para toda a área.

Dados recentes sobre a atuação do Centro obtido com a Isabel dizem que:

"tem sido muito difícil reunir, não digo nem com os moradores, mas com a própria diretoria, dona Lília agora só cuida dos netos, dona Maria pouco tem tempo, Andréa se mudou porque invadiu uma área no Tapanã, a Maria nunca vem (...) Eu estou sozinha e sozinha eu não posso fazer nada. Então ta assim"(entrevista realizada em 18/09/01)

No entanto observei que o Centro Comunitário, segundo

outros interlocutores:

"Praticamente se acabou porque não realiza mais nenhuma ação, ele só existe no nome e olhe lá, porque tem muita gente que nem o nome conhece por que não sabe onde fica "(Maria José - moradora da quadra 8 em 25/09/01)

Depois de ter chegado a essas informações, procurei um membro da chapa 2 que disputou a eleição, para avaliar, ou mesmo para dizer qual o seu ponto de vista sobre o Centro na nova gestão. Ele relatou:

" O Centro Comunitário no tempo do Abrão, fez muitas coisas, você já deve saber, mas depois quando a dona Lilia assumiu as coisa mudaram, ela também fez outras coisas, atendia as pessoas (...) o pessoal gosta dela, mas tem muita coisa que ela não fez, um é dá,

assim um atendimento para as pessoas pobres, tem muita gente pobre aqui no Riacho e olha ela nunca conseguiu nada, uma cesta, um remédio, nada. Mas passou. Agora a Telma, essas ai mesmo, primeiro que ela trabalha, então ela não tem tempo (...) parece que cada ano que passa, mas acabado o Centro fica, e quem perde são as pessoas da área." (Periquito – apelido, morador da quadra 1, de terceira geração, entrevistado em 25/09/01)

Segundo os moradores o Centro Comunitário vem decaindo ainda mais na atuação de Isabel. Embora ela pareça ter vontade de fazer as coisas, acho que falta iniciativa, disse um interlocutor. Dona Madalena apresentava um perfil diferente, é mais velha, tem netos, não tem marido e os filhos já são crescidos, por isso as preocupações pareciam menores, como ela mesmo relatou "abandonei minha casa, meus filhos, meus netos tudo para trabalhar no Centro Comunitário, ele toma meu tempo 24 horas por dia" (entrevistada em 15/05/00). Isabel ao contrário é cobrada pelo marido. Ele, juntamente com seus dois filhos cobra sua presença e atenção em casa, pois além do serviço que faz na Família Saudável, visitando várias quadras diariamente no Riacho Doce, onde trabalha seis horas diárias, ainda é presidente do Centro Comunitário. Não sei se esses dados determinam mudanças, mas neste caso apontam para uma diversidade real de característica que no mínimo devem ser consideradas como particulares.

2.4 QUANDO SE FALA EM EDUCAÇÃO POLÍTICA?

Em se tratando das três descrições sobre as fases do Centro, denominadas aqui como atos (I, II e III); um dado é que desde quando se deu o processo de ocupação da área os moradores começaram a se envolver politicamente, exigindo seus direitos através do centro Comunitário.

Normalmente quando conversamos com os líderes comunitários do Riacho Doce eles sempre se referem a nomes como: Isaias, Marcio, Frede, Moisés, Vitor³⁶ – *os mais citados*. Nas várias entrevistas realizadas eles sempre apareciam nas falas dos líderes comunitários. No início, ficava aquela dúvida, quem são essas pessoas? O que significam a presença deles no Centro Comunitário? Mas, aos poucos fui observando sua participação.

Normalmente eles nunca estavam presentes fisicamente, mas na idéia, seus nomes permaneciam nos moradores, principalmente na ora das reuniões do Centro Comunitário, sempre que falavam coisas como: *“vamos fazer um ofício!”*. Um respondia: *“Frede faz”*. *“Vamos fazer um jornal informativo”*. *“O Marcio faz”*. *“hoje não vamos fazer a reunião porque o Marcio ou o Frede não veio”*. *“ Há! O Roberto sumiu, era ele que vinha para essa reunião”*. Essas falas podem demonstrar como eles têm influencia nas atividades do Centro.

Na realidade, fui descobrindo aos poucos sobre cada um deles. Todos são envolvidos com movimentos populares, e além de terem um conhecimento advindo da educação formal, pois tem o segundo grau completo, a experiência em movimentos sociais e principalmente com centros comunitários, deram garantia como educação política, para agirem como suporte para as ações desenvolvidas pelo Centro. No início, quando começam a se envolver com o Riacho Doce, cerca de 5 a 10 anos atrás todos eram

³⁶ Dados coletados em setembro de 2001, com um interlocutor, constatou que não coincidentemente esses nomes implementaram em 28/05/01, uma ocupação de um prédio em Belém, onde muitos moradores da área do Riacho estavam presentes. Depois de alguns dias eles foram expulsos e acamparam-se na Praça da bandeira, onde passaram cerca de um mês. Quando saíram de lá implementaram o processo de ocupação de uma área localizada no Tapanã – outro bairro de Belém – onde se travou uma luta política como o PT. Segundo informações a área pertencia a Prefeitura, que não aceitava a ocupação. Segundo dados de entrevistas vieram líderes do PT em Porto Alegre para negociar a ocupação. Processo que foi efetivado após a liberação da área por parte da Prefeitura Municipal.

moradores do Guamá, mas aos poucos foram saindo e hoje, apenas o Vitor reside no bairro. Nenhum deles chegou a morar no Riacho, embora, alguns tenham participado do processo de ocupação. Todos eles trabalham em Órgãos públicos municipais, onde realizam a elaboração de documentos: ofícios, cartazes, panfletos, jornais e também reproduzem xerox dos materiais pedidos pelo Centro quando necessário.

Observei, que cada um teve uma história política diferente, quanto à entrada no Riacho Doce. O Frede, juntamente como o Isaias, Vitor, e Moisés foram se inserindo a partir da implementação do Centro Comunitário, antes da ocupação, eles foram organizadores da ocupação. O Marcio tardou mais a entrar, sua participação se deu a partir de 1995 através da Igreja São Pedro e São Paulo, localizada no bairro do Guamá. Esta Igreja desenvolvia atividades de catequese com crianças e adolescentes e entrou na área através de Marcio como forma de catequiza-los. A partir do trabalho desenvolvido e pela participação dos moradores que se tornou muito grande se viu a necessidade de construir uma capela, na quadra 2, onde os moradores pudessem reunir-se, já que eles não dispunham desse espaço.

Esses dados, de entrevista ainda mostram que, através da Igreja veio então a Capela, e com a construção o espaço começou a servir para outras atividades que não só as desenvolvidas pela Igreja, mas também, as desenvolvidas pelo Centro Comunitário, onde Marcio começou a se envolver. Ele fazia um papel de intermediador, aliás, da mesma maneira que os outros. Porém a presença de Marcio era mais freqüente. No caso do Vitor comumente ele participava de reuniões fora do Riacho Doce, como um representante. Uma delas foi na APACC, onde eu estava presente. Outras aconteceram na capela

onde também esteve presente algumas vezes, quando fazia pesquisa de campo.

No caso do Frede, ele é um dos mais freqüentes, nas reuniões do Centro Comunitário Riacho Doce. Embora ele só esteja presente em momentos especiais – disse um interlocutor. Foi ele quem presidiu a Comissão Eleitoral para eleição de 2001 do Centro Comunitário, onde fazia parte também o Marcio. Foi Frede quem realizou também a promulgação da chapa vencedora dessa eleição, e também elaboração da Ata da Eleição, e assim também a sua posse. No caso do Moisés ele parece a maior autoridade, só esta presente em ações de extrema importância formal, visto que é advogado. Durante trabalho de campo foi possível encontra-lo somente duas vezes, uma foi no processo eleitoral quando ele fez a contagem de votos, e outra quando realizou uma tentativa de posse como já explicado anteriormente.

No caso do Isaias, ele é um representante da Prefeitura, como uma autoridade, só esteve presente uma vez durante todo meu trabalho de campo, no dia da eleição, quando inclusive relatou em um depoimento gravado e filmado por mim nesse dia. Ele explicou:

“Este Centro é de suma importância pra nós. A gente sempre está por aqui dando uma assessoria, e contribuindo com eles. Esses moradores moram no meu coração, e hoje estou aqui novamente prestando a minha solidariedade”. Isaias (Informação verbal) em entrevista realizada em 08/04/01).

Segundo o que observei depois de várias entrevistas realizadas, a atuação desses líderes se dá de forma “lenta e gradual”, quando consegue definir ações para o Centro Comunitário. Suas determinações findam por direcionar todo e qualquer tipo de ação que venha a ser implementado pelo Centro. Foi relatado por interlocutores, que eles pretendiam ajudar, ou auxiliar

nesse processo de desenvolvimento de ações. Porém com o passar do tempo eles passaram a assumir grande parte dessas responsabilidades colocando a direção do Centro Comunitário como "dependente" de suas contribuições.

Como disse Frede:

"A gente não queria que eles se acostumassem esperando que agente fizesse tudo, mas na verdade como eles não sabiam fazer era á gente que fazia, mas enquanto a gente podia, não tinha problema, só que agora a gente nem sempre tem esse tempo e ai eles ficam sem fazer nada. Se agente vem a coisa anda, mas se não ficam onde estão."
(entrevista realizada em 03/04/01)

Ainda segundo Frede, a direção do Centro não aprendeu a realizar pequenos serviços. Em um momento quando estive em reunião do Centro, a assembléia composta por cerca de 10 pessoas, falava como deveria ser direcionado o Centro após a eleição, e se falava da possibilidade de se elaborar um Jornal do Centro para informar para população como estava se desenvolvendo. Nesse momento foi sugerido que se escrevesse uma carta, para os moradores, para circular dentro do Riacho. E a primeira coisa que falaram foi de que Isaias, ou o Frede escreveriam, mostrando que eles é que faziam muitas coisas ali, e que isso havia se tornado uma prática comum. Pareceram-me aquelas histórias, como disse uma interlocutora deram o peixe, mas não ensinaram a pescar.

Essa é uma constatação afirmada pelos próprios dirigentes do Centro. É a questão da capacitação da diretoria, ou mesmo do que refiro como educação política que de acordo com Arroyo (1999, p. 79) "não é uma pré-condição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição". Na verdade aos poucos foi se revelando que as organizações políticas, ou o Centro Comunitário Riacho Doce se define como

um espaço pedagógico que se desenvolve como formação e constituição do próprio cidadão.

Esses dados apontam definições sobre como se apresenta o Centro Comunitário hoje, como o que deveria ser. Esses líderes, que de alguma forma são organizam algumas ações, por isso quando afastados determinam muitas vezes a paralisação das atividades do Centro. De alguma maneira pode se dizer que eles contribuem para a própria permanência e manutenção do Centro Comunitário enquanto entidade, e em muito promovem a educação política dos moradores e ou dos dirigentes do Centro.

É importante dizer que muitas vezes contribui também para essa formação, visto que como o Centro comunitário não dispõe de uma infraestrutura, seja ela física ou material, normalmente precisam de contribuições de pessoas que detenham conhecimentos diversos; como por exemplo, no uso da informática, para produzirem documentos que auxiliam nas atividades que desenvolvem. Foi assim que por diversas vezes, também me vi nesta ação. Fui procurada para fazer declarações de proprietária de terreno para moradores que procuravam o Centro Comunitário, ou a regulamentação da propriedade.

Essas observações levam à constatação de que a diretoria, e não somente a atual, como também a anterior de dona Madalena, sempre precisou desse suporte. Dona Madalena, embora tenha nível de segundo grau, mesmo incompleto, confessou-me que não sabia encaminhar nenhum tipo de documentação legal, o que significava, nesse caso que não sabia fazer. Daí a necessidade desse apoio. Isabel sabe fazer, mas sua dificuldade está em não ter "tempo" e nem recursos financeiros para realizar determinadas ações.

Constatei que no caso do Centro Comunitário Riacho Doce, existe uma espécie de dependência por parte da liderança. Mas participantes de outros centros, confirmaram que vivenciam situações parecidas em termos de limites solucionados de fora para dentro, embora não tão freqüentemente como no Riacho Doce.

Esse envolvimento tem lados positivos, mas não se dá por acaso. Além de tudo o que fazem de positivo para o Centro Comunitário, eles também tem uma tarefa maior que é exatamente cooptar os Centros como força política, principalmente defendendo o partido de onde fazem parte que é o PT, em vista de eleições municipais, estaduais, ou federais. Politicamente a racionalidade da cooptação fica no campo semântico do clientelismo político.

3 O CENTRO COMUNITÁRIO RIACHO DOCE: APLICANDO A ANTROPOLOGIA POLÍTICA.

3.1 AS INSTITUIÇÕES E O RIACHO DOCE.

No início do Riacho Doce, segundo interlocutores de primeira geração, os ocupantes sabiam que travariam muitas “batalhas” isso estava tão certo em suas memórias de situações anteriores que reconheciam (nos arredores houve a ocupação da Mapasa, a do Pantanal, e mesmo a da Perimetral, todas na circunscrição do Riacho Doce, ou seja, às proximidades) com facilidade entre pessoas, instituições e situações os prós e os contra, ou seja, sabiam quem lhes apoiaria e quem não lhes apoiaria. Desde então, ainda quando pensavam a ocupação já possuíam um Centro Comunitário no desejo, no modelo.

Segundo informantes, naquele momento como aliado estava uma ala esquerda. Eram partidos de esquerda que normalmente apóiam essas ocupações ou qualquer outro tipo de reivindicação considerada “justa”. Entre os apoios pode estar qualquer tendência partidária, mas principalmente se acreditava no apoio do PT como um dos mais significativos.

A maioria das pessoas que impulsionaram a ocupação era filiada ao Partido dos Trabalhadores que fornecia, entre outros, advogados para ajudar a legalizar todo o processo de ocupação, através de documentos e outros. Como a área Riacho Doce é localizada em frente à área da UFPA que era proprietária de parte do terreno ocupado, ela nunca foi vista como aliada, pois os moradores compreendiam que a UFPA lutaria para rever a posse de sua propriedade. Notadamente, mais do que se esperava, à medida que o

tempo foi passando **novos atores** sociais foram aparecendo no campo, com objetivos diversos, entre eles, vários outros partidos de direita e de esquerda, advindos através de candidatos políticos em busca de votos, principalmente em vésperas de eleição. Por exemplo, a água encanada para a área, veio através de um compromisso feito entre uma candidata à vereadora, Evangélica da Assembléia de Deus através do qual ela se elegeu.

Segundo interlocutores, pouco se pensou em outros aliados. Parecia mais difícil conquista-los, mas os contra com muita facilidade apareceriam, e não seriam poucos. Uma moradora de segunda geração, chegada três dias depois da ocupação relatou:

“quando a gente invadiu essa área, a gente sabia que passaria por maus bocados, mas que valeria a pena, ou mesmo a gente ia tentar, pois já que a gente não tinha nada, não perderia também, né? Acho que a gente não podia perder o que não era nosso, mas que a gente queria conquistar”. (Maria Barbosa, Moradora da quadra 9, (informação verbal) entrevista realizada em 08/0301.

Era esse o espírito, se posso dizer assim, que movia esses ocupantes naquele momento, talvez até hoje ainda seja assim, já que é muito claro uma força de vontade própria quando se fala em conquistas na área.

Durante dez anos de ocupação, vários foram os “aliados” do Centro Comunitário Riacho Doce. Mas também houve os “contra”: Instituições, Organizações Governamentais e Não – Governamentais - ONG, Entidades públicas e particulares. Mas quando se pergunta para os moradores sobre suas referências se destacam poucos, que oscilam entre a favores e críticos. Entre eles está a UFPA, APACC e a PMB, juntamente como o PT que neste caso também é um apoio, principalmente porque é o Partido da Prefeitura através de vários órgãos como: Secretaria Municipal de Coordenação Geral de

Gestão e Planejamento – SEGEP, Fundação de Parques e Áreas Verdes de Belém - FUNVERDE entre outras.

Os contra poderia estar em qualquer lugar. Segundo moradores do Riacho Doce, mesmo com o risco de violência que estava acontecendo na área antes de ser ocupada, quando ainda era um matagal, os moradores das redondezas, que moravam principalmente na Rua Barão de Igarapé Miri, não apoiavam a ocupação, e não queriam ceder água e nem luz elétrica para os moradores. Outro seria a Polícia Militar - PM, que representava uma ameaça constante, visto que era ela quem efetivava as ordens de governo, ou de proprietário de expulsão de moradores de áreas ocupadas.

A partir da importância atribuída a essas Instituições pelos moradores, foi me relatado que a UFPA, desde 1990 vem mantendo um elo que aos poucos vai se moldando em favor do Riacho Doce, visto que até certo momento ela foi vista como uma Instituição contrária às reivindicações exigidas pelos moradores por razão indicada acima. Mas com o passar do tempo:

“(...) a UFPA, tentou nos expulsar por essa parte da terra era dela, e em parte ela conseguiu, mas depois ela criou outra briga, porque ela primeiro concedeu, mas depois proibiu a gente de pegar água aí de dentro do Campus III. A gente andava cerca de trezentos metros para conseguir, nós fizemos muita briga” (João – entrevistado em 20/06/01)

Esse dado foi confirmado e divulgado no jornal o Liberal que publicou:

“Cerca de 300 moradores da invasão Riacho Doce ao lado da UFPA, instalaram um clima de terror na Avenida Perimetral ontem de manhã, durante o protesto contra o corte de abastecimento de água para a área. Durante três horas, o acesso ao Campus foi interditado. Manifestantes bloquearam a avenida bloquearam a Avenida com pneus velhos, pedaços de pau, pedra, galhos e folhas secas. O fogo ateadado na barricada produziu uma fumaça negra que poderia ser vista a quilômetros. A manifestação era um protesto contra a UFPA, acusada pelos moradores de ser responsável pelo corte no abastecimento de água a invasão. Há quase uma semana a invasão está sem água.”(O Liberal, Belém 10/06/94. p. 8)

Após todos esse 11 anos de ocupação muita coisa aconteceu, disseram, moradores que viveram esse momento. Segundo eles a Universidade se viu pressionada por suas exigências de apoio, e foi aos poucos se inserindo no espaço com outro tipo de atuação, e começou a oferecer serviços e realizar ações em conjunto com outras Entidades que entram também na área. Uma das ações reconhecidas como positiva foi o incentivo dado pela Universidade quando da criação do PM Box que fica em frente a um dos portões da Universidade e ao lado esquerdo da entrada do Riacho Doce. Esse PM Box, foi o primeiro grande passo para uma parceria, pois a UFPA, pensando nos seus alunos que vinham sofrendo constantes violências de assaltos e outros nas paradas de ônibus, se uniu com o Riacho Doce, entre outros, para criação do PM Box.

Como esse era um problema que se resolvido beneficiaria, a todos da redondeza, como disse uma interlocutora, várias Instituições como: ELETRONORTE, UFPA, PM e o Centro Comunitário Riacho Doce, se uniram. Cada uma dessas Instituições, ficou com responsabilidades. No caso a UFPA, dava apoio a troca de policiais; a ELETRONORTE, fez a construção do espaço físico, a PM se responsabilizava pela troca de soldados e o Centro Comunitário era quem manteria o PM Box com as refeições e água para os soldados.

Logo que se firma esta primeira parceria com a UFPA, se implementam inúmeros Projetos na área, onde aparece o Projeto Riacho Doce, uma das atuações da Universidade mais reconhecidas na área de ocupação, realizado no Campus Três da Universidade e Coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão – PROEX. Este Projeto beneficia com atendimento de educação, arte

e lazer para crianças e atende em média cerca de 80 crianças que moram no Riacho Doce. O atendimento à saúde é promovido através do Hospital Betina Ferro, as orientações jurídicas promovido pelo curso de Ciências Jurídicas da UFPA, oferece atendimento em casos de divórcio, vendas de terrenos, documentos, partilha de bens, entre outros, com uma procura muito grande.

Segundo os Moradores do Riacho Doce:

“Apesar de tudo que passamos, hoje a Universidade é muito importante, é uma parceira, sem contar que a gente usa correios, bancos além de muitos moradores venderem produtos ai dentro”. (Informação verbal) moradora da quadra 7, Waldenora em 08/03/01

É possível dizer que a Universidade atua na área e é reconhecida, mas em meio a várias entrevistas foi percebido um sentido que parece soar como uma espécie de “mágoa”. Os moradores de alguma maneira se sentem “cobaias”. Muitas vezes foi expresso, um certo saturamento devido ao número excessivo de pesquisas realizadas na área. Por outro lado, muitos dos moradores deixaram claro que só tem a ganhar com as pesquisas, embora poucos resultados sejam devolvidos aos informantes. Um caso de retorno: os alunos do Mestrado em Produção Agrícola Familiar apresentaram os resultados em um Colóquio no Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH; A presidente do Centro Comunitário, dona Madalena, convidada, compareceu como debatedora. Ela na ocasião acentuou que: “a presença de universitários na área também pode indicar que os moradores não eram “bicho papão” como muitas vezes pode parecer para estranhos”.

Segundo outros interlocutores da área:

“de alguma maneira ela teve que nos engolir e como nunca vamos sair é melhor viver com a gente do seu lado do que contra nós.(...) Ela sabe, na verdade ela esta fazendo o jogo do Bom vizinho”. (Informação verbal) moradora da quadra 7, Maria em 20/03/01

Outra Instituição que aparece na área é a Associação Paraense de Apoio a Comunidades Carentes – APACC, uma ONG que desenvolve atividades em vários bairros de Belém, entre elas, na sua maioria, áreas ocupadas.

Seu reconhecimento esta em desenvolver trabalhos no interior do Riacho, inclusive implementando morada; ela comprou duas casas na área uma esta na quadra 8, e a outra hoje já vendida que se localizava na quadra 20.

Segundo informações obtidas de funcionários, a APACC desenvolve trabalho em conjunto com organizações populares, no caso Centros Comunitários, e apresenta várias frentes de atuação, uma delas esta na área denominada Bacia do Tucunduba, que inclui áreas de ocupação. O Riacho Doce, o Pantanal, fazem parte juntamente com a Terra Firme desse contexto. Sua área de atuação é formação de professores, emprego, educação, acompanhamento familiar.

De acordo com informantes, a atuação da APACC, não foi muito reconhecida, embora não possa ser esquecida, não rendeu bons frutos, disse um informante. A Coordenação da APACC, quando procurada por mim deixou claro que não tinha boas lembranças da área, faltou-lhes apoio ali dentro, dizia uma coordenadora, que se referia a “falta de organização” da diretoria do Centro Comunitário;

“Para o nosso pleno funcionamento, ou seja, para obtermos o sucesso, nós dependemos da entidade interna da área, ela é a nossa base, é ela que fornece todo o tipo de apoio que precisamos e que não temos condições de conseguir sozinho. No caso do Riacho Doce, houve assim um grande desinteresse, do Centro Comunitário em relação as nossas atuações, e quando a gente não conseguiu realizar nossas ações, então agente se retirou da área” (entrevista realizada em 03/04/2001 na APACC).

A APACC alega que a falta de liderança é constante no Centro Comunitário e que foi impossível continuar no Riacho Doce. Independente disso foram poucas as pessoas que lembravam da Instituição na área, embora algumas dessas fizessem questão de dizer que sua atuação foi muito boa, pois durante sua presença na área garantiu aula de reforço para crianças da área. Ao ouvir integrantes da direção do Centro Comunitário soubemos que: "o pessoal da APACC, quis se aproveitar. *Eles recebiam dinheiro e não promoviam nada aqui dentro, não sei o que eles queriam fazer*". (Informação verbal) Madalena - entrevista realizada em 08/04/2001.

De acordo com esses discursos apresentados pelos dois lados, podemos dizer que se criou uma certa "antipatia" entre ambas as partes, o que levou a um clima de discordância que impossibilitou a atuação da entidade no Riacho, embora permanecessem no local efetivamente por cerca de quatro anos, e que de alguma maneira ainda está presente já que ainda é proprietária da casa na quadra 8, cedida pela APACC desde junho de 2001 para o Centro Comunitário usufruir como sua sede.³⁹

Mas uma das Instituições de maior renome, sem dúvida é a PMB, relacionado ao PT. Segundo dados do censo realizado na área, cerca de 80% dos moradores, se não filiados têm simpatia pelo partido. Esse é um dado que confirma tamanha confiança expressada pelos moradores do Riacho Doce

³⁹ Dados registrados no caderno de campo mostram que a relação entre a APACC e o Centro Comunitário são bastante estremecidas, mesmo que na época das divergências descritas acima fosse a diretoria de seu José. Segundo a APACC, este é o Centro Comunitário mais desorganizado que conhecem. Mas em uma das várias visitas realizadas na ONG, percebi que de acordo com suas atribuições, algumas falhas podem ser identificadas e são decorrentes, apontam que a maior falha seria do Centro, mas em grande parte pela falta de planejamento nas ações da APACC, visto que esta até pela formação e de seus membros teria mais condições de articulação do que o Centro que em sua diretoria nem sempre é capacitada para implementação de determinadas ações. (Diário de campo, Telma Pereira em 11/05/01)

quando se referem à prefeitura, ou mesmo ao Prefeito Edmilson Rodrigues, então Prefeito de Belém exercendo segundo mandato.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento e Urbanização da Cidade de Belém, implementado pela PMB em Belém, uma das áreas que fazem parte desse contexto é o Riacho Doce. Por isso a atuação tem sido intensa na área, que prevê entre outros todo o aterramento e tubulações para escoamento de águas pluviais para o igarapé da área, a execução de Projetos que visem tornar o Igarapé Tucunduba navegável, pois se apresenta como mais uma alternativa de turismo em Belém. Para ser desenvolvido está sendo realizado todo um trabalho na área, juntamente com o apoio do Centro Comunitário e dos moradores. Esse trabalho vem sendo percebido diariamente pela população que está informada sobre o que acontecerá na área. Entre outras novidades será transformada em uma espécie de condomínio, com casas padronizadas. Esse projeto inclui inúmeros remanejamentos de famílias que fiquem em meio a espaços internos, como ruas ou margem do Tucunduba, onde serão construídos praças e espaços, como por exemplo, a sede do Centro Comunitário.

Várias famílias já foram remanejadas e outras estão esperando para tal. Há muitas destas que não querem sair da área, certos que haverá valorização da área após a efetivação do Projeto da PMB que já esta em fase inicial de desenvolvimento e deve ser concluído em dois anos, já se encontra uma nova avenida margeando o Igarapé, aterro, bloquetes, entre outros.

Entre essas atividades também a PMB foi responsável pela implementação e construção na área, do Posto de Saúde Família Saudável, que atende a toda a população através de acompanhamento médico

observado através das Agentes de Saúde⁴⁰ que visitam as casas diariamente. Aliás, vale dizer que esta é uma das atividades mais bem reconhecidas e valorizadas pelos moradores do Riacho Doce.

Aspectos específicos sobre a relação do Centro Comunitário dão conta que a Prefeitura vista principalmente como ligado ao partido político o PT, age muitas vezes visando conseguir uma melhor campanha eleitoral e mais adeptos políticos. Isto várias vezes foi manifestado nos discursos das lideranças comunitárias menos envolvidas com o Partido:

“A SEGEP faz as coisas, mas deixa claro que se não for como ela quer, não serve(...) no caso do Projeto ele só discute como os moradores porque precisa de nossa assinatura pra poder ser liberado o dinheiro(...) quando agente chega lá, já esta tudo pronto só pra gente assinar. Só que eu brigo, questiono e não assino enquanto eles não aceitarem pelo menos discutir.” (Diretoria do CCRD, entrevista realizada em setembro de 2001)

Esse discurso pode mostrar que as instituições sejam elas de que natureza for sempre trazem consigo aspectos particulares que buscam proveito próprio, mesmo que o discurso seja diferente⁴¹. E o que é mais importante essa “dupla face”, que por muitas vezes aparece clara no discurso de ambas as partes, mostra que se tem consciência do que representam e também demonstram que há uma espécie de reciprocidade, onde ambos se beneficiam, e quando necessário se cobra, e se “põe os pingos nos is”, como disse uma interlocutora, líder comunitária na área.

⁴⁰ As Agentes de Saúde trabalham, separadas por atendimento dividido por quadras, onde fica em média 3 à 4 quadras por Agente, que visitam diariamente as quadras. Essa forma de atendimento cobre então 100% da área.

⁴¹ Dados do Diário de campo datados de 02/04/01 confirmam que, alguns moradores do Riacho Doce, contrários a administração do Centro Comunitário e não simpatizantes do PT, revelaram que a prefeitura tenta cooptar os moradores em busca de votos e por isso, engana o povo do Riacho. Segundo esses moradores, na sua maioria da quadra 1, a prefeitura teria enganado o Centro que cedeu seu terreno onde funcionava e não ganhou nada em troca, visto que deveria ter construído um espaço para reuniões do Centro no local hoje sede do Posto de Saúde Família Saudável, o que não aconteceu, justificando que o terreno não tinha estrutura para

Por fim, essas Instituições, como descrito, não são vistas somente como aquelas que desenvolveram ações positivas, mas em certos momentos desenvolvem ações vistas como negativas para a comunidade. Segundo sujeitos da pesquisa existe na verdade um pacto implícito de troca de favores, visto que determinadas ações são impostas e não passam pela aprovação de toda comunidade. Das instituições aqui brevemente descritas todas se inserem neste contexto. Há um olhar crítico por parte do Riacho Doce, mesmo que nem sempre ele conduza a ações ditas eficazes, ou seja, sem comprometimento com Instituições, ou partidos visando interesses particulares.

3.2 AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA.

A possibilidade de conhecer a representação de poder presente nos vários contextos do Riacho, seja nos discursos e ou práticas das Instituições externas ou mesmo do Centro Comunitário, assim como dos moradores lembram Bourdieu (1989, p.7-8) para quem:

"o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que exercem poder".

Desta forma, essa cumplicidade "garante" o reconhecimento e a eficácia relativa do poder simbólico. No caso aqui estudado, referido ao Centro Comunitário Riacho Doce, há interpretações que revelam representações de poder nas suas formas mais sutis de existência, onde a inviabilidade faz contra partida com o que é também visível, ou seja, o campo mostra que a relação de poder mesmo quando é aparente garante a eficácia das práticas.

comportar a construção de um prédio muito grande. Porém, continuaram, não ofereceu

As Instituições descritas, neste capítulo, revelam que as relações de poder presentes nas suas ações, como diz Balandier (1980) clássico da Antropologia Política se assemelha aos mecanismos de poder de várias civilizações e mostra como o espaço e o tempo são importantes para essa compreensão. Dessa forma o conceito de alternativas possibilitam a escolha da orientação da ação que devem partir das diferenças existentes nesses contextos.

Com base nessa reflexão, o Centro Comunitário assim como outras Instituições podem ser visto como uma representação de poder que envolve, até certo ponto, relações de pessoas e de instituições. Essa forma se aproxima àquela de um teatro, também visto por Balandier⁴² onde o drama tem um duplo sentido: o de agir e o de representar; identificado em virtude da "força dramática" ele aparece, age, provoca adesão e recebe poder Balandier (1980). Neste sentido, a qualidade da ação deriva do poder, e transforma um povo inteiro em uma multidão de figurantes fascinados pelo drama que envolve relativização do "senhor" absoluto do poder. Existe uma inter-relação entre os moradores demarcada por poderes que são diretamente cobrados. Mas, dependendo de sua representação e ação, podem ou não ser legitimados, ou seja, está em jogo uma identidade que não nos parece como uma presença imediata e originária que se deixa descobrir (SALE JUNIOR, 1997).

A questão política que envolveu o processo de ocupação, mesmo quando um grupo de pessoas ainda se articulava para resolver, como realizar a ocupação, e mesmo depois após sua efetivação, que perdura até hoje, ainda é muito presente, e são marcadas primeiramente pela relação estabelecida dos

alternativas deixando o Centro *a ver navios*.

⁴² Ver sobre em Balandier. O Poder em cena, 1980.

grupos com o Estado⁴³. Lebrun (1981) o denomina como "o monstro" exatamente por representar a mais alta instância de poder, que está acima de todos e que amedronta os atores sociais, ou seja, as pessoas temiam em enfrentar as forças advindas do Estado, contra sua ação de ocupação.

No caso do Riacho Doce o Estado, se não como um monstro, no mínimo foi visto como uma barreira, pois quando os moradores estão se articulando, criam formas de contra - ataque, como antídotos que irão contra o tipo de atuação do Estado, normalmente implementados pela polícia. As manifestações populares, reivindicações legais, irão se manifestar como freios que vão coibir, de alguma maneira, as ações do Estado. Dessa feita o Estado não exatamente amedronta, mas impulsiona a resistência.

No caso do Centro Comunitário Riacho Doce às ações políticas vão se prorrogar, ou se firmar cada vez mais. Aos poucos vão possibilitando haver uma certa continuidade, pois nesse momento são promovidas por pessoas que não eram simplesmente ocupantes que precisavam de terra, de área para morar. Mas são pessoas que eram sim organizadas, visto que nesse meio os atores principais eram acostumados a promover esse tipo de ação, que vislumbram as ocupações.

Na realidade as ações políticas foram sempre pensadas, no que agente pode considerar que é possível cada vez que se pensar no processo de ocupação inerentemente se pensa em estratégias de contra argumentação, ou seja, em como sustentar a responsabilidade do ato. Desta feita as pessoas que implementavam a ocupação naquele momento, criaram suas próprias formas e sabiam como iriam responder, caso existisse o ataque desse monstro

⁴³ Estado é aqui entendido como todo e qualquer relação estabelecida com instituições governamentais, ou seja Estatais, ou mesmo municipais.

como chama Lebrun. Mas que para eles, em certa medida não pode ser visto como o mostro porque eles eram muito fortes. A partir do momento que se efetivou a ocupação não foi fácil enfrentar essas forças do Estado, como aconteceu ou ainda acontece em grande parte das áreas ocupadas, no qual o processo de legalização é muito lento, e impulsiona desde aí uma luta pelo poder, um poder que vai mostrar quem é capaz de que.

No caso das lideranças, não dar certo, não significa nunca perder a luta, mas sim, na maioria dos casos, levantar problemas que existem e que não são apenas exigências concretas, palpáveis, mas que permeiam num imaginário, nas interpretações das ideologias, que querem também fazer fluir na cabeça das pessoas problemas que fogem a um espaço determinado e que são considerados amplos visto que se refere aos direitos humanos, e que poucos são refletidos pelos órgãos governamentais, muitas vezes são escondidos, sejam por partidos, organizações, Estado ou mesmo partidos de esquerda, que de alguma maneira findam por mascarar essa realidade. Entre essa exigência está, o problema da falta de moradia, que na década de 80 e 90 era muito forte, mas que em pleno ano 2000 e 2001 se voltam a ter ocupações, que reafirmam que o problema existe, e que perdura por décadas e décadas que na verdade sempre existiu, revela que não existe uma política de habitação no Estado. "Somente isso já é uma vitória" – disse uma líder comunitária da área.

Segundo discurso de um líder comunitário que está no momento de ocupação e que não tira terreno, portanto não morador da área, mas que até hoje presta, o que chama de assessoria para o Centro Comunitário.

"Na verdade existe toda uma política que é voltada pra esse tipo de ação. Nesse caso as ocupações são justificadas principalmente pelo surgimento do Centro Comunitário".

É certo que na grande maioria, senão em todos, junto com as ocupações surgem os centros comunitários. Quer dizer que estes são as expressões mais fortes das ocupações, como espaço de ação política, e por isso determina uma ordem de poderes, que começa desde quando é visto como a representação de atores sociais, como um grande órgão responsável pela efetivação legal da ocupação.

Dados de entrevista com o presidente da Federação Metropolitana de Centros e Associações de Moradores – FEMECAM em Belém – realizado em junho de 2000 justificaram que historicamente, como uma forma de associação⁴⁴, os Centros Comunitários surgem em relação aos indivíduos membros e pode adotar, paradoxalmente, formas coercitivas quando tentam mudar seus estatutos demasiado rígidos em nome de um revisionismo democrático; ou quando tentam insurgir-se contra as "panelinhas" ou cliques que amiúde, nas associações que congregam vultosos interesses, tentam dominar a máquina e assumir o controle das decisões; ou simplesmente, como em certos clubes de elite, manter posições que lhes conferem status". Isso pode deixar claro que os Centros comunitários ficam no mesmo campo que o Estado.

Os Centros Comunitários em um embate político, da mesma maneira que o Estado, com quem mantém diálogo, são vistos, segundo a base do movimento, no caso os moradores, como sua representação. Mas quando eles estão no mesmo palco com o Estado, embora muitas vezes vistos como

aliado, se iguala ao conceito se o chamá-lo de monstro, pois são vistos de lado opostos aos moradores.

Não se pode negar que grande parte dos moradores acredita nas ações da organização comunitária, e esse acreditar esta no sentido de que o Centro representa uma Entidade local, responsável em promover ações para o desenvolvimento dos seus moradores. Outra pequena parte cria representações diferentes, interpretam essas representação não como aliado, mas como opção. Porque segundo moradores, a facilidade que tem essas representações de estarem no espaço do Estado vai torná-los cúmplices, onde quase sempre assumem papéis individuais, que procuram primeiramente adquirir bens próprios, se não para ele para família, para depois pensar nos outros.⁴⁵

“...esse pessoal ai do Centro, não representam mais nada (...) eles não fazem nada pela comunidade e só adquirem coisas pra eles, é um emprego, uma cesta básica, remédios (...) nós não recebemos nada” (Informação verbal) moradora da quadra 6, entrevista realizada em 03/04/01.

Essa é uma discussão que vai envolver e traduzir o poder, porque quando as representações conseguem benefícios para a comunidade ela tem poder, mas quando elas não conseguem não tem poder. Isso fica claro quando as pessoas possivelmente falam de Centro Comunitário e outras falam de pessoas nominais, que representam o Centro e que nem sempre são assim reconhecidos.

“... lá vai o Centro Comunitário, dona Lilia, é ela que faz tudo aqui, atende bem agente e encaminha pra gente resolver nossos problemas, muitas coisas que temos hoje aqui foi ela que conseguiu” (Informação verbal) moradora da Rua da Olaria, Maria das Graças em 08 de junho de 2001.

⁴⁴ Uso o conceito de associações, definido pelo Dicionário de Ciências Sociais. 2ª edição. Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro: 1987.

⁴⁵ Essas interpretações podem ser melhor entendidas na leitura do Capítulo II deste trabalho.

Os Centros Comunitários surgem com um papel definido, ou seja, no caso de uma ocupação de terra deve implementar ações que visem garantir a permanência dos ocupantes na área, e quando isso acontece tendem a desaparecer, visto que conseguem o que de imediato buscavam alcançar. Atualmente, a maioria deles, que não desaparecem, trabalham com escolas, por serem beneficiados, em alguns critérios exigidos pela legalização, como é o caso da dispensa, ou diminuição dos impostos devidos.

Em um primeiro momento, a possibilidade de estar no papel de presidente de um Centro comunitário, no caso do Riacho Doce, representou ter poder, e por isso houve vários tipos de embates que deixavam claro essa diversidade, como descrito anteriormente. Mas em um outro momento, o fato do primeiro presidente do Centro Comunitário da área, ter tomado para si literalmente o uso e atribuições do Centro Comunitário, como já havia exposto Madalena, foi confirmado por seu João, em entrevista, o deixou em uma situação delicada, pois, este fato, fez com que as pessoas fossem abandonando, o Centro Comunitário, que ficou representado somente pelo então Presidente que, segundo informantes, era o que realmente ele queria, ficar sozinho, para de alguma maneira, ver representado o poder de sua autoridade legitimada por todos.

A importância que tem a representação política, no processo de ocupação de terra faz com que a necessidade de implantação de um centro comunitário seja, não mera luta pelo poder, mas principalmente um espaço de organização e discussão popular.

A relação que envolveu o Centro Comunitário Riacho Doce passou por transformações - como descritas no item 2 da forma de atuação de uma primeira administração para uma segunda .

“A primeira garantiu o que havia se proposto, que era a permanência na área, mas a segunda fica se perguntando, o que ele está fazendo, o que tinha que fazer? Então se eu não sei para que ele serve, para que veio, já que sua primeira atribuição em parte deu conta qual seria o papel dele agora? Se ele não tem ação definida não tem como ser percebido, como ser avaliado, como ser existencial”. (Informação verbal) moradora de terceira geração, quadra 20, Rita em 10/09/01.

Na realidade o que acontece é ele não tem grandes metas, grandes ações, aquela que todo mundo reconhece. Mas começa a ter ações particulares que são definitivos, e que são muito mais relevantes do que outros, por que eles são mais palpáveis, e por isso a dificuldade de reconhecer uma organização comunitária nessa fase de transição quando ela perde, sua característica e se transforma é muito mais difícil.

Em entrevista realizada com a então presidente do Centro ela disse:

“não é fácil reconhecer o que a gente faz, porque esses moradores não eles não participam de nada, se a gente chama para uma reunião eles não vem, mas quando é pra falar sobre bolsa escola, ou o remanejamento de moradores, que lêns pensam em dinheiro eles logo aparecem, o espaço seja a ser pequeno pra tanta gente.” (membro da diretoria do Centro Comunitário RD em 18/18/01).

O Centro Comunitário se insere num outro tipo de realidade, resultado de transformações históricas que chama outros tipos de ações. Então o que acontece para toda a representação do Centro Comunitário, a possibilidade de estar desempenhando um papel no Centro Comunitário, ser Presidente, por exemplo, e aqui no caso do Riacho Doce representou a todo o momento ter poder, que deixaram claro diversidades que existem no espaço, na forma de pensar das pessoas – como já foi descrito anteriormente.

O fato do primeiro presidente do Centro comunitário da área ter tomado para si o uso e atribuição do centro comunitário – em sua primeira versão – deixou uma situação delicada às pessoas voltaram a pensar a própria necessidade de existência. Hoje os moradores não sabem até que ponto o Centro Comunitário ainda deveria existir, para que é que ele serve se não é visto com facilidade as ações que ele desenvolve.

Vejo que, o significado político das atuações dos Centros Comunitário pode ser observado diariamente, fruto de um movimento social representa uma forma de organização político-social, criado para dar respaldos a determinadas reivindicações daqueles que abaixo, fora ou além as rotinas grupais, mas que mesmo assim se organizam. Neste sentido, eles e elas assumem papéis de cidadania.

Touraine (1986, p.50), considera-os, como "processos pelos quais uma sociedade produz sua organização a partir de um sistema de ação históricas e transações políticas", pela presença que neles ocupam as questões cotidianas, encarrega-se de conferir um novo sentido a uma política progressivamente desmoralizada pela atuação de instituições públicas e da disputa governamental. Ressalta-se que fora dos momentos eleitorais, atividade institucional do Estado não oferece espaço à participação das pessoas nas decisões políticas, e aparece apenas como restrição ou imposição de normas legais.

A perspectiva da antropologia política é vista nas relações presentes entre moradores e diretores, em um lugar determinado, como o Riacho Doce, revelam que a política instituída pelos movimentos sociais, e

assim pelo Centro Comunitário, está fundamentalmente, preso a uma relação de poder, distribuída a partir da relação destes com o grupo de moradores.

Balandier (1980) mostra que, as relações de poder, estão presentes nas relações políticas, e que sua atuação se dá de acordo com a legitimação que lhe é conferida. Neste sentido, o centro comunitário, opera realizações, que são normalmente marcadas por atitudes comuns, sem requerer, benefícios para uns ou outros, mas fundamentalmente para todos, de forma global. Contudo, ao que parece, as relações de poder, indiscutivelmente demarcam espaços, e mostram que uns tem mais força que outro.

Para melhor explicitar a discussão que envolve o conceito de poder, considero o conceito de dominação desenvolvido por Max Weber⁴⁶, quando este o conceitua como:

“dominação, ou seja, a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato, pode fundar-se em diversos motivos de submissão” (COHN:1989,128)

Em relação ao Centro Comunitário, considero a interpretação de que o poder da mesma maneira que defendida por Weber, se funda na legitimidade das ações com base na disciplina do serviço reconhecido de determinado indivíduo em relação aos outros. É marcado por estabelecimentos de papéis, que são literalmente representados, em um lugar determinado, um palco, que convive com várias interpretações.

Em entrevista realizada como uma moradora foi me relatado que as pessoas que representam esse Centro - referindo-se a presidente do Centro Comunitário em 1998 – era vista como alguém que representava as ações do Centro Comunitário, por que? Porque era vista pelas suas ações, embora fosse

⁴⁶ Ver sobre em COHN,1989.

muito criticada, por outro lado se comparado a uma atuação do Centro na sua primeira versão, se podemos dizer assim, vai se criar toda uma espécie de discordância sobre a atuação dela, visto que em algumas interpretações o primeiro presidente do centro Comunitário, dependendo do ponto de vista das pessoas teve mais ações e por isso mais poder, quer dizer que se você consegue desenvolver ações, tem mais poder por isso suas ações são positivas e se você não consegue fazer suas ações não são positivas, são ditas como fracas e o que é mais interessante a relação do poder é medida pelo nível de compreensão que você pode ter daquela realidade.

Na verdade, o discurso dos moradores afirma que é o nível de conhecimento, o sentido que é dado pelos moradores, pelo presidente do Centro Comunitário, pela organização que define quais tipos de ações que eles desenvolvem são mais positivas.

O Riacho Doce se apresenta como este espaço, uma área onde os vários tipos de papéis, estão bem definidos como atores importantes e figurantes. De um lado o presidente, o vice-presidente, o tesoureiro, secretário, ou seja os que formam de alguma maneira, o que se posso chamar de diretoria, e que representam institucionalmente os demais, ou mesmo moradores de primeira e segunda geração que estão desse mesmo lado. De um outro lado os figurantes, moradores mais recentes de terceira ou quarta geração, e que desconhecem a história da área por isso atribuem menos importância as atividades desenvolvidas pelo Centro Comunitário, mas que de alguma maneira são importantes, e ajudam a formar o todo.

Nos movimentos sociais, a política revela seu maior potencial dinâmico, pelo constante desenvolvimento de novas formas derivadas de

situações cotidianas e da necessidade de sua transformação Leo Maar (1982, p.70), o espaço que circunscreve o Riacho Doce mostra que a vida cotidiana dos moradores, refere-se as representações que variam constantemente, e que por isso cada vez são maiores as cobranças tornando-se mais difíceis de serem concretizadas, ou resolvidas.

Considerando as indicações fornecidas por Cardoso (1995, p.29)⁴⁷ a definição do campo a ser estudado, pressupõe a definição do "sistema político", que permite identificar as unidades virtualmente oferecidas as comparações como o conjunto dos processos de regulação artificial das condutas dos membros de uma determinada sociedade, pensada ela própria a partir da regulação das condutas de um certo número de indivíduos. Secundariamente, um outro aspecto é a classificação que se estabelece como uma gradação, que representará a diferenciação de papéis e compreende ao controle social, e eficácia do poder político.

Comparar "histórias" e não apenas "resultados" destas, tomados em si mesmos; pois só o confronto de histórias de desenvolvimento permitiria saber até que ponto as mesmas (ou outras) causas atuam no desenvolvimento das culturas, garantindo-se, assim, a pertinência das comparações Cardoso.(1995, p.19). Nesse caso, é importante perceber que a atuação do Centro Comunitário delega papéis, de forma que as classificações, revelam os prós e os contras de sua representação. E que a análise comparativa das três atuações é importante, mas não determina que um seja melhor do que o outro e sim que o contexto histórico relacionado as necessidades de cada momento,

⁴⁷ Ver sobre em Sérgio Cardoso. Funções de uma Antropologia Política. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 1995, v. 38 nº 1.

findam por demarcar as diversidades, ou as diferenças de desenvolvimento das ações.

O Centro Comunitário é responsável, pelo desenvolvimento habitacional dos moradores, e contribui de forma direta para a garantia de direitos e deveres, destes, enquanto cidadãos. Ressalta-se que as relações de domínio ou de poder institucionalizado não constituem a totalidade do sistema de comportamento socialmente imposto, pois os costumes, leis, preconceitos, crenças, paixões coletivas contribuem também para determinar a ordem social.

Seguindo as interpretações da antropologia política, as relações de poder se diluem, de forma até certo ponto imperceptível, e em alguns momentos, são acionados ou abandonados, como um trunfo, uma cartada. Primeiramente, é comum entre os dirigentes do Centro Comunitário, ter disputas, principalmente, considerando os papéis principais, é como "roubar a cena do outro", um responde ao outro, sem restrições.

O Centro Comunitário Riacho Doce, após a saída do primeiro presidente, sempre teve a frente uma mulher, que foi sempre respeitada pela maioria dos moradores da área, mãe de três filhos, sendo dois homens e uma mulher, avó, separada do companheiro, presidente de um Centro Comunitário, membro do Conselho Escolar da Escola Édson Luis, e do Conselho de Fiscalização do Orçamento Participativo da Prefeitura de Belém, é pessoa responsável pela fiscalização da obra do Projeto Tucunduba. Diante de tamanha participação política, cobram-lhe os afazeres domésticos, e principalmente o dever materno. Do mesmo lado, talvez mais em baixo, está o vice-presidente, um homem. Também é liderança, membro e representante, das mesmas coisas como a outra, mas fisicamente, é autoritário, firme, no que

fala, e demonstra segurança, faz questão de demarcar o espaço, "eu mando", "façam isso", e outros. Não tão diferente da primeira, que embora desenvolva suas atividades também ressalta sua importância pessoal pela realização. Dificilmente estão juntos, embora algumas vezes devessem estar.

Se considerarmos os moradores, as diferenças, ficam mais latentes, pois dificilmente se reconhecem presidente, ou vice-presidente juntos, ou é um ou é outro. Este aspecto por um lado é bastante complexo, visto que os moradores ficam bastante divididos quando a existência ou não do Centro Comunitário.

No sentido das representações vigentes no centro comunitário, constata-se que a política está presente em todas as relações estabelecidas, pois, segundo relatos de alguns moradores, os dirigentes, têm poderes delegados, para representarem o bem de todos que ali residem. Na estória da dramatização, todos recebem aplausos, mas tem sempre um, que quer receber mais aplausos, seu reconhecimento, é muito importante, não para si, mas principalmente, para ser assistido pelo maior número de pessoas possíveis.

Nas representações, percebemos que no Riacho Doce as "situações políticas", estão presentes em vários momentos, por exemplo, durante o ano de 2000, ano eleitoral, a área se repartiu, em vários grupos, para apoiar candidatos a vereadores ou a prefeitos. Todas as partes visavam garantir interesses, na maioria, particulares ou algumas vezes mais gerais para todos os moradores. O Centro Comunitário apoiou, o candidato do PT, e os protestantes, das várias igrejas que ali existem, apoiaram o candidato do governo, e/ou outros. Por outro lado, o Centro Comunitário representa 250 bolsa escola dentro da área, onde um dos filhos da diretoria é beneficiado,

além de terem promessas de realizações de várias obras na área, caso o atual prefeito fosse reeleito.

Segundo relato da presidente do Centro Comunitário, seu vice "mete os pés pelas mãos", pois se adianta nos trabalhos e finda por causar várias confusões. São atividades desenvolvidas pelo Centro Comunitário, como emitir declaração de posse, ou levantamento do número de crianças, que moram na área e que estão fora da escola.

Em um trabalho de campo juntamente com moradores da área aconteceu o seguinte: Era por volta de oito horas da manhã do dia 14 de fevereiro de 2001, quando cheguei para ajudar em um levantamento na área sobre o número de crianças e adolescentes alunos que estavam fora da escola, quando cheguei já havia começado o trabalho, e já estavam lá dona Madalena e dona Maria que faziam o levantamento, imediatamente comecei também, até que bem mais tarde chegou o seu Sabá que demonstrava de uma forma autoritária como deveria ser feito embora já estivéssemos fazendo o levantamento.

Segundo o que percebi, ao realizar este levantamento de alunos no local onde funciona provisoriamente o Centro Comunitário, na quadra 8, embora o vice não estivesse fazendo o levantamento, esteve presente, e também a presidente estava orientando, mas principalmente sentada fazia junto o levantamento das crianças.

Esta breve descrição mostra que os papéis são representados de forma diferentes, e contudo estejam teoricamente do mesmo lado podem virar-se a qualquer momento um contra o outro, pois por várias vezes, um lado já falou do outro, de forma negativa. Uma das partes, embora nunca tenha

expressado oralmente seu descontentamento, implicitamente é comum percebermos as diferenças que os acompanham.

As relações políticas, no seu sentido pleno, seja institucional, mediados pelo Estado ou informalmente representados pela legitimidade dos papéis, existem e movem as diferenças percebidas no instante das organizações e que comumente agravam as relações nas organizações ou nos Centros Comunitários.

Desenvolver um estudo sobre as relações interpessoais e suas representações em um Centro Comunitário significou dar ênfase as questões impostas sucessivamente sob a ótica do presente, além de considerar a idéia de que os diferentes tempos sociais (passado e futuro) também são carregados de significados. Em uma perspectiva mais abrangente, a preservação de um grupo, a consciência de cidadania e em derivação a contestação da ordem social externa são construídos por um conjunto de representações que enfrentam diversos obstáculos idealmente inatingíveis negociáveis tais como tributação de luz, água, imposto predial, coleta de lixo, acidentes, segurança, eventos de lazer, e outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - O CENTRO COMUNITÁRIO RIACHO DOCE, ENTRE O REAL E O IDEAL.

Primeiramente quero dizer que não é fácil concluir ou mesmo fazer considerações "ditas" finais desta dissertação que por mais prazerosa que seja, um inevitável sentimento de "alívio" insiste em aparecer., Compromissos de laços de amizade iniciados e continuados no decorrer da pesquisa deixam saudades.

Quando iniciei este trabalho o "olhar de fora" era de "medo" e angústia, pois não conhecia aquela realidade. Mas aos poucos esse "medo" foi se transformando. As "andanças", os contatos, as conversas e entrevistas convergiram para um "olhar de dentro" que antes de qualquer coisa passou a se chamar solidariedade.

Tal como escrevi na Introdução, uma das razões que me entusiasmaram para a realização deste trabalho foi o conhecimento prático e teórico sobre movimentos sociais, mas, mais do que isso foi à ânsia em conhecer aspectos particulares da convivência humana, baseados na cidadania como palavra chave. A realidade, da área de ocupação Riacho Doce, de acordo com os dados da pesquisa buscava alcançar as relações interpessoais mantidas entre os moradores e o Centro Comunitário, e este com relação a Instituições externas as denominadas aqui de relações reais e ideais, como um meio de expressar que as idéias não são irreais.

Quando surgiu do Riacho Doce "tudo já estava planejado". A pessoas se reuniam no bairro do Guamá e planejavam como iriam realizar a ocupação. Quando a área foi ocupada o espaço para o Centro Comunitário passou a existir, a partir do momento em que foi retirado um terreno para a sua construção física. Mas na realidade ele começa a existir desde o momento que

se efetiva a ocupação como uma ação já idealizada. A partir daí começou a se desenvolver uma história real, em um “palco” onde se desenrolam os papéis sociais. Neste caso vê-se que o Riacho Doce, é um cenário real onde moradores são figurantes e atores principais, que não vivem somente nos bastidores, não servem somente de pano de fundo, mas, suas ações determinam sua vida e a representação de todo o espetáculo.

Cabe ressaltar que o conceito básico de Centro Comunitário aqui usado constitui formação dos “nativos”, ele é construído não só por perguntas e ações da pesquisadora, mas por meio da realidade que foi centro das várias observações realizadas entre os meses de abril de 2000 à outubro de 2001, onde se buscou saber como eles convivem neste “seu” Centro Comunitário ao longo de um decênio.

A história do Riacho Doce aponta para moradores com uma permanência relativa na área. Dependendo das circunstâncias da vida das pessoas moradoras, ou em menor proporção, de remanejamentos implementados pelas PMB que desenvolve ações na área e como efeito dessa instituição externa os moradores se estabilizam ou mudam (por desalojamento) para outra área.

Dada a sucessão dos atores, sejam moradores, não moradores, vizinhos da área, ou mesmo outros, ditos “assessores”, independente de quem possa ser, as relações sociais mantidas na área confirmam que existiu e existe um modelo de Centro Comunitário idealizado. Embora a realidade construía um Centro Comunitário real, não localizado, itinerante sem ações definidas, mas eminentemente com ações. Essa realidade traduz um tipo de relação mantida entre uma parcela de moradores e os líderes comunitários que convivem num

mesmo "pedaço", aqueles delegam poderes como uma forma de autoconstruírem seu local, ou manterem sua própria identidade, ou se defendem contra os riscos de não serem locatários convencionais pois assumiram o risco de "ocupar" um espaço aparentemente vazio e aparentemente ocupado.

Os representantes, moradores do Riacho Doce visando promover o "bem" da comunidade realizam ações em nome de todos os moradores. Essas ações quando bem sucedidas "transformam todos em uma multidão de figurantes fascinados pelo drama" Balandier (1969, p.8). A realização das ações converge para uma realização tida como "comum", ou seja, coletiva.

Neste caso, quando da formação do Riacho Doce, primeiramente houve uma improvisação (moradores falam de sede provisória em uma casa de família) e depois edificação material, física. Sejam casas em madeira, térreas, ou mesmo com sobrado, pouco acabada. Por "traz" delas há o lado pré-estrutural de urbanização com a separação das quadras que aos poucos tomam forma, até atingir uma montagem mais nítida. A construção social através de redes de relações, onde brotam ou se identificam as diferenças sociais e econômicas despertam para lutas políticas e exigem muitas vezes participação. A partir de um certo momento da ocupação todas as quadras do Riacho Doce, tinham um representante, que contribuía para um melhor desenvolvimento da ação do Centro Comunitário de forma mais participativa e conseqüentemente mas positiva visto que convivam de perto com os problemas. Mais tarde quando deixou de haver essas expressões representativas, a participação da comunidade no Centro Comunitário ficou mais reduzida e por isso muitas vezes menos reconhecida.

Neste caso a educação política aparece como uma resposta, a medida que há uma orientação política, e que envolve uma certa distribuição de poderes, é possível desenvolver ações mais eficazes, e por isso mais reconhecida.

Após uma etnografia do Riacho Doce – no item 1 – partiu-se para a descrição do Centro Comunitário e de suas ações, como forma de comparar as várias atuações do Centro e o desenvolvimento político, real e ideal de seus líderes e liderados. A pesquisa mostrou que a área passou por uma “urbanização precoce” expressa pelo Antropólogo Marvin Haris para referir cidades do interior, ou seja, mesmo sendo “planejada” - como dito, ela se configurou em uma nova ordem (fora de impostos, tributos e aparato de serviços). E aos poucos líderes comunitários começaram a ganhar a ribalta (com luzes e sonhos) e tornaram mais reais com um potencial sem limites.

Como são então as inter-relações, vividas diariamente pelos moradores, e pelos líderes comunitários? Em que formas e medidas elas expressam poder que não seja apenas “coerção”, mas colaboração, antecipação, ordenação de decisões?

O estudo das práticas de organização no contexto urbano presente no discurso dos moradores revela, um ideal de representação “formuladas pelas pessoas para a apreensão de seus contextos sociais e ambientais, acarretando conseqüentemente processo de classificação de pessoas, coisas e fatos, reconhecendo alguns como significativos e descartando outros” Moraes, Campos e Freitas (1995, p.327). Se aceitarmos essa hipótese então admitimos que a organização comunitária, cognitivamente, busca elucidar o que acontece, mas não, ela não é a única determinante, pois

no contexto real as ações têm múltiplas fontes são imprevistas, inevitáveis – e então ocorrem situações sem controle total. Aquela forma de representação por quadra provavelmente descentralizava informações e representatividade; Sem ela o modo de operar se torna mais carismática, individual, segmentado, elitista. E o conjunto não se sentindo bem nesse contexto – reclama disfarçadamente ou abertamente.

No contexto das representações, como no Centro Comunitário, não existe um só modelo: as comparações com os outros centros comunitários surgem somente em áreas ocupadas, visto que alguns surgem como associações de bairro e por isso embora implicitamente tenham em parte as mesmas necessidades, apresenta-se com características diferentes; os que surgem como resultado de áreas de ocupação, claramente por hipótese, parece que podem ter datas de desaparecimento determinadas. No caso dos outros isso não acontece e as ações parecem ser constantes. No caso do Centro Comunitário Riacho Doce, é muito difícil prever que tipo de ação será desenvolvido, visto que não existem interpretações formuladas como ações; não se sabe por quanto tempo ele permanecerá? Fica a idéia que a qualquer momento ele pode ser extinto, seja por ações reais ou por omissões, mas, não somente por determinação de regras. Da mesma forma, ele pode atingir outro fim, ou início, que é a redescoberta de uma forma de organização política nova, emergida com o próprio contexto real.

O cotidiano dos moradores sugere como dizia Wirth (1970) que a cidade não é simplesmente o ponto onde se concentra um número muito grande de pessoas, mas sim uma extraordinária heterogeneidade, que

3-
L. V. Indal
R. V. Indal
1970

determina como os seres humanos diferem um dos outros⁴⁸. Por conta desta heterogeneidade, o "outro" deixa de ser abstrato e ora enriquece ora bloqueia o "sonho" de morar junto. Tal como também refere Brandão (1986, p.42) quando afirma que "as identidades são representações inevitavelmente marcadas pelo confronto como o outro (...) não apenas o produto inevitável da oposição por contrastes, mas pelo próprio reconhecimento social da diferença". Daí é que essas identidades formam um "corpo", uma base de simbolização da qual deriva um caráter relacional e social, resultado como que das "várias máscaras nas mesmas faces", como uma "personalidade" plural "acabada", ou "inacabada" da comunidade.

No caso dos moradores existe uma identidade própria, marcada pelo sentido "das suas biografias, das lutas para serem ocupantes e ou para serem moradores da área ocupada. Para os líderes, além disso existem outras identidades que revelam que essas várias identidades em certa etapa não podem e nem devem apontar para finalidades idêntica, mas sim para contrastes explicitadas em parte, pelas várias gerações (primeira, segunda, terceira e quarta) de moradores que convivem pelas sucessivas diretrizes, pelos vários momentos de auto-realização diante de alguma contrariedade. Ou seja, a heterogeneidade dos vários tipos de moradores, faz com que a área seja algo que muda de "corpo", de "traje" freqüentemente, desde constituição, das ruas, das quadras, do Igarapé Tucunduba, as mini-lojas, as várias vendas de açaí, ou mesmo a ausência da única árvore, que não era simplesmente uma árvore, mas um símbolo do Riacho Doce. (Foi cortada recentemente – em novembro de 2001 - após ser condenada pela - FUNVERDE). A cada dia,

⁴⁸ Ver sobre em WIRTH. 1970.

quando entramos na área Riacho Doce, um novo momento se reflete no espelho real de seu cotidiano.

Assim sendo, existe uma representação particular, prática, como define Silva (1999). Existe uma praticidade de ações que difere das relações ideais sociais existentes. O Centro Comunitário através de sua diretoria é definido por várias identidades, e por uma prática cotidiana de pessoas que se percebem diferentemente, ou seja, a partir dos quatro atos - definidos no segundo capítulo - percebi que o tipo de ideal de cada líder comunitário, só se define com o tempo real onde se darão suas ações, e se verá "passar a limpo" a representação.

A cidadania nesse caso passa por uma via de Educação política? Ela definiu nos primeiros passos a história e nunca desapareceu. Mas quando se manifestou o poder, ela automaticamente caiu para um lugar abaixo, visto que no caso do Riacho Doce o poder negou a cidadania dos "sem-poder" e levou a uma despolitização dos moradores. O poder cooptou, demonstrou uns interesses, camuflou outros, o deixou facções. No decorrer desta história se viu um convívio pacífico ameaçado por todos os lados pelo risco da violência. As situações e as circunstâncias mostraram que podem contribuir para acentuar a teatralidade política. Neste caso, no segundo ato - da representação do Centro Comunitário - como disse Balandier ele também se transformou numa caricatura.

Os Centros Comunitários refletem poder, e esse tipo de poder afasta, e une ao mesmo tempo. Ou seja, confirma as desigualdades, o que é uma particularidade de quem assume poder. No caso do Centro Comunitário Riacho Doce, "a ambigüidade é, pois, um atributo fundamental do poder, que,

na medida em que se apóia numa desigualdade social mais ou menos acentuada, na medida em que assegura privilégios aos seus detentores, está sempre, embora em grau variável, sujeito à contestação" Balandier (1969, p.40). Com toda a diversidade da composição da área o Centro Comunitário, é contestado, quando age por imposições particulares, mas também é reverenciado "oficialmente" se visto como representação política da área.

Como Berger & Luckmann (1985, p.35) consideram "a vida cotidiana apresenta-se como realidade interpretada pelo homem e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma o mundo coerente". A realidade da vida cotidiana está organizada em torno do "aqui" de meu corpo e do "agora" do meu presente. Este "aqui e agora" é o foco de minha atenção, na medida que a vida cotidiana reflete sempre a consciência. Isto quer dizer que o dia-a-dia tem vários graus de aproximação e de distâncias espaciais e temporais. A realidade da vida, desmistifica a idealização; ela aparece objetivada, constituída por uma ordem de objetos que foram designados como objetos assim antes de minha entrada em cena. Desta maneira a linguagem marca as coordenadas da vida na sociedade e dota dos objetos de significação, mas que se desenvolve de forma vulnerável e incerta, mas que independente disso determina as formas de poder.

O Centro Comunitário Riacho Doce, representa uma certa centralização do poder, como diz a Antropologia Política, mas neste caso o poder, talvez pelo fato do Centro não ter espaço físico e por isso representar um espaço itinerante, que muda de lugar constantemente; ele também se beneficia de um suporte vindo de forças externas a área - como é o caso dos "assessores" - que não vivem e que nunca viveram na área, mas que são tão

presentes decisivos pois sem eles talvez a própria existência da área em si estivesse comprometida, no sentido que foram eles que “organizam” a ocupação. Neste sentido o Centro “sobrevive” por seu nome e não por seus papéis, por isso, talvez seja possível atribuir um novo nome a essas organizações, principalmente se considerar seu desenvolvimento: o centro comunitário Riacho Doce, existe, funciona, desenvolve ações e por isso é legitimado pelos moradores.

Balandier também se refere ao “dualismo político” como determinante do poder. Na área de alguma maneira a questão da segmentação religiosa está presente, e se reflete diretamente nas ações do centro comunitário. Num primeiro momento, desde a formação das quadras a Igreja evangélica representada pelos dirigentes, findou por justificar a nomeação das quadras, e hoje somam somente na Rua da Olaria 6 (seis) igrejas evangélicas de diferentes facções, como: Assembléia de Deus; Igreja Batista; Deus é amor; Universal entre outras. Mas com o passar do tempo e com a entrada de novos atores sociais, entra na área a Capela de Nossa Senhora das Graças com a facção católica que define então uma outra arena de representações com lutas por espaço e conquistas por espaço e adeptos. A atual diretoria do Centro representado por dona Isabel vive novamente como no tempo de seu José a preocupação em ter que separar o espaço político do espaço religioso, visto que entre outras participações ela é representante da Igreja na área. De alguma maneira o processo de sociabilidade se manifesta na comunidade-alvo da maneira tal como Costa afirma que “a rede de sociabilidade instaurada em parâmetro de amizade, parentesco e vizinhança tem uma importante relação com o espaço” (1999, p.79). Ou seja, qualquer tipo de representação que se

possa definir deve levar em consideração, todas as características particulares, dos indivíduos e da conjuntura que estes determinam como deve ser, onde os interesses mantidos por laços de parentesco, vizinhos, religiosos são influencias perceptíveis quando se trata de poder.

De acordo com o sentido das representações referidas por Goffman, o poder existe e deve ser implementado dependendo do espaço e do tempo onde os atores se encontram representando. Para isso, o ator principal, ou atores principais, não devem ser simplesmente importantes, mas principalmente deve ser representativo, ter ações políticas que convençam os espectadores. Caso isso não aconteça, mas do que as aprovações e reprovações que normalmente ele tem que passar ele pode ser relativamente abominado, independente do que possa ter feito antes como bom anteriormente, será esquecido com muita facilidade frente a que desenvolver de forma negativa. O segundo, após sete anos, foi rejeitado, mas continuou com um ocupante, embora dois anos depois tenha se mudado definitivamente do Riacho Doce.

O Centro Comunitário sempre passa por avaliações, pois ele normalmente é caracterizado por todos os tipos de dramatização e poder existente como define Balandier, "o mito do herói acentua a teatralidade, manipula os símbolos, e é reconhecido de acordo com sua força dramática. A ação, a surpresa e o sucesso são as leis do drama. Se isso não acontece o herói muda de figura, de forma que as luzes da cena do futuro iluminam o presente" (1980:8).

Frente a tantas descobertas, não definitivas vale fazer algumas perguntas que emergem para novos estudos e como dúvidas surgidas da

composição ideal, transferidas para um mundo real; Seriam os Centro Comunitários expressão de representação de poder legítimo? Como é o Centro Comunitário Ideal, já que o real se nega a todo instante? O centro Comunitário Riacho doce, será avaliado de forma decisiva e pode ser instinto? Mas se for permanecerá na memória para sempre? E a diretoria ficará a li ou inovará em outras frentes? Uma vez político o indivíduo se torna a político? O Centro Comunitário é político, ou a político? E finalmente onde esta a Cidadania? Como o modelo do Centro Comunitário é recorrente em Belém – quatro presidentes em 11 anos – sede provisória – sede real – sede itinerante?

Fica a lição básica a percepção do Centro Comunitário ideal e real – em 11 anos mostra que a eficácia da descentralização pede uma socialização que prepare não só a permanência dos moradores, mas de sua organização. O lado de “accountability” ou “prestação de contas” emerge como uma técnica providencial quando há necessidades múltiplas que não podem ser vistas como separações, ou como fiações.

POST SCRIPTUM – UM DIA REAL DE “TRAJÉDIA”

Era, mais um dia comum de terça-feira, do dia 18 de dezembro de 2001. Eu estive na Universidade pela manhã e havia saído para o almoço. Por volta das 14:30h, amigos⁴⁹, também pesquisadores sobre a área me telefonavam para avisar: uma explosão estava fazendo casas no Riacho Doce pegar fogo.

Num primeiro momento não medi as conseqüências em grandes proporções, seria uma brincadeira? Não. Era verdade, mas não algo muito grande. Porém, por volta das 16:30hs na televisão uma chamada urgente informava: Fogo destrói parte da invasão Riacho Doce. Imediatamente sai em direção, mal podia esperar para chegar lá. No peito a angústia por não estar ali naquele momento. Cheguei por volta das 17:00h e de longe avistava o corre-corre, pessoas moradores do Riacho Doce a margem do Igarapé Tucunduba lembravam celebrações, festas que são realizadas ali, onde normalmente os moradores encontram-se felizes. Mas naquele momento o sentimento não era esse, era dor, angústia, traduzida nos olhares triste, crianças choravam abraçados aos pais, que não sabiam o que fazer. Alguns pais de família não estavam na hora da tragédia, e quando chegavam era grande seu sofrimento, desesperado por ter perdido tudo, abalava quem estava ali para ajudar, para observar ou fosse para qualquer coisa.

Com uma máquina fotográfica na mão⁵⁰, pedi licença e consegui adentrar a área interditada, que ainda pegava fogo. Técnicos da PMB faziam

⁴⁹ Os amigos referidos, são Mauro Pinheiro e Syane Lago, pesquisadores colegas de Mestrado que também desenvolvem pesquisa na área.

⁵⁰ A máquina fotográfica foi emprestada da pesquisadora Syane Lago e foi usada como artifício para adentrar com mais facilidade na área queimada e já restrita por ordens do Corpo dos Bombeiros.

levantamento no local identificando no Mapa a área atingida pelo fogo. Noventa e cinco casas (95) destruídas, era a primeira parcial que eles informavam naquele momento.

Eu ainda estava perplexa, adentrei em meio às ruínas das casas onde moradoras observavam o que restara das casas, uma expressão de uma moradora lembrava *“olha essa imagem desse fogo, lembra quando nós invadimos, quando agente tocou fogo para limpar os terrenos”*, era realmente essa a imagem que se fazia. Em meio ao fogo baixo, era possível identificar as sucatas de geladeiras, fogões, armações de cama tubulares entre outras coisas. Aos poucos ouvi falar várias versões. “Tudo começou quando explodiu uma panela de pressão”. “Não, foi quando explodiu um botijão de gás”. “Foi uma vela acesa”. Nas Emissoras de televisão se colocava a possibilidade do fogo ter sido resultado de um curto-circuito elétrico provocado por ligações clandestinas, ou o conhecido “gato”. Enfatizado por ser uma área de invasão. Mas moradores, ou mesmo Isabel como presidente do Centro Comunitário muitas vezes em entrevista condenava a afirmativa da imprensa, dizendo que todos ali pagavam impostos e que existe medidor de energia em todas as casas. Até agora não se tem certeza sobre como o fogo começou, mas as diretrizes apontam para uma explosão de gás, que tivera acontecido em uma casa que estava fechada.

Diante de tudo isso, avistei membros da diretoria do Centro Comunitário como João e Madalena que tentavam ajudar; encaminhavam os moradores para o Ginásio da UFPA, onde eles seriam identificados e receberiam as orientações sobre seus acomodatamentos provisórios.

Em visita a base física da SEGEP, avistei Isabel, participando da reunião juntamente com Órgãos da PMB, Bombeiros, Cruz Vermelha que decidiam as diretrizes que seriam tomadas para os desabrigados. Uma Campanha aparecia em vários canais de Televisão "S.O.S RIACHO DOCE". Enquanto isso, Arquitetos, Assistentes Sociais da PMB identificavam no Mapa diretamente no Computador a área incendiada.



Foto 32: Telma Pereira em 29/12/01 – área incendiada

Era por volta das 21:00h e eu ainda estava lá. Os moradores estavam aos poucos sendo remanejados com o que sobrara de seus pertences para o Ginásio da UFPA no Campus Três. Devido ao fogo, toda a área estava às escuras, o que apontava para uma conclusão; o dia não tinha terminado e levado consigo a tragédia ou, não era um pesadelo. Era real, e mais se viveria pelos menos por mais algumas horas aquele momento, que com certeza jamais saíra da lembrança que aquele dia e aquela noite seria uma das mais difíceis de suas vidas.

Enquanto caminhava em meio às ruas e quadras do Riacho Doce, em conversa com os moradores fui então conferindo informações sobre várias questões que emergiram durante aquele momento. Uma pergunta eu me

fazia, onde está o Centro Comunitário agora? Como reagiu frente a tudo isso? Sim. Havia resposta. Eles estavam lá. Estiveram por todo o momento. Fosse entre os moradores, quando corriam à procura de abrigo; fossem quando estes precisavam de um ombro amigo, de palavras de conforto; ou quando representava em reuniões a área e buscavam o melhor para seus vizinhos e amigos. Eram os moradores quem exclamavam sobre suas ajudas e conferiam com o que eu havia visto até aquele momento.

Aquele dia passou, e após aquela noite retornei ao local. A imagem era de uma imensa área central no Riacho Doce, que dados da PMB afirmavam que 20% da área estava queimada. E novos dados apareciam eram agora 104 (cento e quatro) casas destruídas pelo fogo. (ver mapa da área queimada em anexo)



Foto 33: Telma Pereira em 29/12/01 – área incendiada (aproximada)

Durante vários dias procurei por integrantes do Centro Comunitário e moradores, para conversarmos e só consegui após dez dias. Normalmente estavam ou no Ginásio da UFPA, ou em reuniões, ou mesmo nos postos de arrecadamento da PMB, onde eram feitas doações como na Companhia de Transportes de Belém – CTBEL.

Fui à procura de desabrigados para observa-los, ouvir o que eles quisessem falar. Não pensei em perguntar nada em respeito ao momento que passavam. Mas não precisava, pois eles realmente só falavam sobre aquele dia.

Para considerações, eu não poderia ter ignorado aquele dia desses moradores que tanto fizeram parte do meu cotidiano. Mas as conclusões mostraram que: A vida deles não é muito diferente do que afirmei ao término deste trabalho. Eles, moradores do Riacho Doce gostam muito de morar ali. Mas se realmente pudessem e se fosse para melhor sairiam e morariam em outro lugar. Para aqueles que moravam em pequenos quartos com pouco ou nenhum objeto, embora valorizassem muito, a possibilidade de terem perdido tudo representou uma fuga e a esperança em conseguir algo melhor. Para outros que tanto batalharam para conseguir a construção de uma casa, mesmo que fosse de madeira, mas com divisórias, onde agasalhavam seus bens, o fogo significou o fim. A PMB orientava que novas casas serão construídas na área, ao todo somam 615 novas moradias padronizadas em alvenaria que serão entregues até o final de 2003. Muitos depositam ai sua esperança de melhores condições de vida.

A Prefeitura e a Universidade como Instituições estavam lá. A todo o momento, pois eram responsáveis por diversas ações, como por exemplo as descritas acima. Mas outros, devido aos apelos das redes de Televisão entraram em cena, e buscavam espaço. Eram Instituições não-governamentais, grupos privados, candidatos políticos, entre outros.

E o Centro Comunitário? Ele também estava lá; Seguia as ordens da PMB, orientava visando o melhor para os moradores. Tomavam conta das

doações arrecadadas e encaminhavam para os desabrigados. E foi ai que começaram a se confirmar algumas das minhas considerações:

Segundo o que observei a relação presente na área do Riacho Doce, entre o Centro Comunitário a Prefeitura Municipal de Belém e os moradores, é uma relação mantida por inversões de troca de favores, ou seja, a medida em que as necessidades aparecem, se desenvolvem os papéis, que moldam os valores dados. Independentes de que lado se possa estar. Primeiramente a luta por espaço político existente entre a PMB, através principalmente da SEGEP, questiona quem faz ou quem fez o que? Nas entrevistas dadas por Isabel nas várias redes de televisão locais, questionavam sobre as providências que seriam tomadas após o incêndio, nenhuma das redes identificaram Isabel como presidente do Centro Comunitário; o que se entende como uma certa disputa interna de poder, visto que por outro lado, quando a PMB, retratava-se sobre o assunto, não se referia ao Centro Comunitário, identificando a situação como um problema já pensado e de fácil resolução, já que a área queimada era pretendida para remanejamento no Projeto Habitar BIRD/PMB, ou seja de alguma maneira aqueles moradores sairiam dali de qualquer jeito.

Independente das várias situações vista, a verdade revelada pela "tragédia" mostra que a ação do centro comunitário muitas vezes foi marcada por uma certa "dinamicidade real", ou seja, elas não são planejadas, mas acontecem diariamente demarcadas pelo sentido da vida real e por isso muitas vezes dão certo e são reconhecidos como positivos pelos moradores. Porém, embora possa ser visto dessa maneira, esbarra comumente em uma barreira definida pelo que chamamos de "educação política" , ou seja, à medida que

líderes comunitários se definem como atores sociais carregam consigo o sentido de que a luta política é uma bandeira justa e caminha para fazer valer a cidadania. Ou seja, não se pode ser político pelo simples fato de querer ser, mas além disso é preciso ter orientação política, formada com o tempo histórico num passado, mas moldada para o futuro. Entendo então, que de acordo com o nível de educação política desses líderes comunitários é possível perceber o real sentido de ter cidadania e de poder se lutar por ela. É essa condição que torna possível se criar uma discussão política até certo ponto dialógica, em um diálogo que acompanha os pares, prós ou contras que se desenvolvem no decorrer dessa vida política real, que muitas vezes é idealizada.

Ainda posso dizer que o Centro Comunitário Riacho Doce, embora com o decorrer do tempo tenha se “desgastado” como mostrou sua história, ele caminha construindo uma nova história que aponta para um novo percurso onde as ações vislumbram uma longa existência, independente de como possa ser chamado.

Mesmo a situação de desastre é educativa politicamente? Estudos sobre antropologia aplicada a situações de desastre indica como pessoas “colhem” frutos de sua educação informal. O que aparece no caso do incêndio? A angustia revelada pela perda, mas também a veracidade para recomeçar. O centro Comunitário estava presente, mas em uma rede de apoio - não sozinho. Seu “currículo” informal cresceu com o inusitado. Resta a dúvida quanto as questões: Como prever desastre? Como se adaptar ao imprevisto? Como evitar um “sub-desastre” no desastre?

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Luiza Kleim. Movimentos sociais e cidadania: a contribuição da psicologia social. In.: *Cidadania em construção – uma abordagem interdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.

ALVES, Joana Valente S. *Belém a capital das invasões*. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará. 1997. (Dissertação de Mestrado)

AMMANN, Safira Bezerra. *Movimento Popular de bairro. de frente para o estado em busca do parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991.

ARON, Raymond. *As etapas do Pensamento sociológico*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ARROYO, Miguel G. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Éster; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão*. 7.ed. São Paulo : Cortez, 1999. p. 31-94

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520** apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências-elaboração. Rio de Janeiro, 2000.

AUGÉ, Marc. Em direção a Contemporaneidade. In.: *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BALANDIER, Georges. *Antropologia política*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1969.

_____. *O poder em Cena (46)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Frutos do Tempo: movimentos sociais ontem e hoje. In.: REIS, Elba et al (Org.) *Pluralismo espaço social e pesquisa*. [s.l.] : HUNCITEC, 1995.

BÉATTIE, John. *Introdução a antropologia social*. São Paulo: Nacional, 1971.

BELÉM: Prefeitura Municipal. Plano de desenvolvimento local Riacho Doce e Pantanal. 6 p. [2001?]

BERGER. Peter L.; LUCKMANN, Thomaz. *A Construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOUDIEU. Pierre. Espaço social e poder simbólico. In.: *AUTOR DA OBRA. Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *O poder Simbólico*. Lisboa: Difel. 1989.

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- BUFFA, Éster. ARROYO, Miguel. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* 19. questões de nossa época. São Paulo: Cortez, 1999.
- CARDOSO, Sergio. *Funções de uma antropologia política*. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 38, n.1, 1995
- CARDOSO, Ruth (Org.) Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In.: *A Aventura Antropológica*. teoria e pesquisa. 3.ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997.:
- CHEATER, Angela P. *Social anthropology, an alternative*. introduction London : Routledge, 1989.
- CLIFFORD, James. Sobre a Autoridade Etnográfica. In: *Autor princ da obra*). *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: UFRJ.1998. p. 7-62
- COSTA, Antonio Maurício da. Domingos de festas: A sociabilidade nas ruas de lazer. In.: D'INCAO, M.A. (Org.) *Sociabilidade: espaço e sociedade*. São Paulo: Grupo Editores. 1999. p.73-85
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando. uma introdução à antropologia social*. 4.ed. Rio de Janeiro: Rocco,1993.
- _____. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. [S.l.]: Brasiliense: 1985.
- _____. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar. 1979.
- DI PAOLO, Darcy Flexa. Quotidiano e história: retomando a história oral. *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*: Belém, v.13., 1994.
- DURHAN, Eunice Ribeiro ; CARDOSO, Ruth C. Leite. "A Investigação Antropológica em áreas urbanas". In.: *Revista da Cultura, Vozes*, v. 67, n. 2, 1973.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. In: Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. EDUC, n. 17, p. 213-221
- GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em Antropologia Interpretativa*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 8.ed. Petrópolis,: Vozes,1999.
- _____. Estigma e Identidade social. In.: *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorizada*. Rio de Janeiro.: Zahar, 1975. p. 11-50
- GOHN, Maria da Gloria. *Movimentos sociais e a lutas pela moradia*. São Paulo. Loyola: 1991.

_____. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. 6.ed. São Paulo; Brasiliense, 1993.

LEFF, Enrique. *Ambiente y Movimientos Sociales*. saber ambiental, sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. México, 1998.

LEO MAAR, Wolfgang. *O que é política*. Número 54, Editora Brasiliense.13ª: São Paulo.1982.

MAGNANI, José Guilherme C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole: In.: MAGNANI, José Guilherme Cantor ; TORRES, Lilian de Luca. *Na Metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____, José Guilherme C. *Festa no pedaço*. São Paulo: Fapesp, 1984.

MAIR, Lucy. *Introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro. Zahar, 1984.

MARCONI, Mariana de Andrade. PRESOTTO, Zélia Maria Neves. *Antropologia: uma introdução*. 4.ed.. São Paulo: Atlas; 1998.

MAUUS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In. : *Sociologia e Antropologia*. São Paulo; EPU/eduspe, VII, 1974.

MONTEIRO, Circe (Org.) Cidade e produção do cotidiano. In: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR SOBRE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL, 1995, Pernambuco. Anais...Recife, UFPE, 1995. p.

MORAES, Demóstenes Andrade; CAMPOS, Heleniza Ávila; FREITAS, Ruskin Marinho de. *A produção cotidiana da diversidade*. In.: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR SOBRE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL, 1995, Pernambuco. Anais..MONTEIRO, Circe (Org.).Recife, UFPE, 1995. p. 323-343

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de . O trabalho do Antropólogo: Olhar, ouvir e escrever. *Revista de Antropologia*, v.39, n.1, 1996. p. 13-37

PAIXÃO, E. L. N. A comunidade Riacho Doce. In: *A Eclética do cotidiano no olhar das crianças da comunidade do Riacho Doce*. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso TCC em Serviço Social.Universidade Federal do Pará, Belém.

PASTORI, Suzana de Sousa. *A Experiência do Riacho doce: o processo de construção da identidade do migrante em Belém*. Belém: UFPA, 1993.

PELTO, Pertti J. *Iniciação ao estudo da antropologia*.7.ed. São Paulo: Zahar, 1984.

SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino. Teatro e o simulacro no jogo imaginário da identidade. In.: SIQUEIRA, Antônio Jorge (Org.) *Identidade e cidadania no Brasil*. Recife: UFPE, [1997]. p.85-123

SANTOS, Milton. Território: *Globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SARTI, Cynthia Andersen. *A Família como espelho*. um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas Autores: Associados, 1996.

SILVA, Maria Carneira da. *Um Islão prático*: cotidiano de mulheres em meio popular mulçumano. Oeiras: Celta, 1999.

STEIN, Leila de Meneses (Org.) *Cidadania e educação*, leituras em direitos humanos. Araraquara: UNESP, 1999.

TAVARES, Aderli. G. *Informações Gerais sobre o Riacho Doce*. 1999. (Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém.

TOURAINE, Alain. *Os Movimentos sociais*. In.: FORACCHI, Marialice Meçoerine *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 1986.

VELHO, Gilberto. *O Antropólogo pesquisando em sua cidade*: sobre conhecimento e heresia. In: *O Desafio da Cidade*: novas perspectivas da Antropologia Brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

VELHO, Gilberto. Por uma Antropologia em cidades Brasileiras. In.: *O Desafio da Cidade*. novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro Campus., 1980.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1979.

WIRTH, Luis. A sociedade urbana. In.: PIERSON, Donald (Org.) *Estudos de Organização Social*. São Paulo: Martani, 1970. v. 2

ZALUAR, Alba. *A máquina e a Revolta*. As organizações populares e o significado da pobreza. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

ANEXOS
